

Semanário

Director:
António Dias Lourenço

Ano 56 - Série VII - N.º 658
7 de Agosto de 1986
Preço: 40\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 25 - Telex 18390 Composição e impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa

OS ARTISTAS DA FESTA

Suplemento *À festa!*

Cavaco Silva vai de férias com seis grandes derrotas

Com particular relevo queremos aqui hoje referir seis grandes derrotas estratégicas de Cavaco Silva que lhe dão a imagem exacta de um chefe da reacção já condenado à derrota completa e final.

Para Cavaco Silva e o seu Governo começou a contagem decrescente.

A primeira grande derrota estratégica de Cavaco Silva foi a perda, que poderá talvez ser temporária, mas que a opinião democrática pode tornar definitiva, da aliança e coligação com o PS.

A segunda derrota estratégica de Cavaco Silva foi o fracasso da tentativa de reedição com o CDS de uma «AD» maioritária.

A terceira grande derrota estratégica de Cavaco Silva foi a derrota de Freitas do Amaral nas eleições presidenciais.

A quarta grande derrota estratégica de Cavaco Silva foi o fracasso do seu plano e da sua tentativa de fazer aprovar pela Assembleia da República uma série de pacotes inconstitucionais e antidemocráticos: o pacote agrícola contra a Reforma Agrária e os direitos dos pequenos agricultores, o pacote laboral contra os direitos dos trabalhadores, o pacote das liberdades contra as liberdades.

A quinta grande derrota estratégica de Cavaco Silva foi o fracasso do seu plano e da sua tentativa contra o sistema de interdependência dos órgãos de poder estabelecido na Constituição, de governamentalização de todo o poder político, subalternizado ao Governo os outros órgãos de soberania.

A sexta grande derrota estratégica de Cavaco Silva foi não ter conseguido, apesar de o ter afirmado, a chamada «concertação social» e «paz social».

Do Discurso de Álvaro Cunhal
em Vila Nova de Gaia
- 2/Agosto/86

Págs. 4, 5 e 6/Semana



AGOSTO NÃO ABRANDA LUTA DOS TRABALHADORES

Os trabalhadores da RN são um dos muitos sectores que prossegue a luta contra a política de desastre do governo e do patronato. Na gravura, a concentração frente aos escritórios da RN na passada terça-feira.

Págs. 1 e 2/Semana • Págs. 1 e 2/Em Foco



Festas de Verão do PCP

O secretário-geral do PCP esteve no passado sábado em diversas iniciativas no Norte do País integradas no vasto programa de actividades do Partido durante o mês de Agosto. Nas gravuras, um aspecto do grande comício realizado em S. Pedro da Cova (em cima), do jantar-convívio com os pescadores de Matosinhos (à esquerda) e do comício de encerramento da Festa do Sol em Vila Nova de Gaia.

Pág. 3/Semana

Factos salientes da realidade portuguesa

O facto mais saliente e inabitual da conjuntura portuguesa nesta época estival de 1986 é, sem dúvida, o poderoso ascenso da resistência dos trabalhadores e do movimento popular de massas contra a política desestabilizadora e socialmente injusta do Governo minoritário de direita Cavaco Silva/PSD.

O fluxo da luta de massas não é — como pretendem os círculos mais reaccionários do patronato e da direita governante — uma simples questão de maior ou menor agitação social e política no seio das classes trabalhadoras pelos seus organismos mais representativos.

Evidentemente, tem primordial importância o papel dos factores subjectivos, isto é, o da organização, o da propaganda, o da discussão e definição correcta das formas de luta na mobilização e combatividade do movimento operário e popular.

Mas, como a realidade ilustra, a luta de massas não se decreta. A base da sua intensificação e amplitude é eminentemente objectiva. Assenta no verificado agravamento das condições de vida do povo e na teimosa insatisfação de reivindicações populares sentidas, como se constata no momento actual, por motivos da desmedida ganância do grande patronato — que em importantes sectores económicos é o próprio Estado — e da pressão das multinacionais de que o Governo minoritário Cavaco/PSD é, no Poder, um instrumento.

O aumento do desemprego que continua; a recusa do Governo a dar execução a uma solução já decidida no plano institucional (pela aprovação na AR de uma proposta de lei do PCP) para o angustioso problema dos salários em atraso; as tentativas de imposição de tectos salariais que não repõem o poder de compra degradado dos trabalhadores; as graves lacunas da segurança social em que avultam o não pagamento de subsídios, os aumentos de preços dos medicamentos e das rendas de casa, e outros, são, todos eles, factores objectivos que determinam o ascenso da luta de massas no momento presente.

As greves nos sectores dos transportes, como único meio de fazer ouvir a voz dos trabalhadores, constituem a condenação mais formal da irreducibilidade patronal e do próprio Governo na audiência, na negociação e na consideração das propostas dos trabalhadores.

Na Rodoviária Nacional a luta alarga-se e sobe de tom à medida que endurece a posição do Conselho de Gerência da empresa com as costas quentes pelo apoio e a pressão do Governo.

Plenários fortemente participados logo seguidos de concentrações massivas junto da sede da empresa e outros locais públicos assinalam e dão força à decisão dos trabalhadores da RN de continuarem a sua justa luta por aumentos salariais que o CG e o Governo intransigentemente se recusam a elevar para além dos 14,5%.

Desde o dia 13 de Julho, por responsabilidade exclusiva do Governo e do Conselho de Gerência, milhares de utentes são afectados pela inexistência de transportes —

que no Porto é ainda agravada pela greve dos STCP a cujos trabalhadores é negada a justa equiparação salarial com a Carris de Lisboa.

Na CP a retomada da greve devida ao não cumprimento dos compromissos assumidos nas importantes greves de há um mês pelo Conselho de Gerência — que cinicamente agora se nega a pô-los em prática — torna-se um recurso sem alternativa para os milhares de ferroviários.

As greves do sector dos transportes — que na RN se aproxima dos 100% — reclamam a solidariedade activa de toda a classe operária portuguesa. Nas formas apropriadas o peso da solidariedade será um importante factor para vencer a intransigência governamental e patronal e para restabelecer a normalidade em serviços de grande utilidade pública.

Greves e lutas de excepcional vigor e amplitude desenvolvem-se nos sectores mais variados e no plano nacional.

Na indústria cimenteira as greves da CIMPOR e da SECIL paralisaram toda a produção. O Governo Cavaco/PSD em vez de abrir à negociação do ACT, que o patronato quer limitar aos 13,5%, abre a porta às importações maciças de cimento ruinosas para a indústria nacional.

No sector da cerâmica e vidros a greve que durante mais de um mês paralisou a Fábrica de Loiça de Sacavém pôde terminar com uma importante vitória da unidade e da firmeza de luta dos trabalhadores, enquanto na Covina a greve de 4 horas contra os projectos de reduzir em 317 o número de trabalhadores do quadro, de entregar a outras empresas do exterior serviços internos e de encerrar a Evinel teve uma participação a 100%.

No sector mineiro, cerca de 3000 trabalhadores lutam contra o encerramento das minas em obediência às exigências do mercado externo.

No distrito de Lisboa a semana de luta de fins do mês que abarcou mais de 300 empresas mostrou a combatividade e determinação de muitos milhares de trabalhadores.

A greve dos bancários com elevada participação no plano nacional e a dos médicos que durante três dias imobilizou por completo o trabalho nos hospitais, com excepção dos serviços de urgência, que os médicos em greve, com elevada consciência profissional e cívica asseguraram, resultaram em grandes contestações da política do Governo.

No momento em que no chamado «Conselho de Concertação Social» o patronato, o Governo e os sabujos da UGT acordaram num tecto salarial inadmissível para os trabalhadores, as importantes greves e lutas de massas deixaram por terra os intentos do Governo e — como salientou Álvaro Cunhal em Vila Nova de Gaia — tornaram patente «a sexta grande derrota estratégica de Cavaco Silva por não ter conseguido, apesar de o ter afirmado, a chamada «concertação social» e a paz «social».

Na verdade, acumulam-se as derrotas estratégicas do Primeiro-Ministro desde que assumiu o comando do PSD na Figueira da Foz há 16 meses e o domínio do Governo desde Novembro de 85.

A ruptura da coligação com o PS (que a opinião democrática pode tornar definitiva); o fracasso da reconstituição da «AD» com o CDS, implícita no apoio do PSD a Freitas do Amaral nas eleições presidenciais; o falhanço da tentativa de governamentalizar a Assembleia da República onde viu derrotados projectos legislativos de cariz contra-revolucionário como a lei de destruição da Reforma Agrária, o pacote laboral e outros; o fracasso da tentativa prática de subverter o sistema de interdependência dos órgãos de poder com a governamentalização de todo o poder político e a submissão ao seu poder pessoal.

São grandes derrotas estratégicas que deitam por terra a decantada «imagem» e infalibilidade do Primeiro-Ministro e do seu Governo minoritário.

Como disse Álvaro Cunhal, as seis grandes derrotas estratégicas de Cavaco Silva dão-lhe a «imagem exacta de um chefe da reacção já condenado à derrota completa e final».

Cavaco foi agora «veranear» dois dias na casa de campo de Bush, nos Estados Unidos. Nada de bom para a democracia e a independência nacional é de esperar deste «tête-à-tête» de dois dias na mansão do n.º 2 do governo americano.

Portugal vai pagar 60 milhões de contos por armamento obsoleto das forças armadas dos Estados Unidos, desnecessário à defesa do Estado português que ninguém ameaça.

Na contagem decrescente para o fim do seu consulado e do seu Governo minoritário de direita Cavaco Silva não só tem acumulado grandes derrotas da sua estratégia contra-revolucionária como perdido nitidamente crédito junto dos portugueses que nele acreditaram. Vê reduzida a sua base política e social de apoio, verificada, aliás, na manobra da «moção de confiança» de que salu mais fraco. Vê desmascarada, como se verificou já em larga escala junto da juventude, a sua demagogia alienante.

É nesta contagem decrescente para o fim que Cavaco e o seu Governo intensificam as decisões e medidas inconstitucionais como as da transformação dos Bancos nacionalizados e outras Empresas Públicas em Sociedades Anónimas de Responsabilidade Limitada (SARL) que visam acelerar a privatização do Sector Público e Empresarial do Estado.

Neste terreno resvaladizo a direita minoritária abre caminho não à sua eternização no Poder — como ambiciona — ou à chamada «alternância», que enforma a sua teoria de «bipolarização», mas sim a uma necessária alternativa democrática ao seu Governo e à sua política, que se vai impondo no diálogo, na convergência, na unidade de acção das forças e partidos democráticos.

No diálogo, na convergência, na unidade de acção dos partidos democráticos maioritários na Assembleia da República é de extrema importância despojar-se de falsos

Resumo

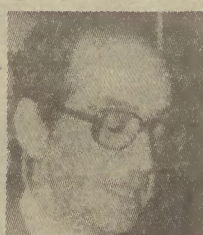
30
Quarta

A greve dos policlínicos hoje iniciada ronda os 100%. Os médicos pretendem que sejam respeitados os números de vagas indicadas pelos hospitais e que a ministra da Saúde decidiu reduzir a cerca de metade. Seria, neste caso, o desemprego para cerca de 60% dos policlínicos. ■ Continua a greve em sectores dos transportes (RN e STCP) e dos cimentos (SECIL e parte da CIMPOR) ■ UGT, CIP, CAP e Governo acordaram num tecto salarial de 8% a 9% para as revisões de contratos de trabalho no próximo ano. O



ministro Cadilhe considera «histórico» este e outros acordos a que chegou com patrões e UGT ■ Na cimeira da OUA em Addis Abeba, José Eduardo dos Santos alerta contra a nova agressão que a África do Sul está a preparar contra Angola. ■ OUA condena o apoio ao apartheid da parte dos EUA, Grã-Bretanha e RFA.

31
Quinta



A extinção da CNP consta de um decreto governamental a publicar no «Diário da República» com data de 28 de Julho — revela a Federação dos Químicos, que sublinha o facto de 1400 trabalhadores ficarem assim no desemprego ■ Viana Batista, agora presidente dos CTT/TLP, defende a injeção de capitais privados nas telecomunicações ■ A comissão directiva do PRD decide manter a suspensão dos encontros com delegações do Governo «nos termos em que se verificaram anteriormente», e acrescenta que o Governo não pretende dialogar mas «apenas falar para impor os seus pontos de vista» ■ Apesar da oposição de Reagan, o Senado dos EUA inicia um debate sobre três projectos de ampliação de sanções económicas contra a África do Sul ■ Segundo uma cadeia norte-americana de TV, William Casey, director da CIA, visita actualmente países do Médio Oriente numa pretensa «missão de paz».

1
Sexta

O projecto governamental de transformação de bancos nacionalizados em sociedades anónimas, ultimamente anunciado por alguns jornais, é denunciado pela CGTP-IN como «artifício para desnacionalizar a banca». Posição de oposição tomou também a Comissão Nacional da

União de Bancos Portugueses ■ Alargada desde ontem ao Norte, os médicos policlínicos entram hoje (no Centro e no Sul) no seu 3.º dia de greve ■ De 15% a 25% —



tal é o aumento dos preços dos bilhetes para o futebol decidido pela respectiva Federação ■ Conhecido e assinado por responsáveis das agências noticiosas portuguesas o protocolo de fusão da Anop e da NP, os trabalhadores da Anop manifestam imediatamente a sua oposição e denunciam que mais uma vez se tenta criar «um facto consumado» ■ Os EUA vetam no Conselho de Segurança uma resolução visando o pleno cumprimento da decisão do Tribunal Internacional de Justiça que condena «o apoio norte-americano aos rebeldes nicaraguenses».

2
Sábado

Greves alastram ao sector de fabricação, montagem e reparação de automóveis: 24 horas que terminam hoje, pela revisão salarial. ■ Álvaro Cunhal esteve hoje em S. Pedro da Cova, baluarte da luta operária e antifascista e agora da vida democrática, em Matosinhos e em Gaia. Nas suas intervenções, insistiu na

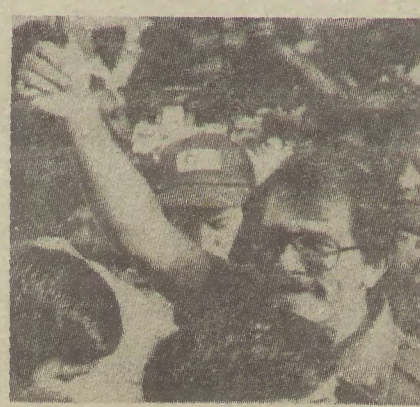


denúncia da política antinacional que o actual Governo prossegue, numa «estratégia que constitui um fracasso», e na alternativa democrática a que o PCP é indispensável ■ No 1.º semestre deste ano, a TAP transportou quase um milhão de passageiros ■ O Conselho dos Sindicatos da Comunidade Britânica exige da primeira-ministra Margaret Thatcher a aplicação imediata de sanções económicas obrigatórias contra a África do Sul.

3
Domingo

Em comunicado, a CGTP-IN considera que o novo projecto de decreto governamental sobre o regime jurídico das relações de trabalho estabelece restrições ilícitas, porque inconstitucionais, à liberdade de negociação e ao direito à greve ■ A Inspeção Económica retirou do mercado brinquedos considerados perigosos. Em entrevista à Anop, o director-geral dá ainda conta das graves carências de pessoal que afectam aquele organismo ■ D. Branca, chamada «banqueira do povo», cuja prisão preventiva foi há dias suspensa com consequente libertação, parece en-

contrar-se «em paradeiro desconhecido» ■ Nos EUA, 22 mil operários de uma acaçaria, a USX Corporation, de Pittsburg, estão em greve pela revisão do contrato de trabalho ■ Daniel Ortega propõe aos EUA,



onde se encontra, a negociação de um tratado de paz e amizade entre os dois países.

4
Segunda

Segundo o bispo de Setúbal à Rádio Comercial, «embora as situações de fome no distrito tenham conhecido algumas melhoras, mantêm-se, no essencial, na mesma». ■ Onze mortes, ontem, em acidentes de viação. As entidades policiais consideram que a maior parte dos acidentes verificados é atribuível à chuva que inesperadamente caiu ■ As greves



hoje: da RN (em 5.ª semana), dos policlínicos (neste momento aos serviços administrativos), dos cimentos (SECIL e CIMPOR, agora a rondar os 100% e em oposição aos 13,5% de aumento propostos) e da frota do arrasto, que inicia uma paralisação de uma semana. ■ Está reunida em Londres a cimeira do «grupo dos sete» da Commonwealth sobre a África do Sul, com Margaret Thatcher isolada na oposição a sanções ■ A OLP pede à ONU protecção urgente contra os 500 mil palestinos do Líbano, vítimas ou ameaçados pelo terrorismo israelita.

5
Terça

O PCP entrega na AR o pedido de ratificação do diploma governamental que extingue a Petroquímica. ■ Segundo o sindicato serão 1500 os médicos no desemprego em virtude da redução, ordenada pelo Ministério, das vagas a preencher, indicadas pelos hospitais. Serão, além disso, colocados só 850 dos 2400 policlínicos. ■ Thatcher em confronto com os restantes dirigentes da Comunidade Britânica ao propor apenas «sanções limitadas contra a África do Sul» ■ A OPEP adopta a proposta iraniana de cortes na produção petrolífera para travar a descida do preço do petróleo. Em Nova York, o preço do barril subiu imediatamente.

conceitos, de vícios políticos que deram em droga e podem de novo levar a terra irrealistas ambições.

Sobretudo é fundamental não esquecer as quatro grandes lições da experiência apontadas pelo CC do PCP na sua Resolução Política de 17 de Junho. A sua justeza a vida a demonstrou.

A primeira grande lição é que a política de direita não resolve, antes agrava os problemas do povo e do País. A vida o tem demonstrado. Mais desemprego, mais insegurança no trabalho, menos hipóteses de emprego, mais falências, mais empresas encerradas, menos investimento, menos utilização da nossa capacidade instalada de produção. Maior dependência do capital estrangeiro, da política de guerra dos Estados Unidos, dos grandes potentados monopolistas da CEE.

Não chegaria um caderno para enumerar os danos da política de direita no Portugal de Abril.

A segunda grande lição é que a aliança dos partidos democráticos com os partidos da direita tem como resultado não a realização de uma política democrática mas de uma política de direita. A vida tem demonstrado que é precisamente quando se aliam tais partidos que são maiores as destruições das conquistas de Abril mais os avanços da contra-revolução.

A terceira grande lição é que tais alianças conduzem ao insucesso os partidos democráticos. A experiência do PS é conclusiva para todos os que insistentemente se deixem enredar na teia da direita. Embarcar na chamada «alternância» significaria condenar conscientemente à divisão e à derrota a própria democracia. A vida tem demonstrado que da «alternância» nunca nenhum partido democrático saiu mais forte mas sempre mais fraco.

A quarta grande lição é de que a participação do PCP é essencial para uma alternativa democrática, que nenhuma outra pode vingar sem o PCP e ainda menos contra o PCP. A vida tem demonstrado que a política e acção do PCP se têm combinado nas mais importantes vitórias da democracia portuguesa e nas correspondentes derrotas da contra-revolução em Portugal de Abril.

O PCP é um grande partido radicado na classe operária, com uma forte influência política nas camadas populares mais amplas, na juventude, nas mulheres, na intelectualidade, com importante representação na Assembleia da República e no Poder Local democrático.

Os comunistas estão no âmago das maiores conquistas sociais do povo português, a sua abnegação e militância constituem um precioso capital ao serviço da democracia, da paz, do progresso social do seu povo.

Qualquer fórmula de governo democrático, qualquer política virada à solução dos grandes problemas nacionais exigem o diálogo com os comunistas, a sua contribuição directa e concreta e a sua acção decisiva para assegurar a estabilidade social, institucional e política que Portugal de Abril necessita.

São factos salientes da realidade portuguesa que importa reter no momento actual.

Avante!
Proletários de todos os países — UNI-VOS!

O jornal
dos trabalhadores
da democracia
e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista
Português. Rua Soeiro Pereira Gomes —
1699 — Lisboa CODEX. Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro
Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX
Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO:
Av. Santos Dumont, 57-3.º
— 1000 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO:
CDL, Central Distribuidora Livreira,
SARL, Serviços Centrais: Av. Santos
Dumont, 57-2.º — 1000 Lisboa
Tel. 77 98 26/77 98 25/76 97 51

Casa da Venda em Lisboa: Rua do
Século, 80 — 1200 Lisboa Tel. 37 22 38

Centro Distribuidor de Évora:
Alcova de Baixo, 13 — 7000 Évora
Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro:
Rua 1.º de Dezembro, 23 — 8000 Faro
Tel. 24417

Delegação do Norte
Centro Distribuidor do Porto:
R. Miguel Bombarda, 578 — 4000 Porto
Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra:
Terreiro da Erva, 6 — 3000 Coimbra
Tel. 28394

ASSINATURAS:
Av. Santos Dumont, 57-4.º Esq.º
— 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02

EXPEDIÇÃO:
R. João de Deus, 24 — Venda Nova
2700 Amadora. Tel. 90 00 44

PUBLICIDADE CENTRAL:
Alameda St.º António dos Capuchos, 6-B
— 1100 Lisboa. Tel. 77 69 36/77 67 50
Porto — Rua do Almada, 18-2.º Esq.º
— 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Composto e impresso na Heika
Portuguesa — R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/86

Tiragem média do mês de Junho: 33 475

Intolerável atitude do Governo

Endurece a luta nos transportes

● Marcados
para hoje e amanhã
novos períodos
de greve
na RN e STCP

● Autarquias reclamam diálogo com os gestores

Anteontem de manhã, no período de greve que se prolongou até às duas da tarde, os trabalhadores da Rodoviária Nacional concentraram-se novamente junto da sede da empresa na Columbano Bordalo Pinheiro em Lisboa. O protesto pela injustificável demora nas negociações da contratação colectiva levou centenas de trabalhadores mais uma vez à rua, ao mesmo tempo que várias juntas de freguesia dos arredores de Lisboa, designadamente a da Falagueira, na Venda Nova, protestavam pela recusa de diálogo do conselho de gerência que não atende aos direitos mais elementares das populações.

A concentração dos rodoviários que decorreu sem incidentes, efectuou-se depois de mais um plenário descentralizado na empresa e destinou-se a apoiar outra sessão de negociações que duram há mais de um mês.

Depois da concentração na Columbano, os trabalhadores manifestaram-se em frente à sede da RTP para reclamarem daquela estação televisiva que explique ao País, ouvindo as partes interessadas no conflito, quais são os verdadeiros responsáveis por uma situação que prejudica muitos milhares de pessoas diariamente afectadas pelas paralisações resultantes de um diferendo que o movimento sindical unitário, designadamente a Festrú e outras associações sindicais, procuraram empenhadamente evitar.

Os períodos de paralisação com pré-aviso começaram, recorde-se, em 30 de Junho, depois de uma primeira reunião gozada entre os representantes sindicais dos trabalhadores e o secretário de Estado dos Transportes, que se fez substituir por um assessor.

**«Os trabalhadores
mais do que ninguém
querem resolver
o conflito»**

Ao esclarecer mais uma vez as razões do conflito e das paralisações quase diárias a que o mesmo conduz há seis semanas, a Festrú (Federação dos Sindicatos dos Transportes Rodoviários e Urbanos) fez distribuir anteontem um comunicado onde se pode ler que «os trabalhadores, mais do que ninguém, querem resolver o conflito» e acabar com a greve.

Esta posição, cuja veracidade só é posta em causa por aque-

les que ignoram as verdadeiras razões da luta e pelos que exploram essa ignorância para virar os trabalhadores uns contra os outros e impedir as acções solidárias, é justificada, como nestas páginas temos indicado

desde o princípio das negociações, pela intolerável discriminação salarial que o Governo pretende impor na Rodoviária Nacional e no Serviço de Transportes Colectivos do Porto.

A responsabilidade do Governo Cavado pelo desencadear do conflito e o agravamento das formas de luta é novamente destacada pelos sindicatos representados na comissão negociadora sindical. Refira-se que, apesar

da substituição do conselho de gerência da RN, já durante os períodos de greve, as negociações não avançaram, continuando o Governo a insistir nos 14,5 por cento, numa altura em que «os trabalhadores refor-

mularam já diversas vezes as suas propostas iniciais».

A direcção da Festrú, que sublinha o facto de os trabalhadores da RN tudo terem feito para resolver o conflito, não teme o mais amplo esclarecimento sobre os motivos que conduzirão à greve, e propôs um debate na Televisão acerca dos transportes e do conflito na Rodoviária.

Quem pagou antecipadamente o seu título de transporte e se vê privado de um direito legítimo tem legitimamente outro direito e deve usá-lo: o direito de protestar e contribuir para que o conflito seja resolvido. Mas deve saber primeiro contra quem dirigir o seu protesto. Culpar os trabalhadores dos transportes, neste caso da RN e STCP, por não aceitarem uma imposição injusta de aumentos salariais sem razões objectivas, ainda por cima numa altura em que o Governo todo ele se gaba de uma situação financeira sem precedentes nos últimos anos, seria grave injustiça perante os trabalhadores esclarecidos e conscientes que — não se esqueça — pagam duramente a greve.

A indiferença do Governo não pode continuar. O conflito deve ser resolvido, como pretendem os sindicatos e os trabalhadores.

As inconcebíveis ambições do Governo no campo da contratação colectiva, ao pretender atacar desde já não só os níveis salariais deste ano, mas também os de 1987, desencadeiam diversas lutas noutros sectores. Além dos transportes, assinalem-se as actuais paralisações nas empresas cimenteiras (Cimpor e Secil) e na pesca de arrasto costeiro, as movimentações sindicais na Siderurgia Nacional, a greve dos policlinicos e o recente conflito na Sorefame a que dedicamos duas páginas do «Em Foco» nesta edição.



Concentração anteontem em Lisboa. A CGTP-IN «responsabiliza energeticamente os conselhos de gerência e o Governo» pelo endurecimento das formas de luta. Ao manifestar «o seu inequívoco apoio à luta dos trabalhadores por aumentos salariais, designadamente os da RN e do STCP» (Porto), a Inter condena a «política de rendimentos», assim designada pelo Governo, que «continua a apostar deliberadamente na confrontação social»



4 + 6 =

Se de elementar aritmética se tratasse, ninguém hesitaria em afirmar que o resultado da operação proposta é elementar. Quatro mais seis são, inabalavelmente, em qualquer parte do mundo — dez!

Claro que teriam de se tratar de grandezas somáveis. Ou seja, só poderíamos concluir que se tratava de dez se estivéssemos, por exemplo, perante quatro laranjas mais seis laranjas ou quatro mais seis meninos, donde teríamos, respectivamente, dez laranjas e dez meninos. Quatro laranjas mais seis meninos não dá dez coisa nenhuma, embora possa dar outras coisas (um sumo de laranja a dividir por seis, mas isto já são outras contas...). Sucede, porém, que em política estas operações se processam de forma diferente da aritmética elementar e, frequentemente, com resultados deveras interessantes. A título de exemplo, tomemos dois conjuntos de elementos recentemente postos em conveniente e numerada sistematização: de um lado, as quatro experiências ou lições da situação portuguesa assim apresentadas pela Resolução da última reunião plenária do CC do PCP; do outro, alinhemos as seis grandes derrotas estratégicas de Cavaco Silva expostas no discurso de Álvaro Cunhal pronunciado no passado sábado em Vila Nova de Gaia e inserido neste número do «Avante!».

As quatro experiências vêm a ser, tal como foram expostas pelo CC: primeiro, «a vida mostra que a política de destruição das conquistas de Abril e de recuperação capitalista, latifundista e imperialista não só não resolve como agrava todos os problemas nacionais»; a seguir, «a vida mostra que a coligação de partidos democráticos com partidos de direita não assegura a realização de uma política democrática, antes tem sido instrumento indispensável à reacção para esta realizar a sua política»; em terceiro lugar, «a vida mostra que a coligação de partidos democráticos (no concreto, do PS) com a direita conduz ao desastre esses partidos democráticos»; finalmente — e são quatro — «a vida mostra que sem o PCP e muito menos contra o PCP não existe alternativa democrática possível».

O seis da segunda parcela foi definido pelo secretário-geral do PCP como «seis derrotas estratégicas de Cavaco Silva que lhe dão a imagem exacta de um chefe da reacção já condenado à derrota completa e final» assim enumeradas: primeiro, «a perda, que poderá ser temporária, mas que a opinião democrática pode tornar definitiva, da aliança e coligação com o PS»; segundo, «o fracasso da tentativa de reedição com o CDS de uma «AD» maioritária»; terceiro, «a derrota de Freitas do Amaral nas eleições presidenciais»; quarto, «o fracasso do plano e da tentativa de fazer aprovar pela Assembleia da República uma série de pacotes inconstitucionais e antidemocráticos; o pacote agrícola contra a Reforma Agrária e os direitos dos pequenos agricultores, o pacote laboral contra os direitos dos trabalhadores, o pacote das liberdades contra as liberdades»; quinto, «o fracasso do plano e da tentativa contra o sistema da interdependência dos órgãos de poder estabelecido na Constituição, de governamentalização de todo o poder político, subalternizando ao Governo os outros órgãos de soberania»; e, finalmente e sexto, o «não ter conseguido, apesar de o ter afirmado, a chamada «concertação social e «paz social»».

Ora a pergunta que se poderá então colocar é se, na aritmética da nossa política, haverá alguma possibilidade de somar estas quatro lições com as seis derrotas e, a sê-lo, que resultado se obterá.

A nosso ver, a operação é não só possível como francamente desejável. Os compêndios da experiência, dos factos e da verdade indicam que a soma destas quatro lições com as ditas seis derrotas poderá dar um número infinito de vitórias cuja grandeza estará na razão directa da compreensão das quatro e do aprofundamento das seis. E é muito animador que milhares e milhares de trabalhadores em luta nestes primeiros dias de Agosto tomem com ela evidente que é tão verdade a soma de quatro e seis ser dez na aritmética de todos os dias como quatro lições da vida e seis derrotas de Cavaco poderem ser iguais a uma grande vitória do povo e do Portugal de Abril.

É só uma questão de fazer contas.

■ RC

Trabalhadores

CONTRATAÇÃO

Em vez de negociações restrições ilícitas e repressão

● CGTP recusa projecto
Cavaco/UGT

«Restringir a acção reivindicativa na empresa», intervir «em matéria da competência da Assembleia da República», limitar a «liberdade de negociação e o direito à greve são as principais acusações que a CGTP-IN faz ao projecto governamental de decreto-lei sobre a contratação colectiva. Numa primeira apreciação àquele projecto, em discussão pública até dia 14, a Central considera que o mesmo estabelece «restrições ilícitas» a direitos constitucionais. Assinale-se que o projecto surge numa altura em que o Governo fomenta a confrontação social — com formas repressivas e mesmo violentas em sectores tão importantes e diversos como os médicos (policlinicos), os têxteis, os transportes, a banca, a metalomecânica pesada, a siderurgia, os cimentos, o sector automóvel e a função pública, incluindo a administração local.

O projecto do Governo Cavaco sobre «o novo regime jurídico das relações de trabalho», que a Inter considera velho, do tempo da «AD», foi alvo de um parecer da Central sindical unitária, que no seu V Congresso em Maio findo «definiu orientações de largo alcance acerca da contratação colectiva».

Contra essas «restrições ilícitas» e segundo *telex* da Central com data do dia 3, «para a CGTP constituem orientações fundamentais no campo da contratação colectiva» as que resume como segue:

— a) Conferir-lhe aptidão para regular todos os aspectos da relação individual de trabalho e da organização do trabalho na empresa, para influenciar as decisões que condicionam o emprego e para regular a promoção e a manutenção do emprego;

— b) Fazer assentar na contratação colectiva a definição das regras e processos de estabelecimento de relações colectivas e de soluções de conflitos colectivos de trabalho;

— c) Reservar à lei imperativa a definição de mínimos para as relações individuais;

— d) Atribuir à lei e autoridades públicas uma função promotora da contratação colectiva no sentido da Convenção 154 da OIT (Organização Internacional do Trabalho);

— e) Garantir e promover os direitos de acção colectiva e de luta dos trabalhadores em que pode assentar o seu poder negocial efectivo.

Segundo a CGTP, o projecto do Governo vai contra tudo o que acabámos de transcrever.

Um acordo único na Europa porque ninguém o aceita

O acordo que o ministro das Finanças, Miguel Cadilhe, considerou «único na Europa» sobre a limitação dos aumentos salariais em 1987, é de facto «único» porque «ninguém aceita este tipo de repressão salarial». Pergunta a CGTP-IN:

«Como se pode entender que se estabeleça um acordo deste

tipo e a tal distância (no tempo) num País extremamente dependente de factores da conjuntura económica internacional, cuja estabilidade ou previsão nem os melhores especialistas se aventuram a garantir, e com um Governo como o actual, sem projectos ou planos económicos credíveis?

O dito acordo, a que já fizemos referências avulsas, foi assinado recentemente pelo Governo com o grande patronato (CIP, CAP, CCP) e a UGT, para limitar os aumentos salariais no próximo ano a 8/9 por cento, com «a única razão lógica» — refere a Inter — de tentar para já «limitar os aumentos salariais para os 450 mil trabalhadores da função pública a pouco mais de 9,5 por cento» (já recusado pelos sindicatos do sector) e, a partir desse nível, «procurar condicionar igualmente as reivindicações salariais dos res-

tantes trabalhadores».

A CGTP mobilizará para a luta contra «semelhante» acordo, se veleidades houver de o aplicar.

Violência no Minho

Um contingente da GNR carregou, fazendo feridos, sobre as

recusou-se a pagar o estipulado no contrato; pretendia baixar o preço. Ao protesto das trabalhadoras, que a todo o custo queriam impedir o carregamento da mercadoria, apareceu a GNR. Cerca da meia-noite, quando o carregamento estava quase concluído, carregou sobre trabalhadoras e população, entretanto surgida no local para evitar a saída do camião. O movimento



Durante a visita de Cavaco Silva à Beira. Covilhã, 17 de Maio

trabalhadoras da empresa de confecções Eurocorte, na freguesia de Calendário, concelho de Famalicão. As trabalhadoras, com salários em atraso há muitos meses, interromperam no passado dia 29 uma paralisação de trabalho para cumprir um contrato que poria a empresa em condições de lhes pagar. Ao terminarem a encomenda, o cliente

sindical protestou. A direcção da ORM do PCP, ao manifestar «a inteira solidariedade às trabalhadoras da Eurocorte em luta pelos seus direitos, reclama das instituições competentes e dos órgãos do poder o pronto apuramento das responsabilidades por esta intervenção repressiva sobre as trabalhadoras da Eurocorte e população».

A luta na RN

1. A resistência e oposição ao agravamento das condições de vida da maioria do povo português — provocado pela política do Governo minoritário de Cavaco Silva — vêm-se ampliando significativamente nas últimas semanas, expressando-se num importante conjunto de lutas que, com crescente frequência, tem assumido a forma de greves.

2. Entre elas, a justa luta dos trabalhadores da Rodoviária Nacional para assegurar aumentos salariais — aliás, iguais a outros já aceites e em vigor noutras empresas do sector (Carris, Metro, Transtejo) — tem assumido crescente impacto social.

Na verdade, a intransigência negocial e a falta de diálogo, quer do conselho de gerência quer do Governo, tem forçado os trabalhadores da RN a recorrer a uma prolongada greve — que dura já há várias semanas — sendo, por isso, as naturais perturbações e os consequentes prejuízos para os muitos milhares de utentes dos transportes da RN decorrentes desta situação, da inteira responsabilidade do Governo Cavaco Silva.

3. Alguns importantes órgãos de Comunicação Social — despidoradamente manipulados pelo Governo e ao serviço da sua política de desestabilização social — têm tentado virar a opinião pública e os utentes da RN contra os

trabalhadores, as suas justas reivindicações e as formas de luta a que a intransigência governamental os tem forçado.

A denúncia desta operação de intoxicação é inseparável da afirmação, por parte de todos os trabalhadores, da sua solidariedade para com todos quantos — na RN como noutros sectores profissionais — lutam por objectivos e direitos que, afinal, são comuns a todos os trabalhadores e outras camadas laboriosas da população.

4. A greve dos trabalhadores da RN ocorre num período em que outros sectores — médicos policlinicos, trabalhadores da indústria cimenteira e dos STCP, pescadores de arrasto — estão em luta, enfrentando justamente a política anti-social, antipopular e autoritária do Governo Cavaco Silva responsável pelo crescimento e generalização de um clima de instabilidade social que demonstra a necessidade da substituição do governo minoritário do PSD.

Uma vez mais se evidencia, também, que só uma política de diálogo e melhoria das condições de vida da população — inserida no quadro mais vasto de uma nova política para o País e da consolidação do regime democrático — garantirá o clima de estabilidade social tão necessária a um sério esforço de modernização e desenvolvimento efectivos da sociedade portuguesa.

PCP

Álvaro Cunhal no distrito do Porto

A luta dos trabalhadores e o reforço do Partido

Foi no concelho de Gondomar, participando no comício da Festa da Unidade, organizada pelos comunistas de S. Pedro da Cova, no lugar da Insua, que o secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal, iniciou na tarde do passado sábado uma digressão pelo distrito do Porto. Acompanhado de Edgar Correia, membro suplente da Comissão Política do Partido, Álvaro Cunhal iria ainda a Matosinhos, para um convívio com pescadores, na Quinta da Conceição, e a Gaia, à Festa do Sol, para participar igualmente em iniciativas do Partido.

Nas suas intervenções, foi a análise do actual momento político, nos seus diversos aspectos — a política ruinosa do actual Governo e o seu enfraquecimento, a situação em particular do sector das pescas, as lutas dos trabalhadores e a reflexão sobre as quatro lições dos dez anos de política de direita em Portugal, reflexão que é fundamental para compreender a necessidade de uma alternativa democrática.

Mas, para além dos comícios, esta visita constituiu uma jornada de contacto directo com os trabalhadores e a população com quem o secretário-geral do PCP entabulou diálogo animado.

De S. Pedro da Cova, diz-nos a História ser um lugar de grandes tradições de luta. Terra com mais de 200 anos, S. Pedro da Cova cresceu a partir das minas de carvão. Encerradas em 1970, reabriram há cerca de dois anos, mas agora a céu aberto e ocupando apenas cem trabalhadores. Contudo, hoje, não há família em S. Pedro da Cova que não tenha recordações dos tempos da mina.

S. Pedro da Cova: onde a história se faz presente

S. Pedro da Cova é hoje uma freguesia dormitório, já no extremo do concelho de Gondomar. A APU venceu ali as eleições autárquicas em 1982. Nas últimas eleições, a população reforçou a confiança então depositada e hoje a Aliança Povo Unido tem cerca de 9 lugares, contra 2 do PS e outros 2 do PSD.

«Temos as dificuldades próprias de uma zona dormitório. Mas temos andado bem. Isto é boa gente». José Alves, presidente da Junta de Freguesia: Uma Junta preocupada com o presente e o passado vivo da terra. Trabalha-se em S. Pedro da Cova para erguer o Museu Mineiro naquilo que foi, outrora, a Casa da Malta, o lugar para onde iam os malteses que trabalhavam nas minas.

Ao mesmo tempo a Junta, com a participação activa da população, acautela o presente. Com 3 200 horas de trabalho voluntário, fizeram as obras que possibilitaram a extensão da rede de transportes a toda a freguesia, facto que muito ajudou os trabalhadores que eram obrigados a percorrer grandes distâncias para apanhar o transporte para o emprego.

Gente de trabalho e onde a cultura está viva. «Esta terra é de poetas. Em Junho, por alturas da festa do nosso santo padroeiro, organizámos o 3.º concurso de quadras populares.

Concorreram quatrocentas e tal quadras», afirma, ainda, José Alves. «Existem em S. Pedro da Cova 27 colectividades com um

grande empenhamento colectivo e individual das pessoas. Temos uma escola de música a funcionar. O professor ensina gratuitamente 90 crianças.»

Foi pois nesta terra, num lugar paradisíaco que a Junta tenta conservar como «pulmão» da zona, com o rio Ferreira serpenteando por entre encostas a caminho de Valongo, que teve lugar a Festa da Unidade. Uma festa, diga-se, ao jeito da terra: pequena e acolhedora. Um bar, uma tómbola com a totalidade dos artigos oferecidos pela população em porta-a-portas que percorreram indistintamente toda a freguesia e um painel com as realizações da junta marcavam o recinto da festa. Entretanto, para os mais encalorados, numa tarde em que o sol se mostrava tímido, era a possibilidade de um banho nas águas do rio.

No comício, cuja mesa era composta pelos membros da Comissão de Freguesia, Comissão Concelhia e, ainda, uma camarada difusora local do «Avante!» e que, por esse facto, venceu um concurso que incluía uma viagem à URSS, além dos camaradas Edgar Correia e Álvaro Cunhal, Constantino Loureiro, da Comissão de Freguesia, fez uma intervenção de saudação. Salientou, em particular, o trabalho dos

comunistas com a população para arrancar S. Pedro da Cova do atraso a que o fascismo a votou. «Estamos aqui nesta festa que pretendemos e vai sê-lo um espaço de convívio, de amizade, de confraternização e que por certo nos vai ajudar a dar confiança para o futuro».

Na sua intervenção Álvaro Cunhal começou por realçar as tradições de luta de S. Pedro da Cova, o seu passado mineiro. Analisou, depois, a recente «entrevista» de Cavaco Silva à RTP, considerando, a este propósito, que «a primeira coisa exigível de um Primeiro-Ministro é que não utilize aqueles poderosos meios de informação ou desinformação como é a televisão, como é a rádio, como são os jornais estatizados, para mentir ao povo». Sobre a convergência dos votos democráticos na AR que possibilitou a derrota de algumas medidas inconstitucionais do Governo Cavaco, o secretário-geral do PCP considerou que, assim votando, os partidos democráticos «defenderam a independência do nosso país e os interesses dos trabalhadores». Álvaro Cunhal debruçou-se em particular sobre o «pacote agrícola» contra Abril que o Governo pretendia ver aprovado.

Condenando, de seguida, a RTP pela apresentação do «programa provocatório contra a República Popular de Angola», o secretário-geral do PCP terminou a sua intervenção assinalando as conclusões da última reunião do Comité Central relativamente às condições necessárias para se encarar de frente a questão da alternativa democrática a este governo referindo, nomeadamente, as quatro grandes lições destes dez anos de política de direita em Portugal.

Pescadores: alegria e combatividade

Álvaro Cunhal dirigiu-se, depois, para a Quinta da Conceição, ali à beira do porto de Leixões em Matosinhos. Aí decorria, desde as 16 horas, um con-

vívio de pescadores do norte do país.

Foi um ambiente muito fraterno aquele que esperava o secretário-geral do PCP. «Isto não é um comício. Estamos num convívio», dizia-se. E, de facto, o clima era de grande abertura, gente de rija ténpera falando dos seus problemas.

«Na praia das Angeiras não temos salva-vidas e já lá tivemos acidentes, felizmente sem gravidade, estamos fartos de reclamar mas ninguém nos atende». Falando da força e da vontade para continuar batalhando, contra o mar, como contra essas outras vagas não menos perigosas e que fazem as dificuldades maiores desta vida de pescador. «Temos que lutar, homem, se não lutarmos pelos nossos interesses ninguém nos resolve os problemas».

O mesmo pescador das Angeiras: «a Sacor fez uma descarga de petróleo em Julho, estivemos sem pescar o mês todo, isto está muito difícil». Falava-se, no convívio, na luta dos pescadores do arrasto pela revisão do contrato colectivo de trabalho em vigor desde 1980. No início desta semana, os trabalhadores do ramo cumpriam uma jornada de três dias de luta.

«E a reforma, camarada, andamos aqui a trabalhar sem condições e depois a reforma é o que se sabe».

Um homem aproxima-se, entretanto: «a minha embarcação foi abalroada, a responsabilidade civil cobria até 160 mil contos, mas o Balsemão, em 1982, baixou isso para 14 mil contos; isto não me dá para pagar o barco, quanto mais os pescadores que ficaram sem emprego». «O que temos é de lutar», retorquia de imediato um pescador.

E a conversa continuou. À mesa, saboreando uma boa caldeirada regada com um vinho que não se deixava ficar atrás. Na mesa, além de Álvaro Cunhal e camaradas pescadores estava o camarada Manafai, pescador, deputado.

Na intervenção de que repro-



Gaia: comício com Álvaro Cunhal na Festa do Sol, um espaço de reflexão política dentro do convívio

duzimos em caixa as partes mais relevantes, o secretário-geral do PCP deter-se-ia nos diversos aspectos da situação das pescas e da vida dos pescadores. Salientou, a este propósito, as iniciativas legislativas do PCP na AR: a regulamentação do contrato de trabalho a bordo das embarcações contra o regulamento de inspecção marítima do tempo de Tenreiro e que escandalosamente continua em vigor, um projecto de lei sobre a segurança dos pescadores a bordo e um outro que visa assegurar a reforma aos 55 anos, contando para o efeito todos os tempos, mesmo intercalados, de trabalho do pescador.

Álvaro Cunhal terminaria a sua intervenção referindo a importância do reforço e unidade do PCP: «é um bom momento para vir ao Partido», acrescentou.

E o convívio continuou como até ali; com alegria e grande combatividade. Era altura das cantigas, uma camarada tomou a iniciativa e um outro amigo continuou. A festa ia continuar.

Gaia: Festa do Sol

A visita de Álvaro Cunhal ao distrito do Porto ia terminar em Vila Nova de Gaia, na Festa do Sol, à beira da praia da Madalena. Podemos dizer que os esforços da câmara local para prejudicarem a realização e o êxito da festa saíram, por completo, gorados. Nos dias que antecederam a festa, enquanto se trabalhava na praia da Madalena — «era bonito ver a malta da implantação a discutir, aqui, os pormenores da construção da festa» — o presidente da Câmara de Vila Nova de Gaia dava ordem para arrancar todos os cartazes. Mas, como afirmou Manuel Rodrigues,

da Comissão Concelhia, na intervenção inicial que fez no comício em que participaria o camarada Álvaro Cunhal, «cartaz rasgado, cartaz colado, foi a nossa divisa».

Um bar, uma exposição de livros, a discoteca da juventude, uma exposição sobre a realidade do concelho, empresas, autarquias, lutas dos trabalhadores e uma outra sobre a Paz, eram os espaços mais significativos desta festa. Para além disso, muita cor, muita animação e muita juventude passou pela Praia da Madalena.

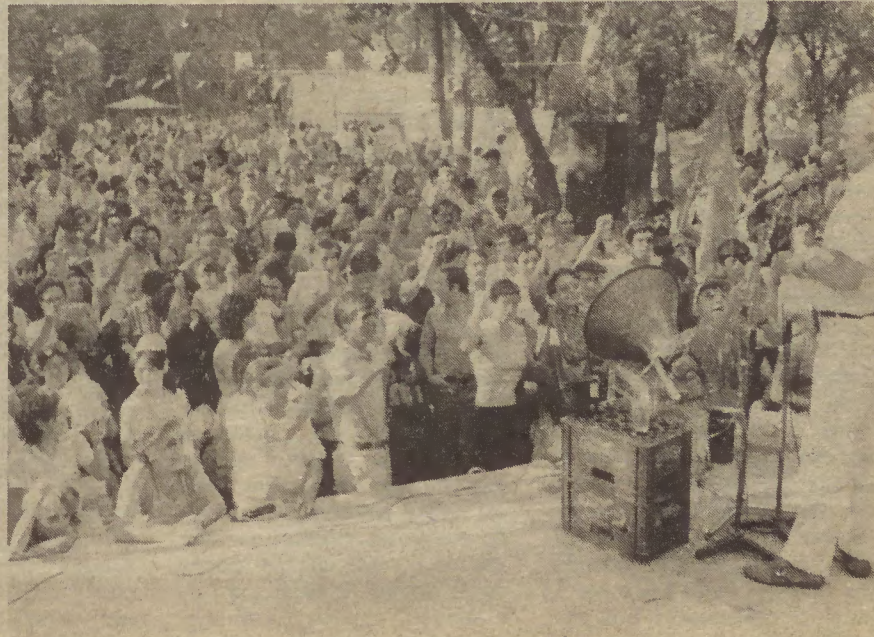
Durante a visita que fez à Festa do Sol, o camarada Álvaro Cunhal é interpelado por um trabalhador do Serviço de Transportes Colectivos do Porto: «esta luta está dura, camarada». Mais tarde, no comício o secretário-geral do PCP referiria a necessidade de solidariedade com todos os trabalhadores em luta. «Todos os trabalhadores têm direito a defender os seus interesses. As reacções negativas quando existirem devem dirigir-se, antes, contra os verdadeiros responsáveis pela situação a que se chegou, o Governo Cavaco que se recusa a negociar com os trabalhadores.»

Na mesa do comício, estavam camaradas das Comissões de Freguesia, Comissão Concelhia, a camarada Rosa Dias, da DORP e do CC, Maurício Ferraz, vereador da Câmara Municipal da Vila Nova de Gaia, e um representante da JCP.

Da intervenção do camarada Álvaro Cunhal que realçou os aspectos mais marcantes da actual situação política e a necessidade do reforço do Partido como condição indispensável para uma alternativa democrática, reproduzimos, nas páginas seguintes, as passagens mais significativas. ■ C.A.



O convívio e o esclarecimento em Matosinhos com os pescadores



Comício em S. Pedro da Cova, na Festa da Unidade

PCP

Intervenção
de ALVARO CUNHAL

As seis grandes derrotas estratégicas de Cavaco Silva

Festa do Partido Comunista Português é festa do povo, é festa do Portugal democrático conquistado com a Revolução de Abril. Isto significa por um lado, que esta Festa, precisamente porque é festa, é alegria, é diversão, é recreio, é espectáculo, é música, é cultura.

Significa, por outro lado, precisamente porque não é apenas uma festa, mas uma Festa do Partido Comunista Português, que são nela lembrados e abordados os problemas do nosso povo, que são dados esclarecimentos sobre a situação social e política, e que nos encontramos aqui agora neste comício, neste preciso momento.

O próprio facto de estarmos todos aqui, e estarmos tantos, e tão profundamente interessados neste momento político da nossa Festa, mostra que o povo português se não deixa iludir pelas mentiras e a demagogia do Governo, nem pela campanha anticomunista, e que a ligação ao PCP, o apoio ao PCP, a confiança no PCP continuam sendo um dos elementos fundamentais na defesa dos interesses do povo, do País e da democracia e na luta por uma alternativa democrática à política actual.

Incapaz de resolver os problemas o Governo não poderá ter longa vida

Todos os dias e a todas as horas o povo português é vítima de uma campanha de desinformação e intoxicação conduzida através da Televisão, da Rádio, dos jornais controlados e dirigidos pelo Governo, de sessões e reuniões e discursos de toda a espécie, e visitas e mais visitas oficiais dos membros do Governo, são informações falsas e tendenciosas, são mentiras cujo descaramento ronda o escândalo. É toda essa campanha para esconder as realidades e tentar convencer o povo de que, com o Governo PSD de Cavaco Silva, tudo está cada vez melhor e tudo está a ser resolvido, quando a inteira verdade é que a situação social continua a agravar-se e os problemas nacionais continuam sem solução.

Aqui no concelho de Vila Nova de Gaia, como no resto do País, a situação social é cada vez mais grave como resultado da política de direita.

Aqui no concelho, como no resto do País, é a praga dos salários em atraso, é a praga dos despedimentos, é a praga da degradação das condições de vida, é a praga do aumento das rendas, é a praga do preço da saúde, agora novamente agravado pela nova imposição de taxas moderadoras, é a praga da miséria geral em que se encontram os reformados, os pensionistas, os deficientes.

Aqui no concelho, como no resto do País, as mulheres continuam a ser gravemente atingidas por discriminações e injustiças e persistem os gravíssimos problemas da juventude que a demagogia do Governo não resolve nem poderá resolver.

Aqui no concelho, como no resto do País, os intelectuais, os pequenos e médios agricultores, os pequenos e médios comerciantes e industriais, sofrem também as consequências da política de direita realizada nos últimos dez anos por sucessivos governos e continuada agora pelo Governo PSD de Cavaco Silva.

E a situação económica de Portugal? Onde está a recuperação prometida? Onde está o desenvolvimento prometido?

Em vez da recuperação e do desenvolvimento, assistimos ao prosseguimento da degradação. Fábricas encerradas. Empresas falidas. Indústrias sacrificadas. Produtos agrícolas por escoar. Projectos de desenvolvimento económico abandonados.

E, para completar este quadro aí está a dura realidade da entrada de Portugal na CEE, que durante anos foi apresentada mentirosamente aos portugueses como o caminho da solução de todas as dificuldades e como chuva de dinheiro, mas que afinal se está revelando (tal como o PCP previu e preveniu) um factor de desastre e de ruína para largos sectores da nossa agricultura, da nossa indústria, das nossas pescas.

O Governo anunciou que iria resolver tudo e afinal não resolveu nada.

Por isso, muitas pessoas que de princípio acreditaram na «eficácia» e «eficiência» de Cavaco Silva compreendem agora que foram enganadas e se voltam contra o Governo.

Ontem, à entrada de uma iniciativa do Partido, houve um camarada que me perguntou: «Então, camarada, isto vai ou não vai? Quando atrainos o Governo abaixo?».

Que responder a tal pergunta?

Eu não digo que seja hoje ou que seja amanhã. Mas é um facto — e as grandiosas lutas dos trabalhadores agora em curso bem o mostram — que a já limitada base de apoio do Governo e do Primeiro-Ministro se reduz dia a dia.

É um facto que o Governo e o Primeiro-Ministro, desmentindo as promessas que fizeram, nada de fundamental resolveram.

Para nós é conclusão certa que este Governo, cuja política não serve o povo nem o País, não poderá ter longa vida.

Seis grandes derrotas estratégicas, Cavaco começou a contagem decrescente

Novo chefe do PSD, Cavaco Silva apresentou-se e foi apresentado como um novo estratega da direita, um novo chefe capaz de conduzir rapidamente a contra-revolução, aos seus objectivos de restauração dos monopólios e dos latifúndios e da destruição do regime democrático conquistado com a Revolução de Abril.

Um ano e quatro meses passados desde a sua ascensão a presidente do PSD, mais de oito meses passados desde a posse do seu Governo, qual o balanço que se pode fazer da estratégia deste novo chefe da direita, em quem muitos dos seus cortesãos supunham adivinhar um novo Salazar?

O balanço constitui mais um espectacular fracasso de uma estratégia contra-revolucionária da direita. Pode mesmo dizer-se que nunca desde o 25 de Abril um primeiro-ministro sofreu tantas derrotas em tão pouco tempo.

Na luta social e na luta política podem contar-se por centenas. Mas com particular relevo queremos aqui hoje referir 6 grandes derrotas estratégicas de Cavaco Silva que lhe dão a imagem exacta de um chefe da reacção já condenado à derrota completa e final.

Para Cavaco Silva e o seu Governo começou a contagem decrescente.

Primeira derrota estratégica: a perda da aliança com o PS

A primeira grande derrota estratégica de Cavaco Silva foi a perda, que poderá talvez ser temporária, mas que a opinião de-

mocrática pode tornar definitiva, da aliança e coligação com o PS.

A iniciativa da ruptura da coligação partiu do PSD. Era o primeiro golpe da estratégia do novo chefe.

Lembramos que existia um governo de coligação PS/PSD, tendo Mário Soares como Primeiro-Ministro, governo que assentava naquilo a que chamavam «a maior maioria de sempre» na Assembleia da República.

Lembramos que existem acordos firmados entre os dois partidos para o desenvolvimento da ofensiva contra as conquistas democráticas da Revolução de Abril.

Lembramos que nesses acordos estava prevista para o primeiro semestre de 1985 a aprovação na Assembleia da República pela maioria PS/PSD da série de pacotes antidemocráticos (que o Governo PSD veio a retomar) que só não têm sido aprovados nos últimos 10 anos pela firme resistência dos trabalhadores e dos verdadeiros democratas.

Cavaco Silva queria porém mais. Inteiramente ao serviço do grande capital e das forças mais reacçãoárias, queria andar mais depressa na destruição das conquistas da Revolução e do regime democrático.

Sobrestimando as suas forças e subestimando as forças da democracia, considerou que a reacção, no concreto o PSD, poderia dispensar o colaboracionismo do PS.

Foi um erro capital. O PS, liderado por Mário Soares, constituiu, sem qualquer dúvida, nos últimos 10 anos (e trata-se de um facto histórico que constitui em si próprio uma lição), um instrumento essencial e indispensável da direita para a realização das suas ofensivas contra os trabalhadores, contra a democracia, contra o 25 de Abril.

A ruptura da aliança e da coligação com o PS teria constituído uma vitória, se Cavaco tivesse conseguido sem o PS alcançar uma maioria. Como não o conseguiu, a perda, embora eventualmente temporária, da aliança e da coligação com o PS significou uma primeira e grande derrota estratégica de Cavaco Silva.

Segunda derrota estratégica: fracasso da reconstituição da «AD»

A segunda grande derrota estratégica de Cavaco Silva foi o fracasso da tentativa de reedição com o CDS de uma «AD» maioritária.

De facto, julgando poder dispensar a aliança e coligação com o PS, e responsabilizando o PS por uma política de que o PSD, era igualmente responsável, Cavaco pensava poder alcançar com o CDS a maioria de deputados, ou seja, reconstituir a «AD»; a maioria «AD» na Assembleia da República e um governo «AD» maioritário.

É isso que explica que, em Junho de 1985, quando, correspondendo ao grande movimento popular, se pôs na ordem do dia a dissolução da Assembleia da República, enquanto o PS, prevendo a própria derrota eleitoral, se opunha com toda a espécie de argumentos a eleições antecipadas, o PSD, pronunciou-se favoravelmente a elas.

O PS, conforme era previsível e inevitável, devido à sua responsabilidade directa na política de direita, sofreu a grande derrota de que todos nos lembramos: perdeu mais de 800 000 votos e metade dos seus deputados.

O PSD conseguiu ser o partido mais votado, mas não conseguiu a maioria juntamente com o CDS.

E assim, na nova composição da Assembleia da República, enquanto o PSD e o CDS ficaram a dispor de 110 deputados, os partidos democráticos (PCP, PS, PRD, MDP, Os Verdes) alcançaram em conjunto 140.

Cavaco foi chamado a formar governo. Mas governo minoritário, frágil, vulnerável, sem suficiente base de apoio social, político, eleitoral e parlamentar para levar por diante a política ultra-reacçãoária que anunciou.

Não ter conseguido com o CDS alcançar a maioria «AD» e constituir um governo de direita com uma maioria de direita na Assembleia da República significou assim a segunda grande derrota estratégica de Cavaco Silva.

Terceira derrota estratégica: a de Freitas nas presidenciais

A terceira grande derrota estratégica de Cavaco Silva foi a derrota de Freitas do Amaral nas eleições presidenciais.

Lembramos que, tanto no PSD como no CDS, conhecidos dirigentes e importantes sectores defendiam o voto em Mário Soares, entendendo que era a melhor candidatura de direita.

Na sua ambiciosa estratégia voltada para a maioria «AD», Cavaco, Primeiro-Ministro e presidente do PSD, jogou no CDS e na extrema-direita, apoiando directa e activamente Freitas do Amaral e a dinâmica de revanche fascista e fascizante desta candidatura.

Não tendo alcançado os seus objectivos nas eleições de 6 de Outubro para a Assembleia da República, Cavaco jogou tudo por tudo nas eleições presidenciais. Com Freitas do Amaral em Belém e ele Cavaco, Primeiro-Ministro do Governo, embora minoritário, estariam criadas as condições para desferir golpes mortais contra o regime democrático.

Quando, na 1.ª volta das eleições, em 26 de Janeiro, Freitas alcançou 46% em confronto com os votos democráticos divididos por 25% para Mário Soares, 21% para Zenha e 7% para Pintasilgo, Cavaco julgou ter ganho a batalha. Apesar dos insucessos anteriores, seria finalmente a vitória da sua estratégia.

Houve, porém, um factor com que Cavaco não contou. Foi a intervenção política do PCP na luta contra a reacção e na defesa da democracia.

É inteiramente justo referir uma vez mais que foi o alto sentido da responsabilidade nacional do PCP para com o povo português e para com a democracia, foi a decisão tomada pelo PCP no XI Congresso (extraordinário) de fazer apelo ao voto em Mário Soares (apesar de não apoiar este candidato, nem o seu programa, nem a sua acção) que conduziu à derrota de Freitas do Amaral na 2.ª volta das eleições presidenciais, salvando assim a democracia portuguesa de um perigo iminente que sobre ela pesava.

A derrota de Freitas do Amaral nas eleições presidenciais constituiu a terceira grande derrota estratégica de Cavaco Silva.

Quarta derrota estratégica: o «chumbo» dos pacotes na AR

A quarta grande derrota estratégica de Cavaco Silva foi o fracasso do seu plano e da sua tentativa de fazer aprovar pela



Assembleia da República uma série de pacotes inconstitucionais e antidemocráticos: o pacote agrícola contra a Reforma Agrária e o direito dos pequenos agricultores, o pacote laboral contra os direitos dos trabalhadores, o pacote das liberdades contra as liberdades.

Não deve oferecer dúvidas que, a serem aprovados, estes pacotes significariam a subversão das instituições democráticas.

A sua derrota na Assembleia constituiu uma importante vitória da democracia.

No que respeita ao pacote agrícola foi primeiro derrotado (no seguimento de recurso do PCP fundado na inconstitucionalidade) a tentativa do Governo de pôr em causa a nacionalização dos perímetros de rega. Depois foi derrotada a proposta de lei contra a Reforma Agrária — considerada por Cavaco fundamental na sua estratégia contra-revolucionária — que daria ao Governo uma cobertura formalmente legal para desferir golpes de morte na Reforma Agrária e entregar aos grandes agrários todas as terras do Alentejo e Ribatejo.

Trata-se sem dúvida de uma importantíssima vitória da Reforma Agrária e da democracia portuguesa contra aqueles que querem destruí-la.

Além disso, foram congeladas para discussão ulterior lá para Outubro ou mais tarde a proposta de lei para tirar os baldios aos povos, a proposta de lei do arrendamento rural (nova lei dos senhorios ricos) e a proposta de lei do emparelhamento dos prédios rústicos, visando a centralização nas mãos dos grandes proprietários da propriedade agrícola e das melhores terras, à custa dos pequenos proprietários e rendeiros.

No que respeita ao pacote laboral foi recusada ao Governo a autorização legislativa para o Governo alterar leis laborais, foi derrotada na Assembleia da República a proposta de lei dos despedimentos, que tornaria ainda mais precário o direito ao trabalho, e foi igualmente derrotada a tentativa de estabelecer um regime antidemocrático dos contratos a prazo.

No que respeita ao pacote das liberdades, embora votos do PS e PRD tenham permitido que passassem disposições atentatórias das liberdades e direitos consignados na Constituição, não passaram as disposições relativas às escutas telefónicas e buscas domiciliárias por mera decisão do Governo, foi adiada a discussão da Lei de Segurança Interna, não passou a proposta de Regulamento Disciplinar da PSP, que visava proibir definitivamente as guardas da PISP o direito à sindicalização, e não passou a institucionalização da Televisão privada, com a qual o Governo queria entregar ao grande capital e ao imperialismo esse poderoso instrumento de informação e formação o da opinião pública.

Cavaco Silva considerava a aprovação desta série de propostas de lei como parte integrante e fundamental da sua estratégia. Considerava indispensável para o prosseguimento da sua acção contra-revolucionária, que elas fossem aprovadas no primeiro semestre do ano, antes da interrupção dos trabalhos da Assembleia.

O fracasso desse plano constituiu para o Governo PSD uma derrota que terá importantes consequências. Constituiu para Cavaco Silva a quarta grande derrota estratégica.

Quinta derrota estratégica: falhada tentativa de governamentalizar o regime

A quinta grande derrota estratégica de Cavaco Silva foi o fracasso do seu plano e da sua tentativa contra o sistema de interdependência dos órgãos de poder estabelecido na Constituição, de governamentalização de todo o poder político, subalternizando ao Governo os outros órgãos de soberania.

Cavaco e o seu Governo quiseram submeter a Assembleia da República, invadindo e recusando o exercício das suas competências legislativa e de fiscalização. Com ameaças e indignas formas de chantagem, Cavaco e o seu Governo procuraram criar a ideia de que ia meter na ordem a Assembleia da República. E afinal foi a Assembleia que em numerosos aspectos meteu o Governo na ordem.

Meteu o Governo na ordem alterando o Orçamento do Estado, desagravando os impostos complementar e profissional, fazendo baixar o preço dos combustíveis, reforçando dotações para as autarquias e a Acção Social Escolar.

Meteu o Governo na ordem aprovando uma lei que contraria o plano do Governo de alienar as acções do «Jornal de Notícias».

Meteu o Governo na ordem instaurando um inquérito ao MAP pelas irregularidades cometidas na ofensiva contra a Reforma Agrária.

E, como resposta aos planos e tentativas do Governo minoritário, de ser um órgão de poder absoluto, a Assembleia da República, no uso das suas competências, alterou o Estatuto da Alta Autoridade contra a Corrupção que passou a ser eleita pela própria Assembleia e que passou a ter competência para investigar e tomar decisões relativas aos órgãos de soberania, portanto também em relação ao Governo. E bem necessário é porque, para essas bandas, continuam a ser sufocantes os fumos de corrupção.

Porante estes resultados, creio ser justo salientar o mérito dos trabalhos da Assembleia da República nesta sessão legislativa. Ao contrário do que diz o Primeiro-Ministro, a Assembleia da República não impediu o Governo de governar, impediu-o sim de desgovernar o País ainda com maior gravidade.

Isto significa também uma grande derrota estratégica de Cavaco Silva.

Sexta derrota estratégica: em vez de «paz social» a luta operária

A sexta grande derrota estratégica de Cavaco Silva foi não ter conseguido, apesar de o ter afirmado, a chamada «concertação social» e «paz social».

Quantas vezes não ouvimos o Governo e os seus propagandistas

PESCAS O ponto da situação, as condições de trabalho e as consequências da adesão à CEE nas palavras de Álvaro Cunhal em Matosinhos

Na intervenção que proferiu no convívio com pescadores realizado no passado sábado em Matosinhos, o secretário-geral do PCP deve-se no exame da situação das pescas e das condições de vida e trabalho dos pescadores. As consequências para este sector da adesão à CEE, foram também tema em foco nas palavras de Álvaro Cunhal. São extractos dessa oportuna intervenção — proferida de improviso — que, de seguida, reproduzimos.

O desprezo do sucessivos governos

«Nós somos, camaradas, um país de marinheiros e um país de pescadores. (...) Somos um país voltado para o mar. (...)»

«A pesca, como a navegação, bem poderiam, no nosso país, estar altamente desenvolvidas e serem actividades de extrema importância em toda a vida nacional. O que é certo é que têm sido desprezadas pelos sucessivos governos. Têm tomado numerosas medidas que, em vez de garantir que as nossas águas possam fornecer aos portugueses, através da pesca, aqueles recursos que estão em

condições de fornecer, fazem com que nós não estejamos, hoje, em condições de aproveitar essa grande riqueza que são as águas territoriais portuguesas.

«E mais, os pescadores não têm protecção jurídica, os pescadores continuam sujeitos — e, isto é um verdadeiro escândalo — ao regulamento de inspecção marítima que foi aprovado no tempo de Tenreiro.

«(...) É quanto a segurança, como exemplo, já hoje, depois de aqui estar convosco, me chamaram a atenção para situações concretas existentes de falta de segurança dos pescadores. É o caso, por exemplo que me foi citado por um camarada das Angélicas onde não têm salva-vidas porque está avariado. Reclamam, reclamam, reclamam e não é resolvido o problema.

«Os governos têm dinheiro para muitas coisas mas não têm dinheiro e iniciativa, nem capacidade, nem vontade de procurar resolver um tão grave problema dos pescadores.

Propostas do PCP

«O Partido Comunista Português na AR apresentou recentemente algumas propostas para a defesa dos interesses dos pescadores.

«Fez uma proposta de lei relativa ao contrato de trabalho, de forma a terminar com o escândalo de se manter ainda em vigor o tal regulamento que à pouco citei (...). Fez uma proposta de lei estabelecendo medidas de segurança dos pescadores. Fez uma proposta para que a reforma dos pescadores seja assegurada aos 55 anos mas com uma particularidade que hoje não é tida em conta. Segundo a nossa proposta de lei, deve ser contado todo o tempo de trabalho, mesmo que não seja continuado, por parte dos pescadores. Da mesma forma deve ser contado para efeitos de reforma o tempo em que os pescadores não descontaram para a Previdência. São tudo reivindicações que os camaradas que estão nesta mesa conhecem bem (...). Tudo faremos para que sejam discutidas, debatidas e

aprovadas quando reabrirem os trabalhos da Assembleia.

«(...) Para estas propostas de lei, para a sua elaboração muito contribuíram os pescadores, porque isto não foram propostas de lei elaboradas em gabinetes, apenas pela direcção do Partido. Estão aqui presentes nesta mesa, camaradas que com a sua opinião, com os seus conhecimentos dos problemas do mar, com a sua participação na luta dos pescadores, deram conselhos à direcção do Partido, deram a sua contribuição, eles próprios intervieram directamente nos debates. São propostas saídas dos interesses vivos dos pescadores e da contribuição de pescadores que conhecem os problemas e estão inseridos na luta.

«Camaradas, sem dúvida que é muito importante o trabalho na AR e a actividade do nosso grupo parlamentar, mas a decisão fundamental virá certamente da luta dos pescadores. Se os pescadores cruzam os braços perante os seus próprios problemas e se remetem para a Assembleia da República a decisão desses problemas então não tenhamos dúvidas. Não é o PCP com o seu grupo parlamentar que conseguirá que estas leis sejam aprovadas.

«A política de sucessivos governos nos últimos anos, conduziu as pescas a uma crise profunda. (...)»

«Hoje pesca-se menos do que já se produziu nas últimas dezenas de anos. Pescava-se, em média, muito mais do que hoje se pesca. (...)»

As importações e as frota

«Um outro é que se importa mais do que já se importou. E mais ainda, hoje importa-se não apenas para consumo que é o caso da pescada por exemplo, mas importa-se para as conservas. Nós, portugueses, importamos sardinha para as conservas portuguesas. (...)»

«A frota do arrasto do alto foi praticamente destruída. (...)»

«A frota bacalhoeira, podemos dizer que está quase em

vias de extinção, sobretudo e adiante me referiréi, depois da entrada tria CEE que levou, em relação à pesca do bacalhau, o Canadá para onde iam os nossos bacalhoeiros a recusar a possibilidade de nós pescarmos nas suas águas. (...)»

«Em relação à pesca artesanal, nós podemos dizer que tem sido a prima pobre na casa da tria rica. Sucessivos governos, não têm atendido às necessidades de desenvolvimento da pesca artesanal a que corresponde uma grande parte da pesca que se faz no nosso país. (...)»

«Não está completamente esclarecido para muitos portugueses o que representa, neste quadro da situação nacional, a integração na CEE, ou seja a integração no Mercado Comum.

Quem manda é a CEE!

«Em matéria de pescas, Portugal, um país de pescadores, deixou de ser independente no aproveitamento dos recursos do mar. Com a integração na CEE

quem manda agora nas águas territoriais portuguesas, quem decide das artes, das quotas de pescado, da própria forma de pescar é a CEE. (...)»

«Agora são os homens da CEE, que defendem outros interesses que não os nossos, que resolvem esses problemas. Nós deixámos de poder decidir, em relação às nossas águas, quanto pescamos, como pescamos, onde pescamos — são eles que estabelecem as quotas e os aparelhos, o que é que pode e o que é que não pode ser.

«Em relação às redes, no que toca à dimensão das malhas, eles querem estabelecer certas dimensões que vão criar grandes problemas de reconversão e que certamente não vão ser facilmente aceites pelos nossos pescadores.

«A perda da independência é tal que o Governo português, se quiser dar um subsídio às pescas, agora tem de pedir autorização à CEE.

«Isto não é aceitável. Não se pode admitir que os governos conduzam o País a uma situa-

ção em que deixamos de ter soberania nas decisões portuguesas, em que não possamos decidir qual é uma política de pescas nacional, onde é que devemos pescar nas águas portuguesas, quais são os aparelhos de pesca necessários, que a longa experiência dos pescadores se tenha de submeter às exigências e imperativos dos países da CEE.

«O que é que sucedeu logo depois de assinado o Tratado de Adesão à CEE? (...)»

«As nossas águas foram invadidas. E há alguns casos que são particularmente graves, como sucede, por exemplo, com o atum. O Governo entregou o atum aos espanhóis. Agora são os atuneiros espanhóis, que podem ir até 400, que vão pescar nas águas portuguesas e na nossa Zona Económica Exclusiva (ZEE). (...)»

Que faz Cardoso Cunha?

«O que faz na CEE o senhor Cardoso Cunha, que é Comissá-

rio para as Pescas e que é um senhor bem conhecido porque já esteve no Ministério da Agricultura e Pescas. Ele próprio reconhecia que no seu Ministério havia «fumos de corrupção». (...)»

«Nós dizemos que esse senhor não está em condições de representar Portugal na CEE porque parece que aí está a defender os interesses não portugueses mas dos países da CEE. É necessário que nesse lugar esteja um patriota, uma pessoa séria e honesta que aí defenda os interesses de Portugal, os interesses dos pescadores portugueses. (...)»

«Daqui a pouco as pescas portuguesas já não pertencem aos portugueses, se nós não reagirmos, se nós não lutarmos. Mas pensamos que estamos em condições de lutar, de reagir e de impedir que eles consigam levar por diante a destruição das pescas portuguesas e que Portugal fique completamente submetido à CEE. (...)»

«Se nós portugueses não lutarmos, se não reagirmos contra

a política deste governo, nem sequer Portugal poderá decidir como se pode desenvolver a sua frota de pescas. Porque a CEE impõe-nos que não possamos aumentar a nossa capacidade de captura. Impõe-nos o abate de navios, a diminuição da tonelagem de arqueação bruta, impõe-nos regras que, não são conformes com os nossos recursos nacionais e com a situação actual da nossa frota pesqueira que para se acomodar às exigências da CEE corre o risco da sua destruição.

«Com a entrada na CEE,

Portugal, se não reagirmos, se não lutarmos, será obrigado a ter uma frota cada vez mais fraca, de forma a que todas as frotas estrangeiras venham mais à vontade rapinar os nossos recursos.

20 mil postos de trabalho ameaçados

«O Programa de Restauração e Modernização da Frota Portuguesa de Pesca consiste fundamentalmente, não no aumento mas na diminuição da capacidade de capturas da frota, mas no apoio ao grande armamento com o sacrifício da pesca artesanal. (...)»

«Consiste na diminuição de 20 000 postos de trabalho no sector das pescas.

«Isto é um plano que não interessa, efectivamente, ao nosso povo, não interessa ao nosso país. Nós, os comunistas, continuaremos a luta diária pelos interesses dos pescadores na defesa dos interesses nacionais e para que Portugal, finalmente, tenha uma política de pescas conforme os interesses do desenvolvimento económico, do desenvolvimento das pescas e a defesa dos interesses dos pescadores (...).»

PCP

Intervenção
de ALVARO CUNHAL

Onde está a «concertação social»?

dizerem que os trabalhadores não só compreendiam como apoiavam o Governo, a sua política e as suas medidas?

E eis que por todo o País, numa verdadeira explosão de descontentamento, indignação, protesto e reivindicações, os trabalhadores dão a devida resposta a Cavaco Silva com um poderoso movimento de massas, em que as greves adquirem papel de relevo.

Creio, camaradas, que todos nós, que participamos neste comício, somos activamente solidários para com os trabalhadores em luta no seguimento do poderoso movimento dos últimos meses em que as greves se sucedem e multiplicam de norte e sul do País. Para com os trabalhadores da Rodoviária Nacional, do Serviço dos Transportes Colectivos do Porto, da CP, da metalomecânica pesada, dos cimentos, dos vidros e da cristalaria, das minas, dos pescadores do arrasto, dos trabalhadores da função pública, dos médicos policlínicos e de tantos outros sectores económicos, empresas, profissões, que corajosamente lutam em defesa dos seus salários, dos seus postos de trabalho, dos seus direitos vitais.

Aqui, em Vila Nova de Gaia, cabe particularmente saudar os trabalhadores do concelho.

Aqui saudamos, pela sua luta, pela sua unidade e combatividade, os trabalhadores da **Descos** que impediram o despedimento colectivo de 55 companheiros, da **Coats & Clark** que obrigaram o patrão a ceder na questão dos turnos e do subsídio nocturno, da **Cerâmica de Valadares** pela iniciativa de venderem materiais para pagamento dos salários, da **Hallait** pelo processo que ganharam contra o patrão por roubo de dias de férias, e todos aqueles trabalhadores, homens, mulheres, jovens que se unem neste grande combate que é simultaneamente um combate pelo pão, pela justiça social, pela democracia, pela liberdade.

Bem podem os amarelos da UGT entrar em acordos com o Governo e com os representantes mais reaccionários do grande capital.

Constitui uma verdadeira traição aos interesses dos trabalhadores o acordo firmado pela UGT no Conselho Permanente de Concertação Social segundo o qual se pretende fixar um tecto salarial de 9% e 8% para o 1.º e 2.º semestres de 1987, respectivamente.

A maioria esmagadora dos trabalhadores portugueses não se reconhecem representados pela UGT, mas pelo seu grande e poderoso movimento sindical unitário organizado em torno da gloriosa CGTP-Intersindical Nacional, que acaba de declarar que não aceita tal tecto salarial, que mobilizará os trabalhadores na luta contra ele, e que muito justamente insiste em que os aumentos salariais devem no mínimo repor o custo de vida verificado no período da vigência das tabelas salariais.

Tem fundamento o comentário de responsáveis sindicais quando afirmam que jamais tivemos um mês de Julho com tão amplas lutas da classe operária.

Onde está o apoio dos trabalhadores e das massas populares à política de Cavaco e do seu Governo? Onde está a «concertação social» e a «paz social»?

As grandes lutas de massas em curso representam para Cavaco Silva a sexta grande derrota estratégica.

Passos importantes da convergência democrática no quadro do fluxo da luta de massas

Estas grandes derrotas estratégicas de Cavaco e do seu Governo não são obra do acaso. Elas resultam da conjugação de vários factores que caracterizam a situação portuguesa. Da incapacidade da política de direita para resolver os grandes problemas, o que tem como consequências a continuação do agravamento da situação social e o acentuar da instabilidade. Da luta do povo, tendo a classe operária na sua vanguarda. Da nova armadura e correlação das forças políticas e partidárias em virtude dos acontecimentos de 1985 e primeiro semestre de 1986. Da força do regime democrático superior à força da reacção. E, particularmente, no que se refere à Assembleia da República, da convergência que se verificou das posições e dos votos dos partidos democráticos (PCP, PS, PRD, MDP/CDE e os Verdes) para impedir que passassem propostas antidemocráticas do Governo e para fazer aprovar medidas democráticas favoráveis ao povo e ao País.

Quando se diz que Cavaco entrou na contagem decrescente, que o Governo PSD de Cavaco não terá longa vida, que é necessária uma alternativa à política actual e ao Governo actual, logo se pergunta naturalmente onde está tal possibilidade.

A isso nós respondemos: institucionalmente existem condições básicas para uma alternativa democrática. Os partidos democráticos têm na Assembleia da República 140 deputados, enquanto que o PSD e o CDS têm apenas 110. Isto significa que, se o Governo PSD de Cavaco Silva se aguenta no Poder, não é tanto pela força própria, mas pela incapacidade que têm mostrado os partidos democráticos para se entenderem, para convergirem, para se unirem com vista a assegurar uma solução.

O PCP insiste na necessidade da convergência democrática, não apenas para fins limitados e temporários, mas para preparar uma alternativa de Governo.

Continuaremos trabalhando e lutando com esse objectivo. E, se os dirigentes dos outros partidos não ouvem este nosso apelo, estamos certos de que milhares de militantes dos outros partidos democráticos são favoráveis à convergência que propomos.

Estamos certos de que hoje mesmo, aqui connosco, estão socialistas, renovadores democráticos, que compartilham desta nossa opinião.

Aqui os saudamos cordialmente, apelando para que, uma vez que apesar das diferenças de opinião e mesmo divergências existem entre nós objectivos comuns, nos unamos todos para que estes sejam atingidos.

Um objectivo central que todos afirmamos ter é a constituição de um governo democrático. Lutemos pois todos em conjunto por este objectivo, com a certeza de que **nenhum partido democrático sózinho está em condições de constituir tal governo, mas que todos em conjunto podem assegurar tal solução no momento em que se entendam e resolvam actuar.**

Tendências negativas e o caminho necessário

No caminho da convergência e da unidade democrática levantam-se importantes obstáculos.

Talvez que, como o maior de todos eles, se possam considerar as posições de partidos democráticos contrários a tal convergência e unidade.

Hoje aqui irei referir-me em particular a ideias e tendências negativas que se manifestam no PS.

O novo secretário-geral do PS, Vítor Constâncio, num pequeno almoço propagandístico no Hotel Meridien (jornais de 16.7.86) falou largamente da sua estratégia.

Temos obrigação de dizer que algumas ideias expostas causam não só dúvida mas preocupação acerca da política que o PS após o Congresso se propõe praticar.

Quais são essas ideias?

São, em particular, as ideias da «bipolarização», da «hegemonia» e da «alternância».

Tal como a entendem os seus defensores, «bipolarização» significaria que seriam apenas dois partidos a mandar na política: o PS e o PSD. Os restantes partidos (reduzida a sua força a quase zero) seriam paus mandados, por um ou por outro.

«Hegemonia» significaria que o PSD mandaria na direita e o PS mandaria na esquerda e os restantes partidos, reduzidos a satélites, rodariam passivamente à volta de um ou de outro.

«Alternância», significaria que, em tais condições, os dois partidos hegemónicos se revezariam no Poder, ora um, ora outro.

Vê-se que ao PS saído do Congresso apetite político não falta. Mas falta manifestamente a noção de certas realidades.

O PS, se quiser e souber, poderá sem dúvida ter um importante papel numa alternativa democrática. Mas com concepções e com ideias do passado, recauchutadas com novo vocabulário, está inevitavelmente condenado a novas decepções.

É indispensável que todos os trabalhadores, todos os democratas, tenham a plena noção de que a «alternância» de que tanto agora se fala nada tem a ver com uma alternativa à política de direita.

A «alternância» seria um sistema bipartidário com a substituição periódica do governo de um partido por um governo do outro. PSD e PS, cada um por sua vez, seriam governo, ambos com política de direita muito próximas daquelas que temos conhecido nos últimos 10 anos.

Quando um dos partidos estivesse no Poder, desde logo se admite que a sua política antipopular provocaria o seu «desgaste» e a sua queda. O outro polarizaria o descontentamento, ganharia as eleições e substituiria o primeiro. Depois sucederia precisamente o contrário. E no fim de contas, como já vimos nos últimos 10 anos, quando as coisas estivessem mal para um e para outro, acabariam por entender-se numa coligação.

A «alternância» seria como na dança: Ora agora viras tu/Ora agora viro eu/Ora agora viras tu/Ora agora viro eu/Ora agora viras tu/Viras tu mais eu.

Assim, «alternância» é precisamente o contrário de alternativa democrática.

«Alternância» seria a substituição periódica de um governo com uma política de direita por outro igualmente com uma política de direita.

Alternativa democrática significa substituição de um governo de direita com uma política de direita por um governo de democrático com uma política democrática.

É nessa alternativa que o povo português está interessado. É por esta alternativa que o PCP luta.

Qualquer pessoa que goste de estar esclarecida deve perguntar: qual a razão por que estas ideias dos dirigentes do PS são compartilhadas, quase nos mesmos termos, pelos comentaristas do PSD e de outras forças de direita?

Qual a razão por que o director do «Expresso» proclama que «tudo tende de facto à bipolarização»? Qual a razão por que simultaneamente, um comentador do «Semanário» que é também dirigente do PSD afirma pelo seu lado que «a bipolarização é um bem»?

Qual a razão porque os analistas da direita tecem grandes elogios às ideias da «alternância», com o PSD a hegemonizar toda a direita e o PS a hegemonizar toda a esquerda?

Na situação política actual, e na actual correlação de forças partidárias, as ideias da bipolarização, da hegemonização a dois e da alternância, servem de facto às mil maravilhas os interesses da direita.

Porque, se o PS insistisse nelas, que situação se criaria?

Na direita teríamos (continuaríamos a ter) o PSD como pólo da direita e a hegemonizar e a unir a direita.

E no campo democrático? No campo democrático, por motivo da ambição hegemónica do PS, continuaríamos a ter a divisão, a dispersão e a incapacidade de oferecer ao País uma verdadeira alternativa democrática.

Por tudo isto entendemos serem de contrariar tais concepções e esclarecer o seu significado negativo.

Só há um caminho que pode conduzir a curto prazo à substituição da política de direita e do Governo de direita: é a convergência e a unidade de todos os democratas.

É urgente a substituição do Governo

A substituição do Governo a curto prazo é uma necessidade imposta pelas decisões e medidas antidemocráticas e anticonstitucionais que continua a tomar e a realizar.

Cavaco Silva e o seu Governo sofreram estrondosas derrotas estratégicas. Mas pretendem continuar a agir como se as não tivessem sofrido.

Desprezando a Constituição, a legalidade democrática, as decisões da Assembleia da República, o Governo Cavaco Silva pretende continuar a ofensiva contra-revolucionária como se tivesse maioria na Assembleia da República e esta tivesse aprovado as suas propostas de lei inconstitucionais.

No seu afã de restauração dos monopólios do capital financeiro e dos latifúndios, o Governo aproveita a suspensão dos trabalhos da Assembleia da República e avança para a formação de sociedades anónimas como passo para a reprivatização da Banca, decide a extinção da Companhia Portuguesa de Petroquímica, anuncia o desencadeamento de uma nova brutal ofensiva contra a Reforma Agrária com a marcação de numerosas reservas, e é manifesto que tem o propósito de continuar a desrespeitar os mais elementares princípios da legalidade democrática.

O povo português não pode permitir que o Governo assim usurpe o Poder, assim abuse das suas funções, assim comprometa o regular funcionamento das instituições democráticas, assim se arvore em Governo ditatorial e em poder absoluto apesar de vivermos no regime democrático progressista instaurado com o 25 de Abril.

PS e PRD afirmam-se favoráveis a uma alternativa democrática. Mas para quando? Porque deixam continuar a acção contra-revolucionária do Governo? Porque deixam continuar a destruição das grandes conquistas de Abril? Porque, tal como nós, não intervêm já, como está ao seu alcance, para pôr fim a esta política de autêntica subversão e liquidação do regime democrático consagrado na Constituição?

Não basta dizer que se está contra a política do Governo. É indispensável que essa oposição se transforme em actos que impeçam que essa política se concretize.

Para isso, o PCP, não só insiste na necessidade da substituição do Governo e uma alternativa democrática, como insiste na urgência de uma tal solução.

O PCP, força decisiva para a convergência e a alternativa

Dos grandes partidos, o nosso Partido é o único que insiste na necessidade e possibilidade da convergência democrática.

Os outros partidos democráticos actuam como se pudessem sozinhos vir a governar o País. Nós comunistas somos mais rigorosos e realistas: **Nas condições actuais, o PCP sozinho não pode institucionalmente constituir uma alternativa ao Governo. Mas é também irrecusavelmente certo que nenhum outro partido democrático pode constitui-la sem o PCP.**

É também não só justo mas rigoroso afirmar-se que o PCP é uma força indispensável para uma alternativa democrática e que, sem o PCP, os outros partidos democráticos tenderão ao estabelecimento de novas alianças e coligações com a direita.

E o que significam alianças e coligações de partidos democráticos com a direita? Que política se pode esperar de tais alianças?

A experiência dos últimos 10 anos mostrou de forma irrefutável que, nas condições existentes no nosso país, **das alianças e coligações de partidos democráticos com a direita não resulta uma política democrática mas uma política de direita de que os partidos democráticos se tornam instrumento.**

Esta realidade, camaradas, põe em primeiro plano da nossa actividade, o reforço do nosso Partido e a consolidação e alargamento da nossa base de apoio social, político e eleitoral.

Nós dizemos aos portugueses: **Se queres criar condições para uma verdadeira alternativa democrática, participa na acção com o PCP, apoia o PCP, reforça o PCP.**

Estamos empenhados no reforço do nosso Partido, com a profunda convicção de que o reforço do PCP não é só do interesse dos comunistas, mas fundamentalmente do interesse dos trabalhadores, do interesse do povo, do interesse da democracia, do interesse de Portugal.

Toda a história do PCP, antes e depois do 25 de Abril, é a história de um partido ao serviço do povo e da pátria. Assim foi e assim continuará sempre a ser.

Esta Festa é um novo testemunho das profundas raízes que o PCP tem na classe operária, nas massas populares, nos intelectuais, nas classes médias.

Esta Festa, pela numerosíssima participação feminina, é testemunho de que o PCP, intransigente defensor dos interesses e direitos das mulheres, conta com activo papel das mulheres na sua organização e na sua base de apoio.

Esta Festa é ainda um testemunho de que, cada vez de forma mais nítida, a juventude apoia o Partido, como Partido que não só está com a juventude, como faz apelo à sua participação dinâmica e criativa na actividade do Partido e da Juventude Comunista.

Com a classe operária, com as massas populares, com os intelectuais, com as classes médias, com as mulheres, com a juventude — **a luta continua!**

Viva Portugal de Abril!

Viva a unidade dos trabalhadores!

Viva a unidade dos democratas!

Viva o Partido Comunista Português!

Nacional

Domingo, em Garfe

Eleições com a APU

A APU realizou no último sábado, na escola primária de Garfe, uma sessão-festa para apresentação dos candidatos da lista e divulgação do seu programa, com vista às eleições do próximo domingo.

A sessão-festa decorreu com muita animação. Participou o grupo de música popular «Cantares da Terra».

Fernando Vieira, candidato à presidência da Junta, referiu na sua intervenção que «só o reforço da votação na APU, só a eleição de candidatos da APU, permitirá acabar com a "guerra" entre dois blocos políticos, que conduziu à queda da Junta e Assembleia de Freguesia e sacrificou os interesses da terra. Es-

sas forças já provaram que, sozinhas, não garantem estabilidade e trabalho na autarquia».

Fernando Vieira defendeu ainda a necessidade de um levantamento e análise de todas as carências da freguesia, através da consulta à população, para a elaboração mais fundamentada e rigorosa do plano de trabalho da próxima Junta de Freguesia.

O Partido Socialista tem-se servido de todos os meios para influenciar o eleitorado da APU a votar na sua lista. Inicialmente, diziam que a APU não concorria. Depois, passaram a dizer que a APU era só para dividir. Por último, que a APU vai desistir em favor do PSD.

«A população conhece-nos, sabe que somos de palavra, não viramos as costas às responsabilidades que nos confiam», garante a Aliança Povo Unido.

A APU concorre às eleições do dia 10 sob o lema «com a APU, uma Junta diferente e melhor ao serviço de Garfe». É este o compromisso que os candidatos «Povo Unido» depositam nas mãos do povo de Garfe, para dar um rumo diferente e melhor à Junta e Assembleia de Freguesia.

Refira-se, entretanto, que a APU já apresentou listas para as eleições em Chafé e Anha, no distrito de Viana do Castelo, marcadas para 28 de Setembro.

Notas da SIP

Timor-Leste

1. A notícia da presença do Consul honorário de Portugal em Darwin (Austrália) nas comemorações realizadas em Dili do 10.º aniversário da invasão e ocupação militar de Timor-Leste pela Indonésia, não pode deixar de suscitar a mais viva indignação e firme condenação.

2. Na verdade, face ao art.º n.º 297 da Constituição da República Portuguesa «Portugal continua a assumir as responsabilidades que lhe incumbem, conforme ao direito internacional, visando promover e garantir o direito à independência de Timor-Leste» pelo que é completamente inaceitável e de enorme gravidade que qualquer representante do Estado Português tenha estado presente numa cerimónia comemorativa da invasão do território de Timor-Leste pela Indonésia. Para além disso, confirmando-se esta presença, ela de alguma forma envolve e compromete o Estado Português tanto na política de brutal genocídio perpetrada pelos ocupantes in-

donésios, como pelas várias operações que neste momento levam a cabo visando consumir a anexação do território de Timor-Leste.

3. Face à gravidade desta ocorrência, a defesa da dignidade do Estado português exige do governo um rápido esclarecimento da situação e a imediata demarcação deste acontecimento, com o pronto apuramento de responsabilidades.

4. O PCP, coerente com as posições que sempre assumiu, considera indispensável que Portugal empreenda a acção política e as iniciativas diplomáticas adequadas para que, com a participação dos representantes do Povo mauber, seja desenvolvido um processo que garanta a autodeterminação e a independência de Timor-Leste.

30.7.1986

Taxas moderadoras

1. O início da aplicação das chamadas taxas «moderadoras» dos cuidados de Saúde — impostas por recente portaria da ministra Leonor Beleza — têm suscitado justa indignação e protesto por parte de numerosos utentes dos serviços hospitalares.

Esta medida é parte integrante da política anti-social e de degradação das condições de vida da maioria dos portugueses prosseguida, de facto, pelo Governo minoritário PSD/Cavaco Silva, apesar de toda a demagogia e propaganda governamentais.

Expressões gravíssimas e exemplos significativos dessa mesma política são, também, os recentes aumentos das rendas de casa para centenas de milhar de inquilinos bem como a escandalosa situação de salários em atraso que se mantém e agrava para cerca de cem mil trabalhadores.

2. Além de socialmente injusta e inaceitável — pois penaliza economicamente os sectores mais carenciados da população, precisamente aqueles que recorrem predominantemente aos cuidados de saúde hospitalares — esta medida, já anteriormente declarada inconstitucional pelo Tribunal Constitucional, irá produzir efeitos precisamente contrários àqueles que são anunciados pelo Governo, conduzindo assim a um sério agravamento dos problemas da saúde.

É por demais evidente que o decreto e a portaria governamentais — ao não «pouparem» sequer da sua «fúria moderadora» os cuidados de saúde pública, as consultas e meios de diagnóstico — estão a criar todas as condições para um aumento em flecha de situações clínicas graves ou desesperadas que acabarão por se repercutir numa ainda maior «saturação» e estrangulamento dos serviços de urgência — um dos problemas que, demagogicamente, o Governo invoca para justificar a aplicação das taxas moderadoras.

24.7.1986

Solidariedade com a juventude chilena

Nós, jovens portugueses, de vários quadrantes políticos e áreas de intervenção diversas, afirmamos o nosso protesto, consideramos indispensável e urgente a libertação de todos os presos políticos chilenos e reafirmamos o sentimento solidário que nos une à juventude chilena certos de que em breve um novo dia nascerá — em Liberdade!, salienta o documento já entregue na Embaixada do Chile em Lisboa e enviado para a «Mesa de Concertação Juvenil» chilena, por iniciativa de um conjunto de jovens dirigentes e deputados de várias organizações políticas de juventude preocupados com o agravamento da repressão sobre os jovens e estudantes chilenos».

Os promotores desta acção de solidariedade com a luta de-

mocrática e a massa juvenil daquele país da América do Sul recolheram durante uma semana as assinaturas de apoio.

Assim, «apesar do período de férias, foi possível obter a adesão de um significativo número de jovens dirigentes da Juventude Comunista Portuguesa, Juventude Socialista, Juventude do PRD, Juventude do MDP, «Os Verdes» e de Associações de Estudantes do Secundário e do Superior, desportistas, jornalistas, sindicalistas, artistas e músicos», jovens ligados ao movimento da Paz, entre outros.

Refere o documento dos jovens portugueses:

«Do Chile chegam-nos diariamente notícias de repressão, de prisões, assassinatos, torturas, desaparecimentos...

«Do Chile chegam-nos com grande intensidade e maior amplitude as vozes do protesto popular em luta contra a ditadura. Vemos as imagens das greves, das manifestações, das jornadas de protesto, e sentimos que a queda de Pinochet está cada vez mais perto.

«Do Chile chegam-nos mensagens de um grande consenso nacional na oposição à ditadura. Na «Mesa de Concertação Juvenil» participam todas as principais organizações de juventude chilena.

«A ditadura militar, dando sinais de evidente fraqueza, desencadeou nas últimas semanas uma vaga de repressão atingindo sobretudo os jovens de que já resultaram vários mortos e a prisão de centenas de estudantes chilenos.»

Estarreja

Festa do Futuro na freguesia de Avanca

O comício com intervenção do camarada Jaime Serra, membro do Comissão Política do Partido, será momento alto da Festa do Futuro, iniciativa da Comissão Concelhia de Estarreja que decorrerá no próximo domingo na freguesia de Avanca, no parque da Casa Museu Egas Moniz.

Com abertura às 10 e 30, a Festa do Futuro dedicará os

seus primeiros momentos de animação aos camaradas e amigos que gostam da malha, damas e sueca. Aos primeiros classificados nos torneios previstos serão oferecidas EPs para a Festa do Avante!

À hora do almoço, a partir das 12.30 h, a Festa do Futuro dará lugar à sardinhada e ao caldo verde. Depois, cerca das 15 horas, a parte cultural da iniciativa,

com uma visita guiada à Casa Museu Egas Moniz. Uma hora depois, os grupos «Estrela da Branca» e «Montenegro» lá estarão com a música popular.

A intervenção de Jaime Serra está marcada para as 17 horas. Uma presença constante na Festa do Futuro será o vídeo com filmes e telediscos.

Vamos à Festa do Futuro!

VERÃO 86



«Verão 86», à semelhança de iniciativas concretizadas em anos anteriores, é um contributo para a informação e o esclarecimento. Um contributo na luta difícil contra o bloqueio informativo que domina os grandes órgãos da Comunicação Social. São quatro páginas para distribuir em todo o País, neste tempo de férias, mas não de alheamento face às realidades, às lutas, aos problemas e à grave situação social que uma política condenada ao fracasso insiste em manter e agravar. «Verão 86» é para distribuir nos parques de campismo, nas praias, nas esplanadas, nas bancas, nas ruas. Para ler e reflectir. E também para esclarecer!



Uma equipa voluntária de camaradas, jovens de diferentes idades, oriundos de Montelavar/Pero Pinheiro, deu início às esperadas obras no Centro Vitória, em Lisboa. Em próxima edição, abordaremos o assunto

Internacional

Provocação na RTP contra Angola e encontro «cordial» com os racistas

A embaixada da República Popular de Angola em Lisboa considerou, em comunicado tornado público, tratar-se de uma «provocação», uma «flagrante ingerência», uma «profunda injustiça» e um «gesto de hostilidade» a recente exibição pela RTP do programa «Angola, os anos perdidos». A embaixada fez notar que a exibição do programa apareceu «curiosamente associada» a outras iniciativas, tanto por parte dos EUA, como da África do Sul, e também de círculos portugueses bem conotados nos seus interesses contra Angola, com o objectivo de evitar o «declínio dos traidores e fantoches moribundos».

Referé o comunicado da embaixada o facto de a RTP ter «ocultado deliberadamente», no seu programa, as razões profundas da situação em Angola, «país outrora considerado mercado de reserva estratégica para a potência colonizadora e outras».

Como factos «esquecidos» pela RTP aponta o comunicado da embaixada da República Popular de Angola em Lisboa o facto de que «em 482 anos quase nada se fez para o desenvolvimento socioeconómico de Angola» e ainda que «o regime colonial português não formou o mínimo de quadros angolanos qualificados para o desenvolvimento do país».

Como se isto não bastasse, recorda ainda o comunicado que a CIA «criou o FNLA», assim como «o exército colonial português criou a Unita».

O protesto angolano salienta ainda que a projecção do programa serviu objectivamente como meio de «propaganda» da Unita e de Savimbi contra a República Popular de Angola.

Por seu turno, também a Associação Portugal-Angola condenou vivamente «o tempo de an-

tena da Unita», exibido na RTP a pretexto de um programa sobre Angola.

A direcção da Associação Portugal-Angola recordou que a exibição do programa televisivo não constitui um facto isolado, assinalando que há poucos dias foi lançado em Lisboa um livro de propaganda «do ex-colaborador da Pide, Jonas Savimbi», que as autoridades portuguesas condecoraram recentemente o adido militar sul-africano e que o Governo português se afirmou contrário à aplicação de sanções ao regime do «apartheid».

Destacando que a exibição do programa televisivo teve objectivos claros: «servir a guerra não declarada contra Angola» e criar maiores obstáculos «às relações entre Portugal e a RPA», a direcção da Associação de Amizade Portugal-Angola denunciando esta «grosseira deformação da realidade angolana» considerou «absolutamente indispensável» que o Governo português «tome as iniciativas necessárias para o desenvolvimento das relações entre dois países, na base dos princípios da igualdade, do respeito mútuo da não ingerência e da reciprocidade de vantagens».

Quase simultaneamente com este programa provocatório contra a República Popular de Angola, o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros portugueses, Azevedo Soares, de visita à África do Sul, classificou como «cordial e satisfatório» o encontro que teve em Pretória com os dirigentes do regime do «apartheid», Pieter Botha e Roelof «pik» Botha.

O membro do Governo português era portador de uma mensagem de Cavaco Silva para Pieter Botha. Para além dos dirigentes racistas sul-africanos,



José Eduardo dos Santos

Azevedo Soares encontrou-se com o dirigente zulu Ghaza Buthelezi, considerado pela maioria negra da África do Sul como um colaborador dos dirigentes do «apartheid».

Com estes encontros e esta política compreende-se a exibição do referido programa na RTP e que o Governo Cavaco Silva argumente perante os pro-

testos da embaixada da República Popular de Angola em Lisboa, afirmando que «não interfere» na programação da RTP. Ou seja, não gosta de desprogramar a programação que fez.

RAS prepara ataque a Angola

Mais de 20 mil soldados do exército sul-africano, equipados com cerca de 120 tanques, 800 carros blindados de combate, mais de 350 peças de artilharia e 60 sistemas de mísseis ar-terra do tipo «Entac» estão concentrados no norte da Namíbia, a cerca de 300 quilómetros da fronteira com a República Popular de Angola, para uma eminente agressão a este país, refere a Agência Angop, citando declarações do presidente deste país africano.

Para além de tais meios há a acrescentar, também, quantidades incalculáveis de peças de morteiro e canhões de pequeno e médio calibre e 80 a 90 aviões de combate e 40 a 50 helicópteros de transporte e apoio de fogo.

Estes dados foram revelados pelo Presidente do MPLA-Partido do Trabalho e da República Popular de Angola, José Eduardo dos Santos, num discurso que proferiu na 22.ª Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da OUA, que se realizou na capital etíope.

O Chefe de Estado angolano acrescentou que para além destas grandes unidades, têm sido utilizados também os batalhões que habitualmente cumprem missões de patrulhamento na zona operacional e, periodicamente, são introduzidos em Angola para realizarem operações, com cobertura de helicópteros de apoio de fogo.

As mesmas unidades, acrescentou, têm actuado nas áreas de Nehone, Chiede, Cuamato, Ruacanã e Chitato, na província do Cunene, para além da presença permanente do famigerado «Batalhão Búfalo», na província do Kuando Kubango.

O Presidente José Eduardo dos Santos elucidou que essas acções, realizadas no interior do país pelas forças sul-africanas, sob o falso pretexto de perseguição aos combatentes da Swapo visam, na realidade, atacar as posições defensivas das Forças Armadas Angolanas, destruir a economia e aterrorizar as populações.

Notou também que a partir de Fevereiro último, os racistas sul-africanos aumentaram a sua actividade — aérea e terrestre — contra Angola, violando constantemente o seu território a uma grande profundidade, principal-

• Um programa que ocultou deliberadamente as razões profundas da situação no jovem país africano

mente em voos nocturnos, para o desembarque de meios logísticos e técnico-militares que se destinam aos bandos fantoches.

«Nestes últimos seis meses a aviação sul-africana realizou mais de 90 violações aéreas, utilizando para o efeito aproximadamente 74 aviões em missões de exploração armada, reconhecimento aéreo, desembarque de tropas e apoio logístico aos bandos fantoches», acrescentou o mais alto mandatário angolano.

O Presidente José Eduardo dos Santos, depois de referir a captura, pelo Exército angolano, de mais de 100 toneladas de diverso material militar, lançado pela aviação sul-africana, a mais de 500 quilómetros da fronteira com a Namíbia, denunciou que Pretória tem introduzido comandos especiais no interior de Angola a fim de realizarem acções de sabotagem, que posteriormente são reivindicados pelos fantoches, com o objectivo de promovê-los na arena internacional.

Considerou também o apoio militar e material dos Estados Unidos aos grupelhos fantoches não apenas como um gesto inamistoso de Washington para com a África, como também uma manifestação clara da sua aliança com o regime de Pretória e uma grosseira ingerência nos assuntos internos de Angola.

«A República Popular de Angola tornou-se, agora, alvo de medidas de retaliação por parte da administração Reagan, devido à política de princípios que pratica em relação aos povos da Namíbia e da África do Sul que lutam pela sua independência e liberdade», sublinhou o presidente angolano.

Este comportamento levou a uma alteração substancial da política americana na África Austral que, em vez de aplicar sanções económicas e exercer todo o tipo de pressão contra o regime do «apartheid» passou a exercer represálias contra alguns países da Linha da Frente para impedir o desenvolvimento da luta de libertação e manter o actual «status quo», referiu.

Ao debruçar-se sobre a África Austral, o Chefe de Estado angolano disse que os contactos com o governo americano poderão ser retomados quando a parte angolana constatar a imparcialidade do mediador e o desejo sincero da África do Sul de procurar soluções justas e duradouras.

Contudo, acrescentou, «continuamos a pensar que a independência imediata da Namíbia na base da aplicação da Resolução 435/78 é o único ponto de partida que pode encadear a resolução de outros problemas da sub-região».

Avante!

«Mussolini, e o seu partido fascista, e o seu governo fascista, caíram por terra. O feroz carrasco do povo italiano, o primeiro ditador fascista do mundo, encontrou o seu fim político nas ruínas do edifício que ele próprio construíra. Ao povo italiano dera só fome, violências, a repressão da OVRA (policia de informações italiana), e a guerra. Mussolini conduziu a juventude italiana ao massacre nos campos de batalha. (...)»

«Nós não consideramos o fascismo apenas como o governo de Mussolini. Para nós, o fascismo é um recurso que à violência, ao terror, ao chauvinismo desenfreado, lança mão a burguesia, quando, incapaz de resolver, por via pacífica, os problemas insolúveis da economia capitalista e quando incapaz de estancar o ascenso revolucionário das massas trabalhadoras dentro dum regime de liberdades democráticas.»

(«É Derrubado o Primeiro Tirano Fascista» — «Avante!», VI Série, n.º 38, 2.ª quinzena de Agosto de 1943)

Avante!

«Trabalhando em condições desumanas, sem ventilação, a uma distância de 20 minutos da entrada do ar, os mineiros de S. Pedro da Cova levantaram-se na luta contra tal exploração acrescida da obrigação de cumprir tarefa marcada («marcas») e abandonaram todos o trabalho.»

«Perante isto o encarregado foi obrigado a pedir providências à Direcção da Companhia, que, em resposta, mandou colocar uma ventoinha na galeria.»

«Da continuação da vossa luta unida e organizada, mineiros de S. Pedro da Cova, dependerá a melhoria das vossas condições de vida!»

«Esta vitória aponta-vos o caminho para novas vitórias!»

(«Unidos Mineiros de S. Pedro da Cova» — «Avante!», VI Série, n.º 160, Agosto de 1951)

Avante!

«Em 25/5/951 o embaixador norte-americano em Lisboa afirmava pela Rádio: «Portugal começou a fortalecer os seus meios de defesa e não a diminuí-los, logo após o fim da 2.ª guerra mundial. Dispensou um total de 170 milhões de dólares (quase cinco milhões de contos o que daria para construir 8 barragens iguais à do Castelo do Bodel) na realização desse esforço quase inverosímil para um país tão pequeno.»

«A intensificação dos preparativos militares significa para as massas trabalhadoras e as classes médias, impostos cada vez mais elevados, aumento do custo de vida, baixa constante do poder de compra, mais desemprego; significa a submissão da produção nacional e do comércio externo às necessidades dos imperialistas norte-americanos.»

«Seguindo uma política de desenfreada preparação para a guerra, a camarilha salazarista não pode desenvolver ao mesmo tempo a construção de obras de fomento, de cultura e saúde. Tudo o que se diga em contrário é pura demagogia.»

«Os frutos amargos da política antinacional da camarilha salazarista podem ser vistos, ainda, nas consequências nefastas da entrega de bases militares aos imperialistas norte-americanos e ingleses, no continente, Açores e África; do petróleo, do urânio e do carvão de Moçambique, do manganês e dos diamantes de Angola, do volfrâmio, ferro, cobre, estanho e urânio do continente, etc., etc.»

(«Os Frutos Amargos da Política Salazarista» — «Avante!», VI Série, n.º 160, Agosto de 1951)

Nota da SIP do PCP

1. A entrevista de Cavaco Silva ao Telejornal e a emissão de uma reportagem sobre a República Popular de Angola caracterizada por uma ostensiva desonestidade e notório espírito provocatório constituem os episódios mais recentes de um crescendo de escalada de manipulação e intoxicação da opinião pública, levados a cabo por grandes meios de comunicação social, com especial destaque para a RTP.

2. Na verdade, a instrumentalização dos programas informativos da RTP — ao serviço e em benefício do governo de Cavaco Silva, da sua política, das suas mistificações e demagogia — é uma característica permanente que tem atingido, ao longo dos últimos oito meses, expressões escandalosas e cada vez mais absorventes.

Pode dizer-se que não há linha da propaganda governamental que não se repercuta pronta e empenhadamente nos temas, nas formas televisivas e até nos termos utilizados pela RTP para os veicular, difundir e amplificar.

3. É igualmente significativa a deturpação e desvalorização que a RTP — bem como outros meios de Comunicação Social dependentes do governo — têm feito do amplíssimo conjunto de lutas que nas últimas semanas têm mobilizado, entre outros, os trabalhadores dos transportes rodoviários e ferroviários bem como os médicos policlinicos.

Correspondendo inteiramente aos propósitos governamentais, a RTP tem procurado transferir para os trabalhadores em luta a responsabilidade — que cabe por inteiro à intransigência negocial e espírito autoritário do Governo — da manutenção de um clima de instabilidade social, que a perturbação dos serviços em causa sempre ocasionam.

4. O PCP, protestando contra a manipulação e governamentalização da RTP, chama a atenção de que elas são consequência inelutável do prosseguimento, quer da política de direita, quer do Governo minoritário de Cavaco Silva, cuja substituição se impõe cada vez com mais premência.



A Sorefame

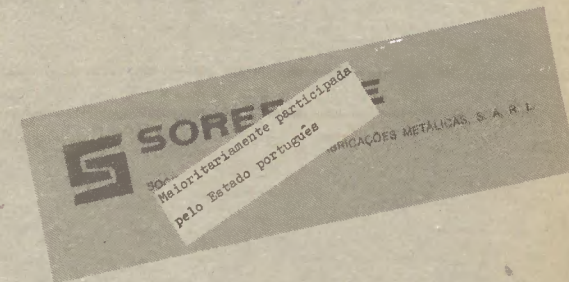
lá dentro

Num pavilhão daqueles em pré-fabricado, que no Verão se transformam em autênticas torradeiras, funcionam, logo à entrada das instalações fabris na Amadora, as organizações representativas dos trabalhadores (ORTs) da Sorefame. Para uma empresa que nos últimos dois anos se desfez, por vários processos ainda em vigor, de 1000 trabalhadores, o panorama visível não denota, pelo contrário, que acabámos de entrar, como sucedeu connosco na passada quinta-feira; numa empresa antiquada a precisar de profunda remodelação. Ao ouvir o que entenderam dizer-nos quatro elementos das ORTs, mais se arreigou em nós a certeza de que o «reordenamento» da metalomecânica pesada — cavalo de batalha do Governo, das administrações e do IPE, sigla do Instituto de Participações do Estado — não resulta de outra coisa que não seja a indefectível ambição recuperadora dos grandes lucros privados, com deliberado prejuízo do nível do emprego, do próprio direito ao trabalho e da formação económica constitucional que dá pelo nome de sector público da economia, ou sector empresarial do Estado (SEE). Se essa ambição, que começou a expressar-se fortemente logo em 1976, não tivesse deparado durante estes dez anos com a também indefectível oposição dos trabalhadores organizados, que se têm batido com determinação pelos seus direitos, já há muito que o sector público da economia teria passado à história das Constituições, que o dr. Freitas do Amaral, por

exemplo, é muito capaz de escrever. Mas não foi, como se percebe, para falar de história que o «Avante!» se deslocou à Sorefame. De resto, nada do que lá se passava nessa mesma quinta-feira da semana passada, pelo menos no que respeita aos trabalhadores, tinha a ver com a história como ela se escreve. Mas já tinha a ver, e muito, com a maneira como ela se faz. Vem esta pequena digressão, se assim se pode chamar, a propósito do que indirectamente deixaram entender os trabalhadores que ouvimos na Sorefame, no próprio dia em que efectuavam uma paralisação de duas horas em toda a empresa (Amadora, Amora e estaleiros da Covina), com a realização de plenários nesses locais de trabalho, para protestarem contra a desanexação das instalações fabris da Amora e contra a discriminação salarial que a administração da SGM (Sociedade Geral de Metalomecânica: assim chamada no papel, que não nas obras) pretendeu impor sem êxito aos operários e restantes trabalhadores daquela fábrica da Sorefame no Seixal. É o tal «a propósito» é o de que nenhuma revolução tecnológica ou científica e técnica deveria servir,

como serve aos promotores do «reordenamento», para impor pesadas sanções — dizemos bem sanções — aos trabalhadores no activo e aos outros quando, no que respeita à metalomecânica pesada (MMP), essa revolução apenas se invoca para eliminar postos de trabalho e preparar as condições mais atraentes para o apetite (e não para captar o investimento) do capital privado. Aliás, no que respeita à MMP, o nome dessa revolução é sempre invocado em vão. Na prática, queremos dizer; já que sempre tem algum efeito utilizar expressões em voga quando se pretende dourar a pílula dos lucros incontrolados, das benesses políticas e do desemprego em massa. Para salvar a coesão da grande empresa do SEE que tem sido a Sorefame, para evitar o afundamento de todo o sector no mar de interesses particulares, agora mais revoltos com a adesão à CEE, e manter a empresa a funcionar com os seus postos de trabalho é que os quatro elementos das ORTs da Sorefame — Jorge Silva, José Balecho, Luís Frade e António Figueiredo — nos falaram do que se passa na empresa e um pouco também na generalidade do sector. Do que nos disseram se dará conta na página seguinte. **AL**

REORDENAR PARA A PRIVADA SE ENCHER Manobra



desengatada na Amora

A Sorefame tem condições para trabalhar e trabalhar bem. Quer isto dizer, segundo os representantes dos trabalhadores, que ouvimos sobre esse e outros assuntos internos da empresa que o tão falado «reordenamento» da metalomecânica pesada (MMP) não radica nas chamadas novas tecnologias, mas na já velha tentativa, agora revigorada pelo Governo Cavaco, de reduzir drasticamente o nível do desemprego e entregar a prazo os lucros do sector ao grande capital privado. Na prática, o aparecimento recente da Metalgest e a manobra da SGM em 1985 são operações completamente alheias a qualquer reestruturação ou redimensionamento sério em matéria tecnológica ou científica. Trata-se muito cruamente, e quando muito, de operações jurídico-financeiras. No caso da SGM, que ficou (até ver) com a divisão da Amora pertencente à Sorefame, confirmam os trabalhadores que a «decisão é apenas política». E, lamentavelmente, à frente de todo o processo «estão homens do Partido Socialista». Em nome de miragens ou de um futuro incerto, fomentam o desemprego e «amanham-se» muito bem com o presente.

Os trabalhadores da Sorefame têm conseguido evitar o pior. Ainda na passada quinta-feira, após um plenário participado em toda a empresa, obtinham êxito na batalha pelos salários da Amora, que foram pagos sem discriminações relativamente aos outros sectores da empresa. Recorde-se que a administração da SGM, no que respeita àquela unidade do Seixal, pretendia reduzir a zero os já escassos 13,5 por cento de aumentos salariais que a administração da Sorefame praticamente impôs, apesar da luta, com a convicção dos representantes da UGT.

No entanto, a tentativa de discriminação salarial continua a fazer-se sentir, ao mesmo tempo que se repetem as intenções de reduzir ainda mais os postos de trabalho.

Na passada quinta-feira tivemos a oportunidade de confirmar no próprio local, na Amadora, a disposição de luta de que estão animadas as ORTs e a maioria dos trabalhadores. Apesar de entre eles um número considerável, incluindo delegados sindicais das CITS (comissão intersindical) e da CT terem já um pé nas férias, era visível que os golpes ultimamente desferidos na coesão da Sorefame e também na própria unidade dos trabalhadores, não os farão abandonar a luta, sem a qual a empresa já teria desaparecido do mapa empresarial do Estado.

É certo que as propostas da administração no sentido de rescindir contratos «por mútuo acordo», as pré-reformas e outras medidas tendentes a reduzir os quadros de pessoal efectivo têm produzido os seus efeitos, limitando inclusive a capacidade tecnológica da empresa, segundo nos disseram os elementos das ORTs que contactámos. No próprio dia em que nos receberam nas suas instalações da Amadora, foi-nos possível ouvir, sem participar, as despedidas de dois trabalhadores que abandonavam a empresa depois de terem recebido as cartas-proposta de rescisão de contratos. Um deles com lugar garantido noutra empresa, onde de resto já trabalhara, não parecia muito afectado pela decisão a que a proposta da administração o levava. Garantia que a luta é a mesma no local de trabalho para onde vai e que manteria os mesmos contactos sindicais. Mas o outro (ambos homens entre os 40 e os 50 anos) não tinha a mesma perspectiva de trabalho e de emprego. Revelava insegurança. As palavras simpá-

licas e empenhadas do sindicalista que o ouvia levaram-no a revelar, ainda que mais por gestos que por palavras, o ambiente que rodeia os trabalhadores alvo dessas cartas-proposta que psicologicamente funcionam como pré-avisos de despedimento. Trabalhadores qualificados entre os 40 e os 50 anos, com 14 e 15 anos de empresa, como estes casos verificados (um deles com cinco filhos) vêem-se do pé para a mão em situações de readaptação forçada depois de uma sobrecarga nervosa que os leva frequentemente a situações de grande risco, porque são incapazes



Jorge Silva e António Figueiredo (CT), José Balecho e Luis Frade (CITS), membros das ORTs da Sorefame ao «Avante!»: De que serve a boa preparação da empresa, se não há planos para o que fabrica? Quem conhece a curto e médio prazo o futuro do mercado nacional? A EDP já devia ter lançado novos projectos. Além do Lindoso, onde estão? Onde está o prometido saneamento financeiro da CP? Para o Metro não há encomendas?

Só não falta confiança. Mas é na força organizada dos trabalhadores.

zes de medir as amplas e diversificadas restrições que este Governo e a sua gente instalada na gestão das empresas impõem ao emprego efectivo, optando como se sabe pelas várias modalidades da precariedade de emprego sem garantias de qualquer espécie.

Só por efeito do local onde estávamos, pudemos constatar, ao ouvir uma conversa em que não participámos, que os sindicatos na Sorefame, como nas outras empresas com os mesmos problemas, fornecem aos trabalhadores todos os elementos para

Trabalhadores recusam qualquer despedimento. Êxito contra a discriminação salarial. Firme disposição de luta manifestada pelas ORTs. Defender os salários, defender os postos de trabalho, relançar em bloco a Sorefame.

julgarem e decidirem sobre o interesse dessas propostas de «rescisão por mútuo acordo». Na maioria dos casos é sempre preferível manter o posto de trabalho e lutar por ele. O engodo da indemnização, mesmo quando tem bom aspecto, não vale a garantia do emprego e a defesa comum dos pos-

me. Até porque, a maior parte das vezes, posto de trabalho onde houve despedimento é posto de trabalho extinto. No serve para mais ninguém.

Efeitos secundários?

A Sorefame não tem salários em atraso. É já só por si uma vantagem considerável, mesmo em relação a outras empresas do sector. Os sucessivos planos de viabilização não têm avançado; falta a vontade política, dizem as ORTs. Não é por falta de propostas razoáveis que a empresa não progride. Os planos ficam na gaveta porque, por exemplo a SGM impunha, em 1 de Julho findo, para viabilizar o seu plano um excedente de pessoal da ordem dos 170 a 180 trabalhadores, só na Amora. As ORTs consideram atitudes destas «medidas coercivas de despedimento». E têm razão. A baixa do nível do emprego não é, como poderia parecer, um efeito secundário, por assim dizer indispensável à saúde da Sorefame. É uma prioridade para este Governo e para os seus gestores, principalmente nas empresas do sector empresarial do Estado, e mais exactamente nas do sector da metalomecânica pesada.

Quem conhece por dentro a empresa, como é o caso dos representantes dos trabalhadores que contactámos, não se esquece de lembrar que «não está assegurada a carteira de encomendas, não estão garantidos os apoios financeiros», nomeadamente na SGM, que consideram «uma figura jurídica sem património» (o património de que se reclama a SGM é da Sorefame), ou dito de outra forma, a SGM seria «uma empresa fantasma» inventada o ano passado com um capital (no papel) de 70 mil contos: 30 por cento da Sorefame e o resto do IPE, o já mais que referido Instituto de Participações do Estado onde pontifica Sousa Gomes, seu presidente e destacado dirigente do PS.

Os outros obreiros principais desta machadada numa empresa com 3000 trabalhadores são Carlos Melancia e Ferreira Lima. Mais elementos do PS. Responsáveis políticos e partidários, ex-ministros e secretários de Estado. Todos envolvidos no «reordenamento», com o beneplácito cavaquista.

Segundo dados que as ORTs nos confirmaram na passada quinta-feira e já conhecidos anteriormente, esse «reordenamento» criou, à falta de outra coisa até agora, 25 lugares de administrador, preenchidos entenda-se, pelo módico preço de 250 a 300 mil contos por ano. Isto no conjunto das empresas «reordenadas», no total de sete, a saber: Sorefame, Cometna, Mompur, Equimetal, Metalsines, Metalnorte e SGM.

«Querem criar empresas sem passivo». É a velha quadratura do círculo que esses gestores proeminentes, ex-governantes e dirigentes partidários do PS tentam inventar. De há uns três anos para cá têm ameaçado com tudo o que possa reduzir o emprego na MMP, incluindo «lay-off», salários em atraso, despedimento colectivo. E conseguiram, por portas travessas, eliminar 2800 postos de trabalho no conjunto dessas empresas. Mas não conseguiram diminuir num centavo os 3,5 milhões de contos que a Equimetal deve ao Banco Português do Atlântico. E para integrar a Sorefame/Amora na SGM tiveram que recorrer ao decreto-lei 49 408/69 do tempo de Marcello Caetano.

Os mesmos trabalhadores — menos alguns — que se bateram contra as tentativas da «situação económica difícil», que contrariaram com êxito a destruição da empresa e que continuam a mobilizar os seus companheiros de trabalho para as lutas do presente por objectivos concretos e metas discerníveis, terão força suficiente para manter as tradições de luta na Sorefame anteriores ao 25 de Abril, evitando que uma empresa onde já trabalharam perto de seis mil operários se transforme numa oficina antiquada com o mesmo nome, para único benefício de um novo monopólio onde só o interesse privado teria voz. ■

Páginas desconhecidas de Hiroxima

Há capítulos da História universal que ficam incompletos durante décadas ou mesmo séculos. Abrem-se as portas de depósitos secretos e depara-se com arquivos desconhecidos, testemunhos que em tempos foram escritos. Os historiadores interpretam de maneiras diferentes estas memórias, retiram delas lições variadas para as gerações vindouras.

O bombardeamento atômico de Hiroxima e Nagasáqui é uma dessas páginas inacabadas, que continua a ser completada e reescrita. Na passagem de mais um aniversário dessa tragédia, há factos e documentos que nos permitem de novo reflectir sobre as razões e consequências daquilo que aconteceu em 6 e 9 de Agosto de 1945.

«Chuva de bombas»

Quando a primeira bomba atômica rebentou em Hiroxima, o presidente dos EUA, Harry Truman, tinha acabado de chegar das conversações de Potsdam. Depois de ter recebido a notícia, o presidente fez uma declaração: «Agora estamos preparados para limpar da face da terra de uma forma muito mais rápida e eficaz qualquer empresa japonesa... Se eles não estiverem de acordo com as nossas condições, então que esperem que caia do céu uma chuva destruidora que jamais teve análogo no nosso planeta.»

Que queria dizer o presidente com estas palavras? Em Hiroxima foi lançada uma bomba atômica e passados poucos dias deveria ser lançada em Nagasáqui a segunda e última bomba que os americanos tinham na altura ao seu dispor. A que «chuva destruidora» se referia? Peter Wyden, jornalista americano autor do recém-lançado livro «O Primeiro Dia», procurou uma resposta para isso.

A directiva do presidente americano que permitiu o bombardeamento das duas cidades japonesas foi aprovado no dia 25 de Julho imediatamente anterior, e dizia o seguinte: «O 509.º grupo conjunto do 20.º Exército da Força Aérea deve, logo que as condições atmosféricas permitam um bombardeamento preciso, transportar a bomba especial para que esta seja lançada, depois de 3 de Agosto de 1945, num dos seguintes alvos: Hiroxima, Kokura, Niigata e Nagasáqui (...) As outras bombas serão lançadas nos referidos alvos à medida que estiverem prontas.»

«Outras bombas». Quantas seriam? Em 1982, foram divulgadas, após muitos anos de embargo, crónicas sobre a criação de mecanismos explosivos e de transporte das primeiras bombas atômicas, elaborados pelo prof. Norman F. Ramsey, participante no projecto «Manhattan».

Nestas crónicas, mencionava-se que, após os bombardeamentos de Hiroxima e Nagasáqui, a base aérea da ilha Tinian, donde tinham descolado os bombardeiros B-29, «continuará em estado de alerta, preparada para receber a seguinte carga de bombas para o caso das conversações sobre o armistício não terem êxito. Na semana a seguir ao bombardeamento de Nagasáqui, o programa de experiências continuou a ser realizado na ilha Tinian, tendo sido preparadas três bombas sem carga, exactamente iguais à que rebentou em Nagasáqui. Naquela altura nós não tínhamos à mão qualquer carga nuclear, mas ela surgiria quando fosse preciso».

Essa «devida altura» está defendida no livro de Wyden: «A cadeia de montagem de Groves estava programada para continuar a trabalhar infinitamente após o primeiro golpe sobre Hiroxima, e aqueles que tinham tomado a decisão em Potsdam sabiam-no.»

Robert Oppenheimer, o «pai» da bomba atômica, deveria acabar a sua primeira «criação» por volta de 1 de Agosto. A primeira bomba de plutónio estava programada para 6 do mesmo mês. «Oppie» (alunha de Oppenheimer) deveria terminar a sua segunda bomba de plutónio a 24 de Agosto. A partir de Setembro planeava-se o fabrico de três bombas daquele tipo por mês. A partir de Dezembro, de sete ou mais bombas ao mês. Assim, só até ao fim de 1945 planeava-se lançar no Japão, no mínimo, 17 bombas...

O presidente Truman escreveu nas suas memórias sobre a directiva de 25 de Julho: «Com esta directiva iniciou-se a utilização de armas nucleares, contra alvos militares. Decidi e informei Stimson (ministro da Defesa) que a directiva continuaria válida enquanto eu não lhe dissesse que a resposta japonesa ao nosso ultimato era positiva.»

Pensava-se que uma resposta positiva só seria dada após 50 bombas. «O programa do lançamento de 50 bombas nunca chegou a ser registado no papel, mas Oppenheimer, director do projecto «Manhattan», tinha dado instruções orais a Norman Ramsey, responsável pelo transporte das bombas», diz o autor do livro «O Primeiro Dia».

A obstinação militarista

Ao que tudo indica, naquela altura, em 1945, os estrategas da Casa Branca não esperavam que uma ou duas bombas fossem suficientes para fazer ajoelhar os japoneses. Havia sérias razões para essa opinião, a começar pelo facto dos próprios americanos desconhecerem a potência real da nova superarma.

A bomba atômica nunca tinha sido considerada um trunfo que pudesse mudar instantaneamente a situação em favor dos Estados Unidos. Os planos de uma conquista gradual do Japão são a melhor prova disso. Os generais americanos sabiam bem que os soldados japoneses iriam lutar com unhas e dentes por cada metro quadrado do seu território. O preço pela invasão do Japão tinha sido definido em um milhão de pessoas.

É necessário lembrar que os bombardeamentos de Hiroxima e Nagasá-



qui não foram os mais destruidores entre os ataques aéreos americanos a cidades japonesas. Durante o bombardeamento de Tóquio na noite de 9 para 10 de Março de 1945, morreram cerca de 200 mil pessoas. A persistência do comando militar japonês continuava, não obstante os repetidos ataques aéreos a Tóquio e os milhares de mortos em várias outras cidades, vítimas também da aviação americana.

Inicialmente, em Tóquio não acreditaram na propaganda americana quando esta ameaçou com a tal «chuva destruidora». O comité de contramedidas à bomba atômica, criado por representantes do Ministério da Defesa, Ministério do Interior e Ministério da Marinha, chegou à conclusão que nos EUA ainda não existia uma tecnologia segura para transportar aqueles «instáveis» engenhos nucleares através do oceano Pacífico... O conhecido físico Yoshio Nishina, director do programa de criação da bomba atômica japonesa, deslocou-se a Hiroxima.

Ele colheu algumas amostras de terreno, chapas de raios-x sensibilizadas e fez ainda um interrogatório aos sobreviventes. Entretanto, ao Estado-Maior japonês chegavam de Hiroxima notícias tranquilizadoras. O marechal Hata, comandante da região militar ocidental, informava que «a potência destruidora da bomba lançada em Hiroxima era reduzida». No relatório de Nishina, confirmava-se a utilização da bomba atômica. No entanto, a tónica era posta nas medidas que reduzissem os efeitos da explosão de «uma dezena de bombas atômicas» destinadas ao Japão. Os autores dos relatórios recomendavam «roupas de tons claros»...

Em Tóquio, o ministro da Defesa, Anami, e o chefe do Estado-Maior, Umez, chegaram à conclusão da

possibilidade de resistir à nova arma americana. Durante uma das reuniões no «bunker», eles deram especial atenção à defesa antiaérea.

Na realidade, a primeira bomba atômica não fez vacilar os líderes militares, pois estes continuaram a insistir em desgastar as tropas americanas em combates defensivos, no Japão. Apenas uma parte dos membros civis do governo, liderados pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, Togo, defenderam a capitulação.

A ofensiva da Manchúria

Então quais as razões que levaram os militares a mudar de posição?

Talvez a segunda bomba atômica, lançada em Nagasáqui? A resposta é dada pelo autor do livro «O Primeiro Dia», o qual reconstitui os acontecimentos do dia 9 com base no estudo dos arquivos e de conversas com participantes nos acontecimentos.

«Em virtude de alguns dos líderes não terem estado presentes naquele dia, o Conselho Militar reuniu-se apenas às 11 horas da manhã, no abrigo situado sob a casa do primeiro-ministro. Durante a noite tinham chegado más notícias. De madrugada, o serviço de comunicações do Ministério dos Estrangeiros gravou um comunicado de Moscovo onde se anunciava a entrada da União Soviética na guerra e no começo da ofensiva na Manchúria. Evaporou-se o sonho de uma possível participação dos russos como mediadores nas conversações sobre o armistício.»

«Na situação criada cheguei à conclusão de que a única alternativa para nós era agir mediante as condições contidas no comunicado de

Potsdam e pôr termo à guerra» — declarou o primeiro-ministro, Susuki.

Naquele momento chegou um oficial com a notícia de que dois minutos antes de se iniciar a reunião, tinha sido lançada em Nagasáqui mais uma bomba atômica. Os militares ali reunidos nem sequer ligaram. A notícia sobre a entrada da União Soviética na guerra tinha-os impressionado muito mais do que o comunicado sobre qualquer uma das bombas atômicas.

Os membros do Conselho Militar Supremo podiam subestimar a potência das bombas atômicas: vistas bem as coisas, não eram físicos. Mas na sua maioria eram militares profissionais e compreendiam muito bem o significado da ofensiva do exército soviético.

O exército de Kwantung que se encontrava na Manchúria e possuía 700 mil soldados e oficiais de elite, dois terços dos tanques e metade de toda a artilharia das Forças Armadas japonesas, estava condenado. Em Washington não havia esperanças de, mesmo com a ajuda das novas bombas atômicas, aniquilar esta força de choque japonesa e, como é evidente, não esperavam uma tão rápida — apenas um mês — destruição da mesma. Nos três anos e meio de guerra contra o Japão, as tropas anglo-americanas tinham conseguido apenas alcançar a linha dianteira da defesa do Império, conseguindo entrar em Okinawa, isto se a considerarmos parte do território japonês.

As operações das tropas soviéticas na Manchúria ainda hoje são estudadas nas academias militares de vários países. Não é por acaso que os historiadores escrevem, nas suas investigações, sobre o significado que a derrota do exército de Kwantung teve para os êxitos da luta pela independência dos povos da China, Coreia e de outros países asiáticos. Foi precisamente esta derrota que obrigou o Japão a capitular.

«A entrada da União Soviética na guerra contra o Japão foi um factor decisivo para um rápido desenlace no oceano Pacífico, o que teria acontecido mesmo sem o bombardeamento atômico» — disse o general Chennault, que tinha comandado a Força Aérea norte-americana durante a guerra na China, ao correspondente do «New York Times».

Um outro especialista militar, conselheiro principal do presidente dos EUA, general Leahy, escreveu: «Quanto a mim, a utilização desta arma bárbara em Hiroxima e Nagasáqui não contribui em nada para a nossa guerra contra o Japão.» Uma outra opinião importante é a do ex-primeiro-ministro inglês, Winston Churchill: «Seria um erro pensar que foi a bomba atômica que resolveu o destino do Japão.»

O rápido fim da guerra salvou milhões de japoneses, centenas de milhares de americanos e ingleses. Se não fosse a derrota na Manchúria, talvez a soldadesca japonesa tivesse continuado a resistir e a morrer debaixo da «chuva destruidora» de bombas atômicas. É difícil imaginar as possíveis consequências de tal desenrolar dos acontecimentos. O preço então pago foi já demasiado alto...

■ **Novosti, exclusivo para o «Avante!»**

Dois temas para análise e reflexão

INDEPENDÊNCIA DOS INTELECTUAIS

■ Carlos Aboim Inglez

A reivindicação de independência por parte de muitos intelectuais não é nova, pois a encontramos ao longo da História, mais ou menos viva ou em surdina consoante as épocas e situações. Porém, os intelectuais nunca foram, e não são, uma classe social autónoma nem uma camada social homogênea. Foram e são um agrupamento social heterogêneo e só relativamente coeso, o qual, das condições e exigências do seu trabalho específico, retiravam um sentimento, um estatuto precário e uma frequente reivindicação de independência face aos outros grupos sociais, e especialmente em relação ao poder dominante. Por vezes, supunham-se mesmo **fora e acima** do Poder e da sociedade, afirmando-se como seus **mentores**. Contudo, a verdade é que os intelectuais sempre estiveram objectivamente ao serviço de classes, interesses e anseios sociais — e com isto não pretendemos desvalorizar a função social dos intelectuais como guardiões e artífices, por excelência, do conhecimento, a um tempo **memória e consciência** da sociedade.

Ao longo da História...

Ao longo da História, encontramos intelectuais ao serviço de classes exploradoras e opressoras; sob o capitalismo, a própria burguesia efectuou uma «divisão de trabalho» entre os seus membros **práticos**, ou **activos**, que se dedicam directamente ao processo de produção e apropriação da mais-valia, e os **teóricos** ou **pensadores** que elaboram e difundem a justificação e camuflagem ideológica da extorsão real ⁽¹⁾. Mas encontramos também, ao longo da História, muitos outros intelectuais que são verdadeiros porta-vozes das classes e camadas exploradas e/ou oprimidas. Quando, num célebre texto, Marx e Engels afirmam que «as ideias da classe dominante são, em todas as épocas, as ideias dominantes», não dizem com isso que são **únicas**, e admitem não só que aquela cisão pode mesmo «chegar a uma certa oposição e hostilidade entre ambas», mas sobretudo que «a existência de ideias revolucionárias numa época determinada pressupõe já a existência de uma classe revolucionária». ⁽²⁾

A verdade é que sempre encontramos intelectuais que cumprem um papel de classe, na medida em que «reflectem e exprimem da forma mais consciente, mais decidida e mais exacta o desenvolvimento dos interesses de classe e dos grupos políticos em toda a sociedade». ⁽³⁾ Não vivendo num irreal reino de ideias puras, intelectuais há que se fundem com as próprias classes antagonistas, enquanto muitos outros buscam equilíbrios sempre instáveis entre os dois pólos classistas fundamentais, dando também de algum modo expressão às variadas camadas intermédias e à sua situação objectiva muito oscilante, sendo dúplice, na estrutura da sociedade.

Na época actual

Se olhando o passado, já podemos discernir estas segmentações na intelectualidade, então na **época actual** ainda mais claras se tornam, devido ao enorme **crescimento numérico** relativo dos «intelectuais» no seio da população activa, e à sua correlativa **crescente diferenciação interna**. De facto, hoje, quando a intelectua-

lidade está a deixar de ser uma escassa elite para se transformar numa verdadeira massa — torna-se mais visível a existência de um estrato que se integra ou identifica com o grande capital e o imperialismo; **outro estrato** oposto que já não só se vai proletarizando, mas se assume abertamente na sua opção pela causa do proletariado; um **terceiro estrato**, talvez o mais numeroso e heterogêneo, intermédio, onde encontramos os intelectuais independentes ou que se dizem «independentes», que afinal serão aqueles que se **destacam do velho** sem ainda plenamente **aderirem ao novo**, a que Lenine se referia numa profunda página sobre a intelectualidade. ⁽⁴⁾ Pode ainda isolar-se um estrato de intelectuais que pertencendo de facto ao primeiro referido, pretendem passar como sendo do terceiro estrato: estes serão os **falsos «independentes»**, em geral verdadeiros mercenários sem escrúpulos.

Assiste-se hoje a uma profunda mutação nas condições de existência e na consciência da massa da intelectualidade. **Por um lado, modificam-se as condições e conteúdo do seu trabalho** (cada vez mais assalariados; cada vez mais trabalhando em equipa e não individualmente; cada vez mais realizando um trabalho executivo e já não de direcção); é a intelectualidade que se vai proletarizando, tal como o proletariado se vai «intelectualizando», até por força das exigências do processo produtivo actual. **Por outro lado, há ainda uma inadaptação da autoconsciência subjectiva relativamente à situação objectiva**: muitos intelectuais persistem em concepções passadas, que a própria ideologia dominante aliás veicula, mesmo quando elas estão já realmente ultrapassadas; mas a crescente agudização da polarização social coloca a cada passo a necessidade de opções difíceis, quando a busca de uma «terceira via» de neutralidade se revela já impossível e se impõe o imperativo categorico de «tomar partido».

Este não é pois um processo simples e linear, mas sim extremamente complexo e contraditório, até mesmo por vezes doloroso e dilacerante para alguns. (...)

Razão de ser da independência

Consideramos, entretanto, que a reclamada «independência» dos intel-

tuais tem **razões reais** justificativas, tem a sua razão de ser, indicaremos apenas alguns tópicos:

Em 1.º lugar, pela quota-parte de independência, liberdade criadora, subjectiva, que existe em cada acto de trabalho. Se tal elemento o reconhecemos mesmo no acto de trabalho manual (mutilado e alienado que seja), a **fortiori** o reconhecemos na actividade do trabalho intelectual (ele também, aliás, mutilado e condicionado pelo carácter de **mercadoria** do seu produto). Nós lutamos, não para que persista no futuro essa mutilação objectiva, mas por que se universalize o relativo conteúdo autónomo, livre, na actividade criativa do sujeito.

Em 2.º lugar, porque o próprio processo de trabalho social, se tende, primeiro, a agudizar a contradição, conduz em seguida, todavia, à resolução positiva da unidade dialéctica entre dependência/independência, entre colectivo/individual. O homem é, por natureza, um ser social: fora da sociedade, não é senão uma abstracção vazia de conteúdo real; e o colectivo é factor de individuação, condição de realização e enriquecimento da individualidade, da sua liberdade pessoal.

Em 3.º lugar, porque, sabendo embora o carácter determinante em última instância da esfera **económica**, e conhecendo a sua mais íntima relação com a esfera do poder político, reconhecemos entretanto também, e defendemos, a relativa economia da esfera **ideológica**: a independência dos intelectuais será para nós também reflexo dessa relativa autonomia da «produção de ideias».

Em 4.º lugar, finalmente, e aqui e agora em Portugal, o vazio político criado pela desilusão com a actividade de certos partidos, levou muitos intelectuais a situarem-se como independentes nesse vazio, nessa terra de ninguém, ou a refugiarem-se na sua torre de marfim. (...)

A independência como mito ou máscara

Apontados alguns factores que fundamentam a reivindicação de alguns (muitos) intelectuais, cabe agora apontar, sucintamente, o que fundamenta a afirmação dessa «independência» como **mito**, tanto auto-ilusão ou inconsciência das dependências reais, como o caso extremo do uso

consciente desse rótulo para mascarar as reais dependências.

Em 1.º lugar, no caso da **auto-ilusão**, pensamos que essa falsa consciência se deve, quase diríamos necessariamente, ao milenar estatuto de trabalhador **individual**, isolado, como que de **artesanato**, que os intelectuais tiveram no passado e ainda hoje alguns têm. As condições de trabalho individual chegam mesmo a ocultar os laços de dependência do mercado a que afinal mesmo os artesãos se encontram fortemente vinculados. Por outro lado, a já referida autonomia da esfera ideológica é afinal meramente **relativa**, quando muitos intelectuais a consideram ainda como **absoluta**. Finalmente, e ainda dentro da esfera do ideológico, muitos intelectuais independentes não se apercebem que, na sua produção independente, estão a ser efectivamente **veículos da ideologia dominante**, dos parâmetros e ideias-força que esta lhes impõe. Cabe, todavia, ter igualmente em conta que bastantes intelectuais, tendo todavia consciência das suas reais dependências objectivas, optam por procurar manter um estatuto de independência por razões várias e até respeitáveis, e mesmo a cada passo **tomam partido**, sem serem contudo membros de partidos.

Em 2.º lugar, algo há ainda a dizer sobre os **falsos «independentes»**, que afeiam essa máscara para obterem alguma audiência e credibilidade, que sabem não lhes seria possível se aparecem como aquilo que são: uns **His Master's Voice** ideológicos. Muitos dos «analistas» e «comentaristas» políticos dos nossos semanários é precisamente isso que são. (...)

Trata-se evidentemente de casos diversos na sua dimensão e natureza. Mas todos eles evidenciam que a independência dos intelectuais não se pode restringir à mera inscrição ou não num partido político. (...)

Conclusão

É tempo de concluir.

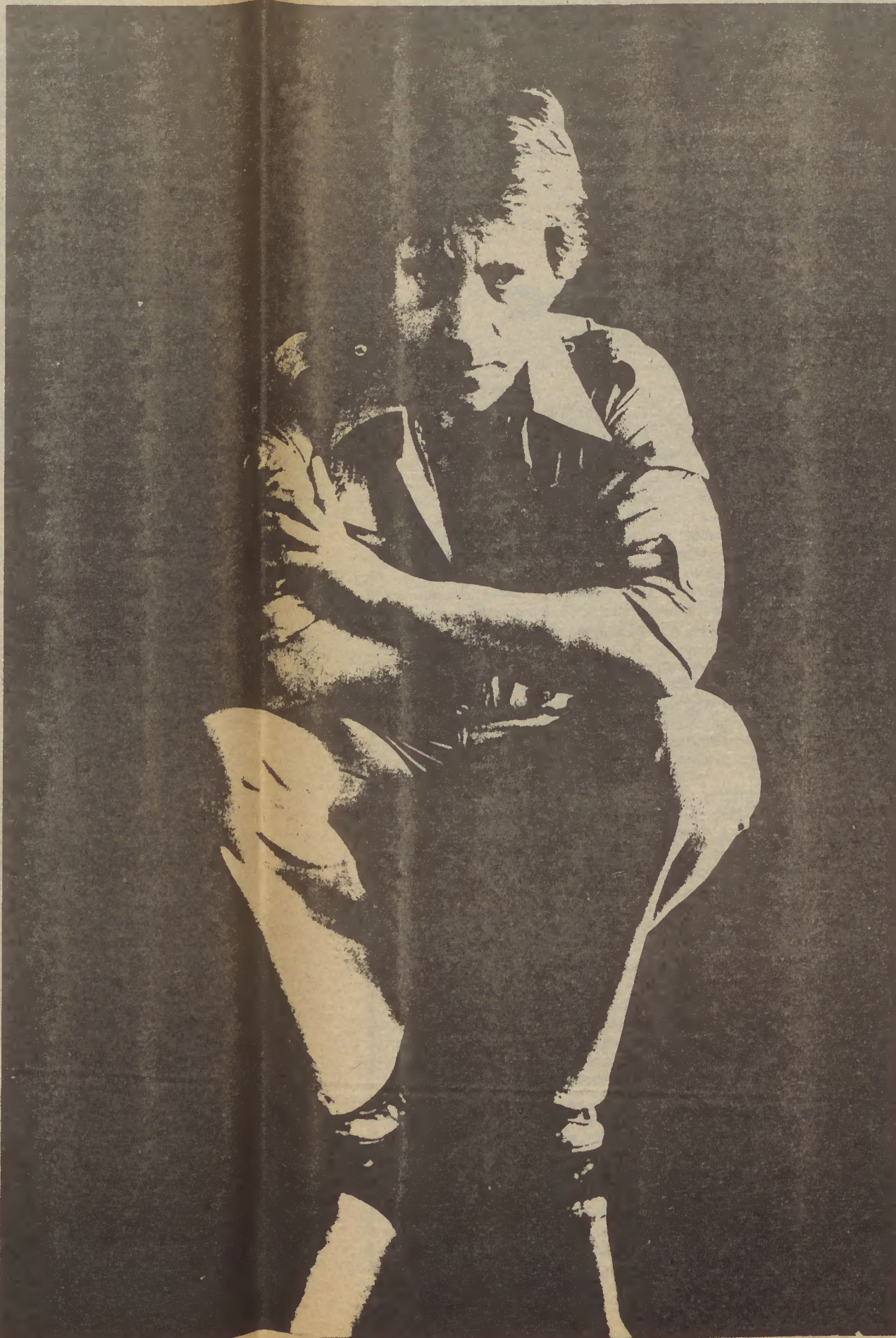
Procurámos aprofundar e analisar o fenómeno da «independência» dos intelectuais, pondo a nu e retraindo o «grão de verdade» das suas razões reais, da sua necessidade, e simultaneamente desmistificar a ilusão ou a falsidade que encobre.

Tomámos posição diferenciada quanto aos variados tipos de independentes, muitos dos quais são de facto personalidades notáveis, com pleno direito de cidadania em relação ao estatuto que assumem, e com os quais defendemos relações de unidade e diálogo sempre que possível.

Reafirmámos que a nossa opção aberta por não sermos intelectuais independentes, mas sim intelectuais de partido, é uma opção independente, livre, que cada um de nós assume por si mesmo, e que no mundo de hoje, aqui e agora, pode até ser a opção da máxima independência.

Finalmente, apresentamos a necessidade de dialectizar concreta e historicamente as relações contraditórias «independência/dependência» e «individuo/colectivo». (...)

Notas:
(1) Marx/Engels, Obras Escolhidas, Tomo I, Ed. Avante/Ed. Progresso, 1982, p. 39 e pp. 23-24.
(2) Ibidem, pp. 38-39.
(3) Lenine, Oeuvres, t. VII, p. 40.
(4) Lenine, Oeuvres, t. VI, p. 200. ■



CULTURA E POLÍTICA

■ Aurélio Santos

Fazer da cultura um elemento/factor de emancipação é um processo que pressupõe condições materiais e condições sociais objectivas que o possibilitem. Grande parte das questões culturais não se resolvem na exclusiva instância cultural. Ou seja, a Cultura não pode ser pensada fora da consideração de um processo global de transformações políticas, económicas, sociais. Além disso a Cultura pode e deve ser também pensada no sentido de se concretizar de forma a possibilitar uma prática social e uma intervenção eficaz. E pode e deve ser pensada, na sua autonomia e independência relativas, como um todo dotado de um fermento de transformação emancipadora — todo que não é homogêneo e está marcado pela contradição.

Destas considerações decorrem algumas conclusões de ordem prática que me parece de interesse assinalar, quanto à ligação que na nossa actividade fazemos entre a **intervenção política e a intervenção cultural** (sem ignorar a autonomia e independência desta intervenção cultural).

Dimensão social

Pode dizer-se, duma forma resumida, que toda a nossa actividade política contém, também, uma dimensão (preocupação) cultural. E, ao mesmo tempo, toda a nossa intervenção cultural tem uma dimensão (consideração) política (na medida em que se integra na nossa perspectiva de transformação emancipadora da sociedade).

Vejamos um pouco mais desenvolvidamente alguns aspectos concretos desta apreciação.

Naturalmente que, partindo nós de uma concepção que reconhece e valoriza a dimensão social da cultura e integra a manifestação cultural no conjunto da realidade cultural, social e política, na sua vastidão e complexidade, em cada momento histórico — daqui resulta: por um lado, a necessidade de uma análise que situe e integre a **acção cultural numa visão global do processo social**; por outro lado, a preocupação de alargar o mais amplamente possível o **acesso ao acto cultural**, tendo em vista um processo de **participação e intervenção activa das massas** na vida e na produção cultural no seu todo (incluindo nas formas mais especializadas).

O exemplo da Festa do «Avante!»

Estas considerações encontram, obviamente, expressão concreta na nossa actuação no campo cultural. Quer quando apresentamos as nossas **propostas de política cultural** (entenda-se: sobre a política cultural que entendemos necessária para a sociedade portuguesa — vejamos os nossos programas eleitorais, as nossas propostas e realizações, no âmbito do trabalho das Autarquias, a nossa intervenção cultural no movimento popular e associativo, etc.). Quer nas nossas realizações próprias, quando **intervimos de forma directa**, como Partido, na vida cultural (veja-se, por

exemplo, a Festa do «Avante!», em que o nosso Partido não só surge como autor directo e responsável integral dum acto cultural, como o concretiza; podemos mesmo ir mais longe, afirmando que, na Festa, o PCP realiza uma função directamente cultural, pela divulgação de cultura, e realiza uma função efectivamente artística, enquanto criador da obra que é a própria Festa no seu conjunto).

Alterações culturais

A interligação entre o cultural e o político tem também, na nossa prática política, uma outra faceta fundamental.

É evidente que sendo a luta política e as questões do poder e da organização da sociedade o fulcro de toda a nossa acção, essa acção não só tem sempre um significado cultural efectivo, como envolve indirectamente **consequências de ordem cultural**. Por exemplo: quando na nossa actividade quotidiana normal introduzimos e generalizamos as práticas do trabalho colectivo; ou ao contribuímos para esbater barreiras socioculturais como sejam as que condicionam a situação da mulher; ou ainda, de modo mais geral, quando despertamos consciências, inteligências e vontades para a intervenção social e política ou fomentamos a necessidade do conhecimento em função das próprias exigências do trabalho militante — é evidente que, com tais actuações, **produzimos alterações culturais**, não só ao nível dos protagonistas destas actuações, como também no meio social que os rodeia. Mais ainda quando essa acção se materializa em efectivas transformações revolucionárias, como se verifica no nosso país: e o caso da Reforma Agrária é um excepcional exemplo de **transformação revolucionária concretizada em actos culturais objectivos**.

Estes são alguns dos fundamentos da nossa concepção quanto ao **relacionamento entre política e cultura**. Contrapomo-los aos conceitos e actuações que observamos em outras forças políticas, visando uma instrumentalização política ou uma manipulação partidária da cultura, ou reduzindo a cultura ao papel de «sal da política», ou pretendendo apresentá-la como um «lugar neutro» de reconciliação nacional. E estamos prontos a confrontar as nossas concepções com as que nos queiram contrapor.

Um debate necessário

Muita coisa mudou, na vida e na actividade cultural, com o 25 de Abril, e desde o 25 de Abril.

Consideramos que, no momento presente, é particularmente necessário desenvolver na sociedade portuguesa um **debate aprofundado sério**, multilateral, participado, sobre as **actuais condições, características e exigências da cultura e da vida cultural** portuguesa.

Novas condições e novas contra-

dições estão criadas, e vão surgindo.

Trata-se por vezes de sinais emergentes de problemas e questões novas, que importa analisar com rigor, na sua configuração e nas tendências do seu desenvolvimento, com uma atenção permanente aos indícios de mutação, sem ideias feitas, sem preconceitos, com uma grande abertura para as formas e possibilidades de acção unitária, no quadro de uma troca de ideias e confronto de projectos que será tanto mais sólido quanto mais liberto de sectarismos, disponível para o diálogo sereno, para a pesquisa, para a investigação, para a intervenção.

É nesta perspectiva, também, que se situa a série de debates aqui, na Biblioteca Nacional.

Uma pequena nota final me parece no entanto necessária. Convidamos para participar neste debate muitos daqueles que, das páginas da Comunicação Social onde intervêm, mais sistematicamente contestam e atacam o PCP e a sua acção. Não quiseram comparecer. Não vamos comentar a sua ausência. É legítimo concluir que preferem atacar o PCP e as suas posições onde ele não pode defender-se. Não querem a confrontação de ideias. Preferem tentar impor as suas, utilizando as condições de arbitrariedade criadas na Comunicação Social com a recuperação da direita.

Silenciar o PCP

Em relação à Comunicação Social, uma palavra também é necessária.

A atitude de silenciamento deliberada e sistematicamente seguida por órgãos de informação que se pretendem «pluralistas», registada também uma vez mais no que se refere a estes debates, clarifica as suas posições.

O silenciamento, a mentira por omissão (que corresponde a uma real atitude de censura), tornou-se com efeito uma das formas mais violentas do anticomunismo.

Esta posição de silenciamento é tanto mais escandalosa porquanto é acompanhada de intensa e variada «informação» (com muita dose de propaganda) sobre as actividades (por menores que sejam) e as falas (por circunstanciais que sejam) de outros partidos.

Ora, não se pode dizer que, quer no quadro político português, quer no quadro cultural, o PCP seja uma entidade menor. Tal atitude, pois, nem no plano jornalístico pode eticamente justificar-se. ■

Abecasis, PS e C.^{ia} na Câmara de Lisboa

Uma sensação como que... de absorção!

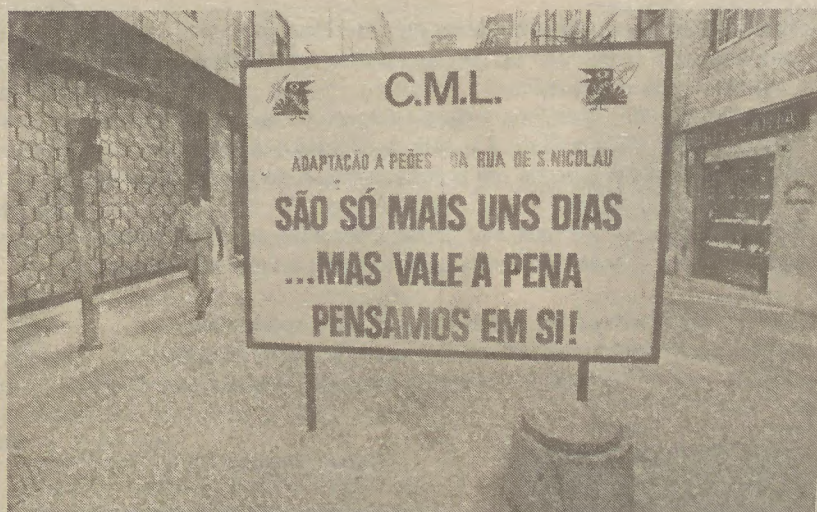
Em meados do mês passado a gestão Abecasis na Câmara Municipal de Lisboa brindou a cidade e o País com mais uma das suas trifulhices parlatonas, a par de um acervo de incompetências e ilegalidades, quando da aprovação, tardia e em duas reuniões consecutivas, das Contas do Ano Financeiro de 1985 e a apresentação para discussão e votação do Plano de Actividades e o Orçamento para 1986. Mais uma vez, só a APU fez a desmontagem, denúncia e crítica da manobra, perante o silêncio comprometido de um PS também ultra-comprometido com a gestão do homem que «incendeia» Lisboa. Mais uma vez a quase generalidade da Comunicação Social estatizada passou pelo caso como gato sobre brasas. O que, de qualquer modo, não anulou o «quente» da questão. Falámos com um vereador da APU, camarada **Victor Alves**, que nos contou com algum pormenor a situação — situação que começa também com um pormenor: na discussão dos referidos documentos (que foram entregues à APU apenas com 48 horas de antecedência) era visível o espanto de alguns vereadores do «grupo do poder» (CDS, PSD e PS) face à desmontagem que a Aliança Povo Unido ia fazendo dos mesmos. Apesar de terem tido longos meses para os apreciar, evidenciavam muito maior ignorância das matérias neles propostas que a APU, que só tivera 48 horas para os estudar...

Victor Alves começou por nos falar dos atrasos:

— As Contas do Ano Financeiro de 1985 deveriam ter sido apresentadas e aprovadas em Março/86, enquanto o Plano de Actividades e o Orçamento deveriam ter sido apresentados, discutidos e aprovados em Novembro de 1985. Isto, segundo determinação específica da lei. Pois veio tudo à molhada há dias, mais concretamente em duas reuniões sucessivas em meados de Julho passado...

Mas nem só de atrasos ilegais vive a gestão Abecasis — precisa, em geral, de ir mais além. Ora vejamos o que nos continua a contar o vereador da APU:

— As Contas do Ano Financeiro/85 foram aprovadas sozinhas, quando o que a lei prevê é que sejam discutidas e aprovadas simultaneamente com as Contas de Gerência e o Relatório de Actividades. Pois este último ainda nem sequer está elaborado! Explicação do próprio Abecasis: tal atraso devia-se a



Se pensam! Esbanjando, por exemplo, os dinheiros de todos com empreitadas dadas a alguns para trabalhos tantas vezes mais que duvidosos, morosos... e sobreavaliados. A administração directa é coisa que não passa pela cabeça da gestão Abecasis, apesar de tão dada a «números»...

problemas levantados pelo «plano de informatização em curso» e as Contas deviam ser aprovadas, desse lá por onde desse, para que estivesse aprovado o saldo que transitará para 1986! Para nós, isto é uma confissão de incompetência, pois o mínimo que seria de esperar de um executivo responsável era a previsão de problemas tão óbvios e elementares!

Agora, o Plano de Actividades e o Orçamento que, como a linda barca

bela, trazem muito que contar. Victor Alves contou assim:

Entretanto tiveram — com o escandaloso atraso — oito meses para elaborar o Plano de Actividades e o Orçamento. Para o elaborar e também estudar. Só que, quanto à APU (a primeira força política, individualmente considerada, na autarquia da capital), apenas entregaram os documentos 48 horas antes da sua apresentação e discussão em reunião de Câmara. E foi nesse curtíssimo lapso de tempo que tivemos de os analisar e discutir...

Perante isto, acrescido do interessante pormenor de que o Plano de Actividades e o Orçamento já estavam

Propostas da APU

É preciso que se saiba

É conveniente que as 53 freguesias do concelho de Lisboa tenham a noção clara do que perderam, neste Orçamento e Plano de Actividades para 1986, quando os representantes do CDS, PSD, PS e PPM rejeitaram, em bloco, as propostas de alteração avançadas pelos vereadores da Aliança Povo Unido, a introduzir sem recurso ao endividamento e aceitando as verbas globais do Orçamento apresentado pela gestão Abecasis.

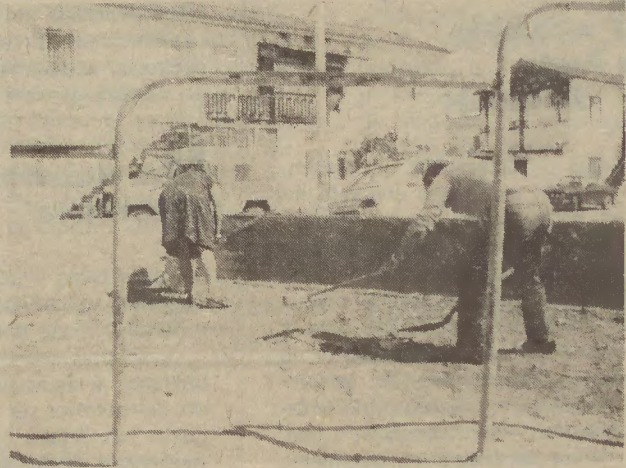
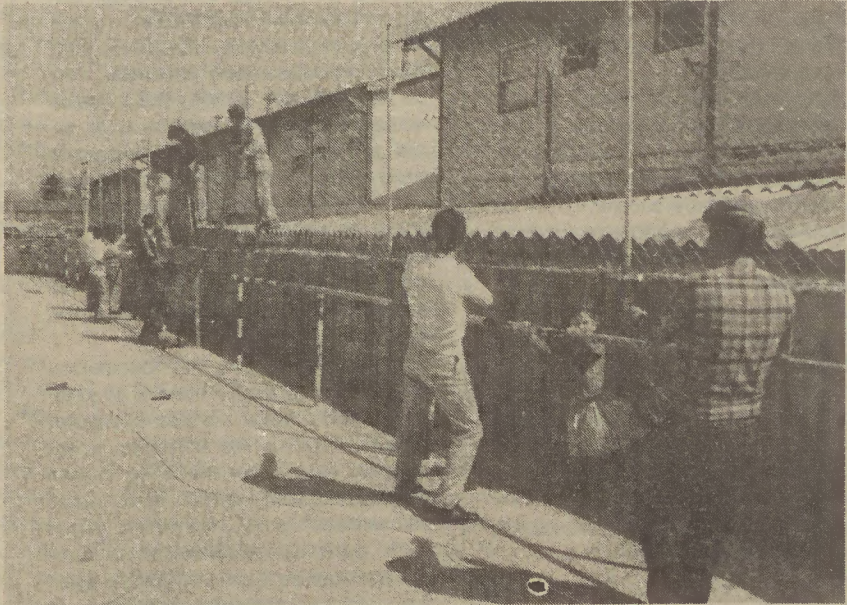
Basicamente, a APU propôs que se reforçassem as verbas destinadas às Freguesias e ainda as de investimento de despesas de capital (a confluírem, como se verá, também nas freguesias). E como? Retirando 450 000 contos das rubricas «aquisição de serviços» (impropriamente inflacionadas) e «dotação provisional».

No fundamental, estes 450 000 contos propostos destinaram-se a duas acções que beneficiavam todas as freguesias, em comum:

- Mais 100 000 contos (sobre a verba já definida) de transferência para as freguesias;
- 100 000 contos para a primeira aquisição de um pequeno parque de máquinas para proceder a pequenas obras nas freguesias da cidade.
- Os restantes 250 000 contos, segundo a proposta da APU, seriam afectados à cobertura financeira de 26 propostas distintas de diversos benefícios, em praticamente todas as freguesias, de que destacamos o seguinte (e sem transcrever a lista minuciosa e nominal apresentada pela APU):
- Arranjos de arruamentos, jardins, parques infantis e espaços verdes;
- Recuperação de pátios degradados;
- Obras de conservação e beneficiação em escolas, balneários, sanitários públicos, lares de 3.ª idade e centros de ocupação de tempos livres;
- Furos e estações de bombagem para águas subterrâneas destinadas à rega de jardins (que continuam a ser regados com água da rede de abastecimento público);
- Aquisição do cinema Europa para centro cultural do bairro de Campo de Ourique;
- Equipamento desportivo e subsídio a entidades para o fomento da actividade desportiva.

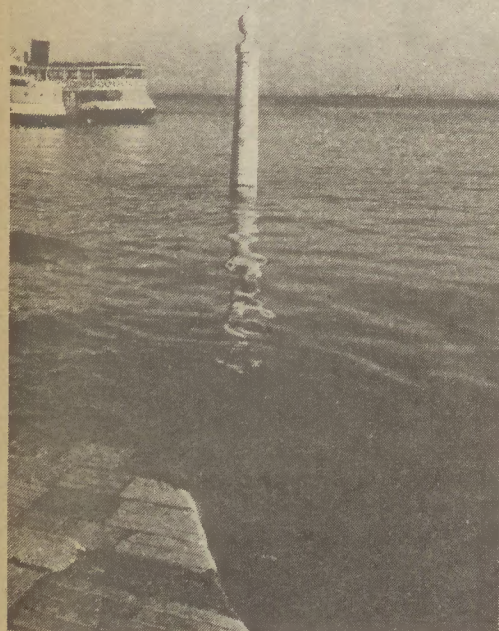
É difícil perceber por que tais propostas de alteração, tão obviamente positivas e em nada agravando o Orçamento, foram liminarmente rejeitadas. Mais estranho ainda (ou talvez não...) foi o comportamento do PS no caso (que, nem de perto nem de longe, implicava alterações de fundo), ao se aliar mais uma vez à direita nesta votação. Como referia o vereador da APU Victor Alves, durante a nossa conversa, «por aqui se vê o "preço" pago pelo protocolo assinado no início do actual mandato entre os vereadores do PS e o presidente Abecasis, em troca de pelouros atribuídos ao PS».

PS que, nas últimas eleições autárquicas, passou, na Câmara de Lisboa, de quatro para dois vereadores, como consequência lógica do enorme desprestígio em que caiu, ao apoiar sistematicamente a desastrosa política de direita comandada por Abecasis. Pelos vistos não aprendeu nada — e quem continua a perder é a cidade.



As Freguesias de Lisboa, quanto a pequenas obras, ou se «desembrulham» como faz a APU, metendo mãos ao trabalho com o apoio directo das populações, ou então ficam à espera do que nunca há-de vir da Câmara. Toda a gente sabe isso, mas os vereadores do PS até um reforço de verbas para as Freguesias, proposto pela APU e não envolvendo encargos suplementares, se recusaram a apoiar. O «amen» a Abecasis e à sua gente estava à frente... (na foto, jornada de trabalho voluntário numa Freguesia APU de Lisboa)

O cais do Terreiro do Paço tem colunas, mas ali mesmo ao lado, na Câmara, a gestão abecasisiana é uma coluna sem cais... nem fundo



reproduzidos e prontos para serem enviados à Assembleia Municipal; mesmo antes da sua discussão e aprovação, a APU chegou à reunião e disse: «Final o que os srs. pretendem é que nós carimbemos o Plano de Actividades e o Orçamento propostos?»

— A própria discussão — elucidou Victor Alves — teve falta de qualidade. Era óbvio o desconhecimento dos outros vereadores acerca dos documentos apresentados, com manifestações de indistigável surpresa em diversas ocasiões e perante denúncias, análises ou des-

ve para pagar trabalhos encomendados fora da Câmara (normalmente a empreiteiros). Ora numa altura em que a gestão Abecasis propagandeia a «melhoria de capacidade de realização» da Câmara, chega ao Plano e aumenta as despesas com encomendas no exterior, de um ano para o outro, em quase o dobro! Afinal onde está a tal «melhoria de capacidade de realização»? Não andar, então, por aqui um inflacionamento deliberadamente exagerado?

Dois: — A rubrica «dotação provisional» (espécie de reserva para acorrer a situações de ruptura ou dificuldade) foi contemplada, o ano passado, com a verba de 2241 contos. Pois no Plano e Orçamento deste ano foi contemplada com 376 797 contos! Sabendo-se que quanto mais eficaz for uma gestão, menos dotação provisional necessita, não é difícil concluir que estamos perante a evidência de que é a própria gestão de Abecasis que, implicitamente, confessa a sua incompetência. Acrescente-se que seriam destas duas rubricas que sairia o reforço



Nas alterações propostas pela APU ao Plano de Actividades e Orçamento havia uma verba prevista para melhoramentos e apoios em praticamente todas as Freguesias da cidade. A recusa da «santa aliança» prejudicou (ainda mais) tudo e todos de uma assentada

montagens feitas pela APU que, sublinhe-se, apenas havia tido 48 horas para estudar as matérias.

Que, pelos vistos, foram muito mais proveitosos que os oito meses à disposição dos outros... Entretanto coisas bem elucidativas se iriam seguir, como se pode apreciar nas palavras do nosso interlocutor:

— Para não sermos exaustivos, referir apenas dois ou três casos flagrantes, por nós denunciados na discussão, e que dão bem a medida da gestão Abecasis/CDS/PSD/PS na Câmara de Lisboa.

Um: — Na rubrica «aquisição de serviços» gastou-se, segundo as Contas de 1985, uns 600 000 contos. Pois o Plano deste ano prevê, para a mesma rubrica, qualquer coisa como um milhão e 100 000 contos — quase o dobro! De notar que esta rubrica ser-

de verbas proposto pela APU para as Freguesias (contempladas com uns inadequados 230 000 contos), na ordem dos 100 000 contos, o que foi chumbado pela «santa aliança».

Três: — A percentagem de cumprimento do Plano de Actividades do ano passado não atingiu os 60%; isto é um escândalo. Em qualquer empresa capitalista, seria motivo para substituição imediata da gestão. Pois Abecasis gaba-se da «competência» do seu executivo! Um executivo que acumulou 6,2 milhões de contos de dívidas ao longo de sucessivos mandatos e vem agora falar em «Orçamento de honestidade para pagar dívidas» de «anteriores gestões»... Achas que chega para se ter uma ideia?

Chega. E sobra! Em Lisboa, com Abecasis e C.ª, fica-se com uma sensação assim como... de absorção! ■



Arco da Rua Augusta, em Lisboa

Os augustos

AUGUSTO: adj. (lat. augustus). Venerando, majestoso, magnífico, solene.

(dos dicionários)

Da «contestação frontal»...

«O Estado sou eu», dizia Luís XIV na fase aguda da mania que o acometeu de ser o Sol da França, há uns 300 anos bem medidos, o que, sendo um disparate de tempo, deu tempo para ridicularizar tal disparate. Vem isto a propósito de Gonçalo Ribeiro Teles, vereador PPM na Câmara Municipal de Lisboa que — não sabemos se por impulsividade monárquica inspirada no precedente histórico, ou se porque apenas lhe deu na real bolha — desatou a dizer para quem o quer ouvir que «a contestação sou eu». E contestação a quê? Pois nem mais nem menos que à «política de destruição da cidade de Lisboa pelo presidente Krus Abecasis».

Lá que o Abecasis a conduzir uma política de destruição da capital é uma verdade daqui a pouco (e por este andar) do tamanho da própria cidade de Lisboa, ninguém, provido de órgãos de visão normais, o pode negar. Já mais duvidoso se torna o que o solitário mandato do PPM na Câmara possa ser a contestação a tal política.

Parece-nos uma megalomania, embora com o picante de vir de alguém que, não sendo propriamente Luís XIV, mesmo assim se move em horizontes de real amplitude, a ponto de neles caberem tanto a defesa do capitalismo selvagem, como dos golfinhos do Tejo ou da restauração da monarquia quase 100 anos depois de ter sido corrida do País por indecente e (longa) má figura.

Ora esta pitoresca personalidade — que ainda por cima alimenta a bizzaria de vir a ser presidente da Câmara Municipal de Lisboa — deu há semanas prova da «contestação» de que diz ser majestático representante. Foi na votação do Plano de Actividades e Orçamento, que ele próprio contou assim a um vespertino da capital:

«Ontem, o presidente da Câmara e os vereadores com pelouro (do PSD, CDS e PS) adiantaram que este ano é uma consequência do que tem sido feito de errado na Câmara de Lisboa, e por isso não se pode fazer nada a não ser pagar dívidas. Todos dizem que em 1987 se vai alterar essa política, por isso (?) absteve-me de votar contra ou a favor de um Plano e Orçamento acidentais.»

Tudo isto é, de facto, bastante «acidental», se não mesmo acidentado. Mas como é que o vereador Gonçalo quer ser a «contestação», se nem uma (para amostra!) consegue fazer?!... Depois admire-se quando algum gracioso começar para aí a dizer que «o rei vai nu»...

... à «situação catastrófica»

Entretanto retenhamos uma passagem das explicações do vereador Gonçalo, atrás citadas. É quando ele diz que os outros disseram «que este ano é uma consequência do que tem sido feito de errado na Câmara

de Lisboa, e por isso não se pode fazer nada a não ser pagar dívidas».

Os «outros» são o presidente Abecasis e os vereadores com pelouro (do PSD, CDS e PS), ou seja, quem detém exclusiva responsabilidade pela actual gestão da Câmara.

Esses outros (incluindo o próprio presidente) vão mesmo mais longe que o «acidental» vereador Gonçalo ao afirmarem, preto no branco, que «as gestões anteriores é que conduziram a esta situação catastrófica».

Acontece que as gestões anteriores foram sempre presididas (chefiadas, melhor dizendo) por Abecasis e protagonizadas pelas mesmíssimas forças políticas, quando não até as mesmíssimas pessoas, que detêm o actual poder na Câmara Municipal de Lisboa. Pelo que se chega à enigmática conclusão de que Abecasis e seus dirigidos desataram, neste mandato, a dizer mal de... si próprios. O que não cabe na cabeça de ninguém, a não ser, talvez, na do vereador Gonçalo.

Ora se o inefável representante do PPM pode acreditar no que quiser, até em que as pessoas o acreditam, já não é possível aceitar, com igual benevolência, tanto descaramento por parte de Abecasis e seus apaniguados. Na verdade afirmar-se, de peito feito, que é necessário «pagar dívidas» para resolver a «situação catastrófica» herdada das «anteriores gestões» e fazê-lo como se as «anteriores gestões» não fossem as mesmas (e com quase igual composição de pessoas) que revalidaram posições no actual mandato — e fazê-lo como se os próprios nada tivessem a ver com a situação que se viram forçados a reconhecer e de que são exclusivos responsáveis — ultrapassa os limites da desonestidade, da falta de princípios, de vergonha, de simples decoro.

Afinal sempre era exacto o que a APU vinha solitariamente denunciando há anos — que a gestão Abecasis estava a conduzir a própria Câmara (para não falar já da cidade de Lisboa) a uma «situação catastrófica». Mas a APU, como se sabe, roda como uma cassette, diz sempre a mesma coisa, não tem «abertura»...

Quem se farta de ser original, com «aberturas» do tamanho duma adega, são a troupe abecasisiana e seus eternos aliados do PS. E, sobretudo, têm todos uma capacidade insuperável de variar naquilo que dizem: em campanhas eleitorais prometem o que lhes vem à cabeça, nas sessões de Câmara dizem o que lhes vem à cabeça e nos executivos fazem o que vem à cabeça... do Abecasis. São todos umas grandes cabeças.

Incluindo os representantes do PS: de tão grandes que são, no servilismo com que sustentam o naufrágio abecasisiano, até já fizeram o seu próprio partido dar uma espectacular cabeçada em Lisboa, nas últimas eleições autárquicas. E, pelos vistos, não vão ficar por ali. Pelo menos até conseguirem que o PS deixe de ter qualquer representação... por lá. ■

Zona Franca na Madeira: gato escondido com o rabo de fora

O Governo Regional tem apresentado ultimamente a Zona Franca Industrial e o «Offshore Banking» como o «maná» que resolverá os graves problemas de que padece a economia da Região Autónoma da Madeira. Dado o empolamento que tem sido feito à volta desta questão, julgo oportuno analisar alguns aspectos já conhecidos deste processo de forma a permitir uma melhor compreensão de toda uma propaganda que assenta sistematicamente na demagogia. Recentemente o Governo Regional propagandeou que tinha conseguido importantes incentivos do Governo da República, da responsabilidade do Professor Cavaco Silva, consubstanciados no Decreto-Lei N.º 165/86, de 26 de Junho. Ora, se compararmos o conteúdo desse Decreto com o do Decreto-Lei N.º 502/85, de 30 de Dezembro, da autoria do Governo do dr. Mário Soares, e que o Governo Regional repudiou fortemente, temos a seguinte situação: O Decreto do Governo do dr. Mário Soares previa incentivos para os investidores, que não estão contemplados no actual diploma, nos seguintes domínios: **redução do imposto de capitais sobre os lucros atribuídos aos sócios; isenção plena da contribuição predial; isenção do imposto de selo, taxas e emolumentos devidos pela constituição das sociedades e pelos aumentos de capital.** Por outro lado, as disposições do actual diploma que são inovadoras em relação ao

anterior limitaram-se a seguir legislação já existente sobre o investimento estrangeiro, incentivos à admissão de jovens, formação profissional ou transferência de tecnologia (Vide p. ex. DL N.º 174/82, DR N.ºs 51/77, 53/77, 54/77 e 55/77). Sendo assim, levanta-se a dúvida sobre a razão por que o Governo Regional prefere o diploma do Governo de Cavaco e Silva ao anterior. Mas o decreto de Cavaco Silva chega a ser caricato quando define que será considerado como «custos do exercício» para efeitos da contribuição industrial o capital dos sócios das empresas a instalar na zona franca, o que, dentro do espírito e objectivos dos capitalistas, significa o reconhecimento da ausência da expectativa de lucro e a probabilidade da perda do capital investido, ou seja, o total fracasso. Na verdade, o custo do astronómico investimento em infra-estruturas da zona franca dificilmente será compensador. Por outro lado, a situação geográfica da Região, linhas de comunicação, condicionalismos da mão-de-obra, tornam, também, a zona franca muito pouco atractiva para os investidores. Perante este panorama o que levará o Governo Regional a manifestar tanto interesse na concretização duma ideia que se encontra legalmente autorizada pelo Decreto-Lei N.º 500/80, de 20 de Outubro? A falta de outras perspectivas quanto ao desenvolvimento da Região, nomeadamente no sector produtivo, talvez não explique tudo. Será que não haverá outros interesses menos claros por detrás deste projecto? Será que o objectivo deste empreendimento não é facilitar e possibilitar a empresas já existentes na Região, e ligadas ao capital estrangeiro, um

Pontos Cardeais

estatuto mais favorável do que o actual? Veja-se, por exemplo, o caso de indústrias já instaladas na Região que apenas se limitam a introduzir mais alguns componentes em produtos semi-fabricados enviados do estrangeiro, voltando novamente ao país de origem depois de efectuadas estas operações. Se assim acontecer, as despesas públicas para instalação da zona franca nem sequer se traduzirão na criação de novos postos de trabalho, mas apenas no aumento de lucros de alguns (poucos) capitalistas da Região.

(Dum artigo do deputado comunista Mário Aguiar, recentemente publicado no «Diário de Notícias», do Funchal)

«Força viva» sem compra de votos

O presidente da Comissão Política Regional da Juventude Social Democrática dos Açores afirma numa entrevista publicada pelo «JR» (o boletim juvenil, «Jovem Reformista», do órgão oficial do PSD, «Povo Livre») que «queremos (a JSD Açores) ser uma força viva» e que «neste momento, sinto que, pela primeira vez, a JSD/Açores é considerada pela JSD/nacional como uma peça importante e até decisiva dos destinos da organização, não devido a um determinado número de votos

que se quer a todo o custo comprar, mas porque temos gente capaz, inteligente, competente para enriquecer a organização com a sua participação». Apenas uma interrogação: se nas fileiras sociais-democratas se fala com este à-vontade no negócio da compra e venda de votos, o que acontecerá nas ilhas e mesmo em certas regiões do continente quando nos períodos eleitorais é mesmo «necessário» comprar... votos?

Actividade política nula... e comício com Álvaro Cunhal

Sempre na vanguarda da desinformação, a RTP continua a revelar grande «criatividade» para iludir e confundir. Há dias, o apresentador de serviço num telejornal afirmava aos telespectadores que estamos no Verão, não há actividade político-partidária, rebeubeubéu... Pouco depois, eram mostradas escassas imagens de um comício com Álvaro Cunhal numa localidade do distrito do Porto. Só faltou dizer que o secretário-geral do PCP não falou de política e que, afinal, aquele comício era apenas para debater os problemas do pobre cachalote que nos visitou cá mais a sul...

Gazetilha

por Ignotus Sum

I

A juventude quer o seu direito ao trabalho, ao estudo, à paz e o governo que nada tem feito a favor dela, agora o que é que faz? Passa-lhe um cartão jovem, de espanto para descontos de cinco e dez por cento...

Faça o governo o que fizer, é em vão: jovens jamais lhe vão «passar cartão...»

II

Beleza, que tristeza e que frieza na aresta do regime! A fealdade que faz esta Beleza é agora mais que fealdade: é crime!

Inalterável passa em cavacal desvelo passa em frente da doença e da desgraça com seu riso de gelo...

Vendo o processo de destruição do governo Cavaco a curto prazo é caso pra dizer que esta Beleza não acontece aos pobres por acaso...

É preciso mandar esta Beleza embora e a maldade que acaso ainda lhe reste pois a Ministra da Doença agora é pior que uma peste...

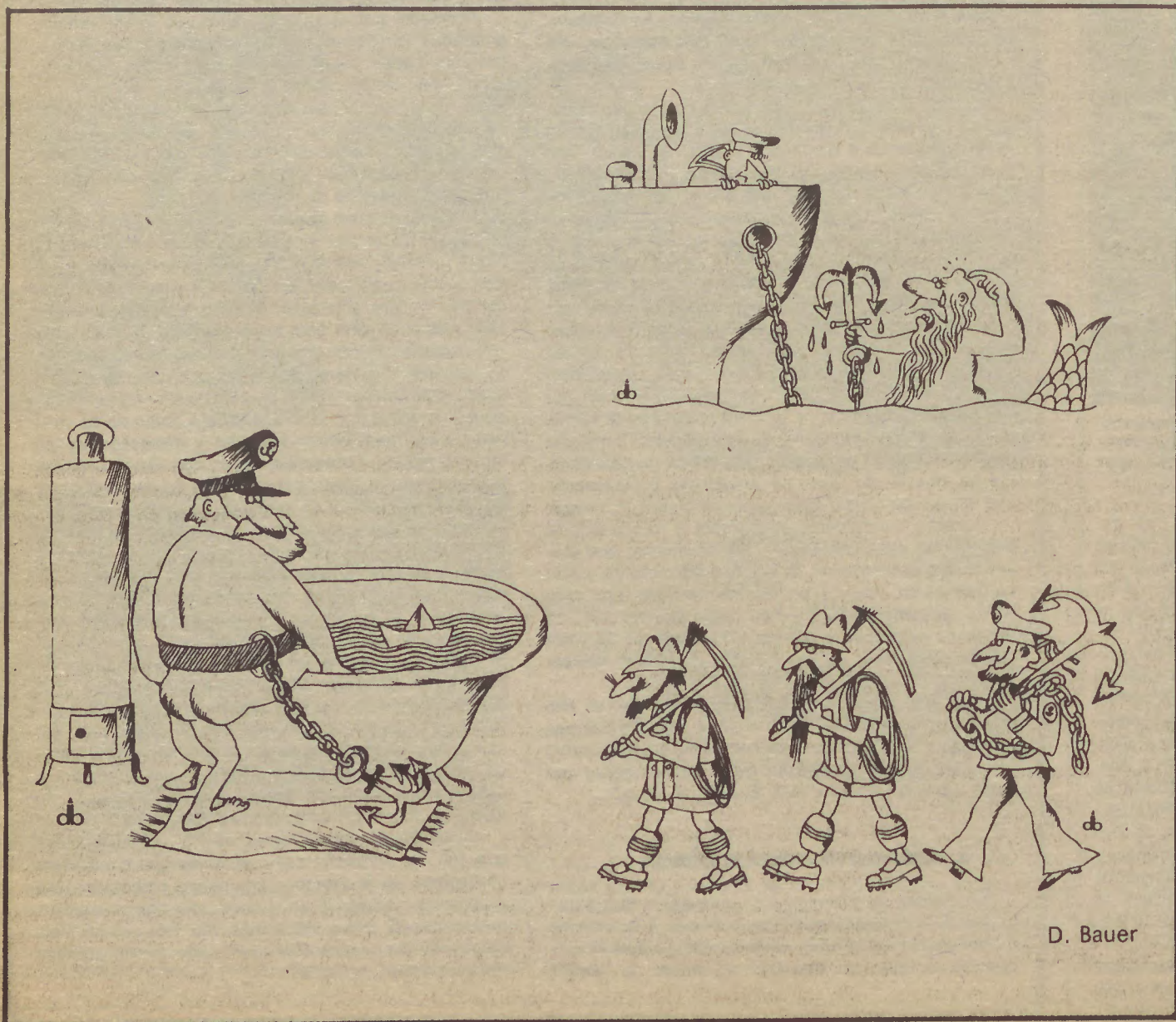
III

Foi a respeito da provocação contra o povo de Angola claro, na televisão que o governo controla... Um clamor de protesto desta vez tornou bem manivesto a quem a vê que não há nada de comum entre a TV e o povo português...

Pois a respeito disto o Cavaco, está visto, disse não ter responsabilidade no que lá está pois a «democracia...» a «liberdade...» e patati, e patatá...

E diz mais a quem quer ouvir com atenção que o seu governo não, não interfere no conteúdo da televisão...

Já começa a constar que, com tais tremeliques de pestana, Cavaco vai ganhar o prémio da anedota da semana...



D. Bauer

Agenda

Avante!

Ano 56 — Série VII
N.º 658

7 de Agosto de 1986

4.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

Sexta

● Rio de Moinhos

Tem início hoje e decorre até domingo a **Festa Vitória de Abril**, iniciativa do Comité Local do Partido de Rio de Moinhos.

Espectáculos variados todos os dias, com **Carlos Alberto Moniz e a sua Banda** no sábado à noite. Também no sábado à noite, intervenção sobre a situação política.

E ainda desporto. E bailes. E uma sempre divertida vacada, no domingo ao princípio da tarde.

Sábado

● Funchal

Encontro de quadros sobre Informação e Propaganda. No Centro de Trabalho, a partir das 17 horas, com a participação do camarada **José Neto**, membro do CC e responsável da DORAM.

● Silves

Agricultura e CEE — debate em que participam, entre outros, os camaradas **Rogério de Brito**, deputado, e **José Viola**, presidente do município.

Às 21 horas, na Sociedade Filarmónica Silvense.

● Sesimbra

Por iniciativa do Departamento de Jovens da Comissão de



Paz de Lisboa, homenagem às vítimas da bomba atómica sobre Nagasaki. Ao fim da tarde, junto à Fortaleza (ver «...e ainda»)

● Quinta do Conde

A **Festa Jovem** — hoje e amanhã — nas instalações do Centro de Trabalho do Partido.

Domingo

● Santa Cruz

Convívio no **Piñhal — Vale de Janelas**.

De manhã, provas de atletismo. Sardinhada às 13 horas. A partir das 14, **Torneio de Chinquinho**. Durante a tarde, música, convívio, leitões.

Intervenção sobre a situação política pelo camarada **António Abreu**, do CC, cerca das 15.30.

A organização é da Comissão Concelhia de Torres Vedras.

● Estarreja

Festa do Futuro,

no Parque da Casa-Museu Egas Moniz. Desporto. Música popular. Vídeos.

Uma sardinhada de convívio à hora do almoço. Visita guiada à Casa-Museu.

Às 17 horas, intervenção sobre a situação política pelo camarada **Jaime Serra**, da Comissão Política.

A partir das 10 da manhã, na freguesia de Avanca.

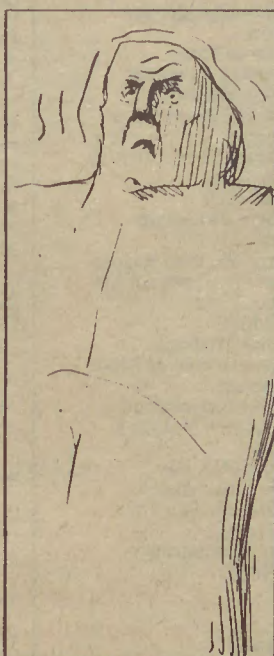
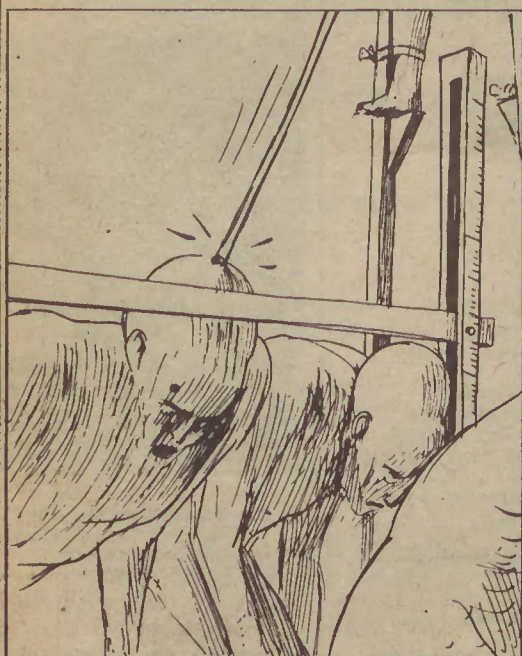
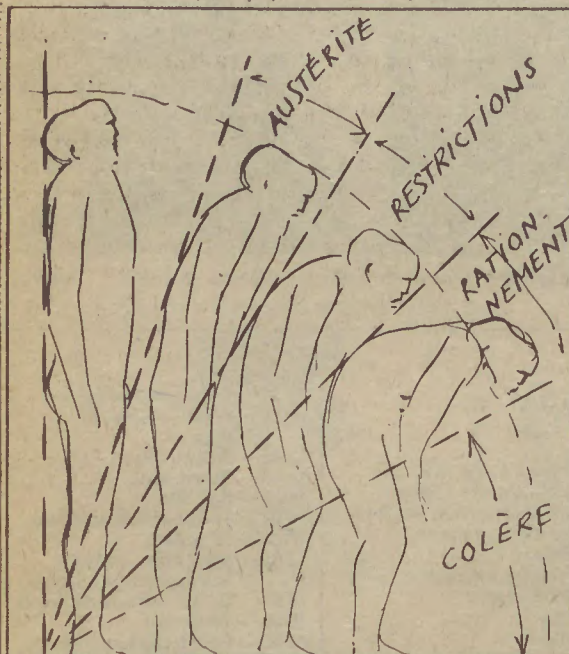
● Sesimbra

Uma já tradicional iniciativa de convívio: **passelo de barco ao Ribeiro do Cavalo**, incluindo como sempre uma sardinhada.

Inscrições e informações no CT de Sesimbra.



ANTOLOGIA



Cardon «L'Humanité», 1976

Festas do PCP

FESTA VITÓRIA DE ABRIL

Rio Moinhos 8,9 e 10 Agosto/86

SÉXTA, 8 AGOSTO

21.30h - BAILE de madrugada com o conjunto
"BANDA SOLO"

SÁBADO, 9 AGOSTO

15.00h - TORNEIO FUTEBOL RELÂMPAGO (participam 4 equipas)

21.00h - INTERVENÇÃO POLITICA

22.00h - ESPECTÁCULO com o Grupo "BANZA"
e BARLHA WILLET (Holandesa)23.00h - CARLOS ALBERTO MONIZ
e a sua BANDA

24.00h - BAILE com o organista-vocalista EDUARDO PANÓIAS

DOMINGO, 10 AGOSTO

15.30h - GRANDIOSA VACADA
com 3 bravíssimas vacas18.00h - Rancho Folclórico FAZENDEIROS
de Montemor-o-Novo

ESMERADO SERVIÇO DE BAR

A COMISSÃO NÃO SE RESPONSABILIZA POR QUALQUER ACIDENTE DURANTE A FESTA.

Comissão Local de Rio de Moinhos do PCP

DOM. - 10

SESIMBRA

tradicional

SARDINHADA

**passeio de barco
ao ribeiro do cavalo**

Festa



sábado e domingo 9 e 10

QUINTA DO CONDE

NO C.T. DO PCP

Pias

A 14 e 15 de Agosto, Pias terá a segunda edição da Festa do Emigrante, iniciativa da Comissão Concelhia do PCP. O baile na noite do dia 14 com o conjunto "Azagarte" será o início de um convívio onde, no dia seguinte, não faltarão as actividades desportivas, os grupos corais, as variedades, o fado amador, a actuação de Francisco Ceia e um espaço de informação e debate político com intervenção de um dirigente do Partido. Na próxima semana os pormenores.

Quinta

RTP1

- 11.00 - Sumário
- 11.05 - Videopólis
- 11.30 - Espaço 11/13
- 12.30 - Telenovela - «Vereda Tropical», 84.º Epis.
- 13.15 - Jornal da Tarde
- 15.00 - Desenhos Animados
- 15.30 - Inventário Musical
- 16.00 - Série - «Retalhos da Vida de Um Médico», 5.º Epis.
- 17.00 - Ontem Viu?
- 18.00 - Sumário
- 18.05 - Tempo dos Mais Novos
- 18.45 - País, País
- 19.15 - Festival Internacional de Folclore de Santarém
- 19.50 - O Livro Grande de Petete
- 20.00 - Telejornal
- 20.30 - Boletim Meteorológico
- 20.40 - Telenovela - «Corpo a Corpo», 108.º Epis.
- 21.35 - Danças Loucas - «Os Anos 20»



- 22.00 - Série - «A Balada de Hill Street»
- 22.50 - 24 Horas
- 23.20 - Volta a Portugal em Bicicleta.

RTP2

- 16.30 - Europa TV
- 20.00 - Notícias
- 20.05 - Caminhos do Eterno - O Museu Grão Vasco (Viseu)
- 20.30 - 3.º Concurso da Eurovisão para Jovens Músicos
- 22.50 - Últimas Notícias
- 23.00 - Telenovela - «Vereda Tropical», 90.º e 91.º Epis.

Sexta

RTP1

- 11.00 - Sumário
- 11.05 - Setentrão
- 11.30 - Espaço 11/13
- 12.30 - Telenovela - «Vereda Tropical»
- 13.15 - Jornal da Tarde
- 15.00 - Desenhos Animados
- 15.35 - Espaço Visual
- 16.00 - Série - «Entre Marido e Mulher»
- 16.30 - O Mar e a Terra - A ilha de Porto Santo
- 17.05 - Ontem Viu?
- 17.30 - Se Bem Me Lembro
- 18.00 - Sumário
- 18.05 - Tempo dos Mais Novos - «Animação», programa de Vasco Granja
- 18.45 - País, País
- 19.15 - Recrear o Espaço
- 19.50 - O Livro Grande de Petete
- 20.00 - Telejornal
- 20.30 - Boletim Meteorológico
- 20.40 - Telenovela - «Corpo a Corpo»
- 21.25 - Série - «Alô, Alô»
- 21.55 - Série - «Fortunata e Jacinta», 2.º Epis.
- 23.00 - 24 Horas
- 23.30 - Volta a Portugal em Bicicleta.

RTP2

- 16.30 - Europa TV
- 20.00 - Notícias
- 20.05 - Coleccionando
- 20.30 - Adágio
- 21.00 - Museu do Cinema
- 21.30 - Notícias

TV

O Programa

- 21.35 - Directo/2
- 22.35 - Últimas Notícias
- 22.40 - Telenovela - «Vereda Tropical».

Sábado

RTP1

- 12.00 - Sumário
- 12.05 - Tempo dos Mais Novos
- 13.00 - Desenhos Animados
- 14.00 - Festival de Gastronomia de Santarém - Regiões de Viseu e Minho
- 14.25 - Sport Billy (último episódio)



- 14.50 - Revista de Toiros
- 15.20 - Série - Os Jovens Heróis de Shaolin
- 16.20 - Os Marretinhos
- 17.05 - O Novo Mundo Selvagem
- 17.30 - O Corpo Humano, 9.º Progr.
- 18.00 - Top Disco
- 18.50 - Série - «América do Sul, Terra de Contrastes»
- 19.45 - Totoloto
- 20.00 - Telejornal
- 20.40 - Boletim Meteorológico
- 20.50 - Aplauso - «Vozes do Brasil»
- 21.45 - Série - «Dinastia»
- 22.35 - Volta a Portugal em Bicicleta
- 22.45 - Sábado Especial - «A Gaivota», adaptação da peça de Tchekov, real. Sidney Lumet, interpr. Vanessa Redgrave, James Mason, Simone Signoret (Inglaterra/1968, 108 min.).

RTP2

- 15.00 - Troféu
- 20.00 - Documentário
- 20.30 - RTP/Brasil
- 21.00 - Europa TV
- 22.30 - Música Ligeira - Espectáculo realizado no Palácio dos Congressos de Riva del Garda/Itália - 1.º Progr.

Domingo

RTP1

- 11.30 - Sumário
- 11.35 - 70 Vezes 7
- 12.00 - Missa Dominical
- 13.00 - Sumário
- 13.10 - TV Rural
- 13.40 - Tempo dos Mais Novos - Volta a Portugal em Bicicleta - transmissão directa da etapa final
- 17.00 - Festa Rija
- 18.15 - M de Mulher
- 19.10 - Falando de Mozart
- 19.40 - Como, Quem, Porquê?
- 20.00 - Telejornal
- 20.30 - Boletim Meteorológico
- 20.35 - Viva o Gordo (último programa da série)
- 21.20 - O Último Lugar da Terra
- 22.15 - Domingo Desportivo, incluindo a Volta a Portugal em Bicicleta, que hoje termina).

RTP2

- 13.10 - Automobilismo - Grande Prémio da Hungria Fórmula 1 (transmissão directa)
- 15.45 - Cinema - «Brasil», real. Joseph Stanley (EUA/1944)
- 17.00 - Campeonato Nacional de Atletismo
- 18.30 - Europa TV
- 20.00 - Novos Horizontes
- 20.30 - Nós Por Cá
- 21.15 - Telefilme - «Dr. Fisher de Genebra», adaptação de um conto de Graham Green. Real. Michael Lindsay-Hogg (Inglaterra/1985, 95 min.).

Segunda

RTP1

- 11.00 - Sumário
- 11.05 - Passeios de Coimbra - 1.º Programa
- 11.30 - Espaço 11/13
- 12.30 - Telenovela - «Vereda Tropical», 84.º Epis.
- 13.15 - Jornal da Tarde
- 15.00 - Desenhos Animados
- 15.25 - Documentário
- 15.50 - Série - «O Homem é um Mundo», 6.º Epis.
- 17.10 - Caldo de Pedra
- 17.30 - Ontem Viu?
- 18.00 - Sumário
- 18.05 - Tempo dos Mais Novos
- 18.45 - Ferro Forjado na Arquitectura Portuguesa - Último Programa
- 19.50 - O Livro Grande de Petete
- 20.00 - Telejornal
- 20.30 - Boletim Meteorológico
- 20.40 - Telenovela - «Corpo a Corpo»
- 21.15 - Fronteira entre Dois Mundos
- 21.55 - Fados por Maria da Fé - «Até Que a Voz me Doa».

RTP2

- 16.30 - Europa TV
- 20.00 - Notícias
- 20.05 - Videopólis
- 20.30 - Falar de Macau
- 21.00 - Cinema Italiano - «O Brigão», real. Renato Castellani (1961)
- 22.25 - Últimas Notícias
- 23.30 - Telenovela - «Vereda Tropical».

Quarta

RTP1

- 11.00 - Sumário
- 11.05 - Memória de um Povo
- 11.30 - Espaço 11/13
- 12.30 - Telenovela - «Vereda Tropical»
- 13.15 - Jornal da Tarde
- 15.00 - Desenhos Animados



«A Gaivota», a peça de Tchekov adaptada ao cinema - sábado, RTP 1

RTP2

- 16.30 - Europa TV - Às 18.30, «O Rock Britânico - II Parte: o início dos anos 80». Às 19.10, «Tintoretto e a sua obra»
- 20.05 - Notícias
- 20.10 - Desenhos Animados
- 20.30 - Nunca é Tarde
- 20.55 - Zoom
- 21.20 - Notícias
- 21.25 - Espaço Jazz
- 22.25 - Últimas Notícias
- 22.30 - Telenovela - «Vereda Tropical»

Terça

RTP1

- 11.00 - Sumário
- 11.05 - Conheça Melhor
- 11.30 - Espaço 11/13
- 12.30 - Telenovela - «Vereda Tropical»
- 13.15 - Jornal da Tarde
- 15.00 - Desenhos Animados
- 15.35 - Série - «Risco Inadiável»
- 16.00 - Série - «A Tragédia da Rua das Flores»
- 17.00 - Histórias com Pés e Cabeça
- 17.30 - Ontem Viu?
- 18.00 - Sumário
- 18.05 - Tempo dos Mais Novos
- 18.45 - País, País
- 19.15 - Trânsito
- 19.45 - Boletim Meteorológico para a Agricultura
- 19.50 - O Livro Grande de Petete
- 20.00 - Telejornal
- 20.30 - Boletim Meteorológico
- 20.40 - Telenovela - «Corpo a Corpo»
- 21.30 - Programa da Direcção de Informação
- 22.35 - Série - «Um César Americano».



21.30 - Noite de Cinema - «Um Homem de Quem eu Gosto», real. Claude Lelouch (França/1969).

RTP2

- 16.30 - Europa TV
- 20.00 - Notícias
- 20.10 - Atletismo (de Zurique)
- 22.30 - Últimas Notícias
- 22.40 - Telenovela - «Vereda Tropical».

Cinema

A selecção

		António Durão	David Lopes	Manuel Machado da Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A	Alice Já Não Mora Aqui	★★★★	★★★★★	★★★★	—	★★★★
B	África Minha	★★★★★	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★
C	O Ano do Dragão	★★★★★	★★★★	★★★★	★★★★★	★★
D	Era Uma Vez na América	★★★★★	★★★★★	★★★★★	★★★★	★★★★★
E	Nova York Fora de Horas	★★★★★	★★★★★	★★★★★	★★★★★	★★★★★
F	Psico	★★★★★	★★★★	★★★★	—	★★★★
G	O Romance de Murphy	★★★★	—	★	—	★
H	Os Salteadores da Arca Perdida	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★
I	Terror na Auto-Estrada	—	★★★★	★★★★	—	—

Classificação de ★ a ★★★★★

A — Real. Martin Scorsese — Cine 222 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.
 B — Real. Sidney Pollack — S. Jorge/2 (14.15, 17.30, 21.30) — Lisboa.
 C — Real. Michael Cimino — Amoreiras/2 (13.45, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15) — Lisboa.
 D — Real. Sérgio Leone — Borna (15.00, 21.00) — Lisboa.
 E — Real. Martin Scorsese — Estúdio 444 (15.00, 17.00, 19.00, 21.30), Quarteto/3 (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) — Lisboa.
 F — Real. Alfred Hitchcock — Quarteto/2 (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) — Lisboa.
 G — Real. Martin Ritt — Nimas (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.
 H — Real. Steven Spielberg — Alfa/Clube (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00) — Lisboa.
 I — Real. Robert Harmon — Hollywood/1 (14.30, 16.45, 19.00, 21.30, 23.45), Las Vegas/1 (14.00, 16.15, 18.45, 21.30) — Lisboa.

Exposições

Artesanato em Vias de Extinção, documental, organizada por uma equipa da Esc. Sup. de Belas Artes do Porto, FIL, Pç. das Indústrias.

Artistas premiados na I e na II Exposição de Artes Plásticas Gulbenkian. Museu do CAM, Av. de Berna. 3.ª, 5.ª, 6.ª e dom./10.00 às 17.00; 4.ª e sáb./14.00 às 19.30 (até 2/9).

Auto-retratos, colectiva de pintura e fotografia — Alvaro Rosendo, Gonçalo Ruvo, Helena Pinto, Jaime Lebre, João Queiroz, José António Cardoso, Manuel SanPayo, Miguel Branco, «Monumental», Campo Santana, 101. De 3.ª a dom./15.00 às 20. (até 31/7).

Colectiva de pintura (Dário Alves, Isabel Garcia, João Nascimento). Livr. Bertrand, R. Garrett. De 2.ª a 6.ª/10.00 às 19.00.

Colectiva de Pintura. Cervejaria Trindade, R. Nova da Trindade. Das 12.00 às 15.00 e das 19.00 às 22.00 (até 22/8).

Colectiva de pintura e desenho. Atrium da Imprensa, R. da Horta Seca, 20. De 2.ª a 6.ª/10.00 às 20.00.

Colectiva de serigrafia. Ditec-Espaço Arte, Av. Igreja. De 2.ª a 6.ª/14.30 às 19.40 (até 15/8).



Dali, gravura. Livraria Barata, Av. Roma. Das 12 às 23.00 (até 30/8).

Escultura Africana em Portugal, Museu de Etnografia, Av. da Madeira (ao Restelo). De 3.ª a dom./10 às 12.30 e 14 às 17 (até Dezembro).

Feira do Fanzine — os «Fanatic Magazine» (BD). Livraria Diário de Notícias/Chiado. De 2.ª a 6.ª/9.00 às 19.00 (até 14/8).

Fotografia Contemporânea, colectiva (internac.). Gal. Módulos, Av. António Augusto Aguiar, 56, 5.ª-Drt.º. De 2.ª a sáb./16.00 às 20.00 (até 15/8).

Fotografias de re-

vistas alemãs de 1924-33. Forum Picoas, Av. Fontes Pereira de Melo. Das 12.00 às 23.00 (até 26/8).

Gente de Palco-II Acto-Desenho Teatral. Museu Nacional do Traje, Estrado do Lumiar, 10. De 3.ª a sáb. Das 10.00 às 13.00 e das 14.30 às 17.00; dom. das 10 às 13 e das 14.30 às 18.00.

A Guerra Civil de Espanha e a Morte de Garcia Lorca. Biblioteca Nacional, Campo Grande. De 2.ª a 6.ª/10.00 às 13.00 e 14.00 às 17.00 (até 5/9).

Jean Campiche, escultura em pedra. AR.CO, R. Santiago, 18. De 2.ª a 6.ª/10.00 às 21.00.

Maria Irene Vilar, medalhas e bronzes. Livraria da Imprensa Nacional, R. Marquês Sá da Bandeira, 16.

Gal. Tempo, R. Nova S. Mamede, 17-A. De 2.ª a sáb./14.00 às 20.00 (até 9/8).

Postais Ilustrados de Lisboa do Principio do Século. Biblioteca Nacional, Campo Grande. De 2.ª a 6.ª/10.00 às 13.00 e 14.00 às 17.00 (até 5/9).

Rui Chafes, escultura. Gal. Leo, Trav. da Queimada, 48.

Tapeçaria de Portalegre, segundo cartões de pintores portugueses, Hotel Meridiano, R. Castilho (até 31/8).

III Exposição de Artes Plásticas da Fundação Gulbenkian. Galerias da sede da Fund. Gulbenkian, Av. Berna. 3.ª, 5.ª, 6.ª e dom./10.00 às 17.00; 4.ª e sáb./14.00 às 19.30 (até 2/9).

Américo Silva. «(Des)construções».

854. De 2.ª a sáb./16.00 às 20.00 (até 15/8) PORTO.

Instrumentos Musicais Populares. No Centro de Artes Tradicionais do Porto, organizada pelo Museu de Etnologia. De 3.ª a dom./10.30 às 19.00 (até Setembro) PORTO.

Isabel Laginhas, pintura. Galeria EG, R. do Crato, 210. De 3.ª a sáb./16.00 às 19.30. PORTO.

Luís Demée, retrospectiva. Museu Soares dos Reis, R. D. Manuel II. De 3.ª a dom./10.00 às 12.00 e 14.00 às 17.00 (até 17/8) PORTO.

Cascais no Tempo dos Romanos, arqueologia. Palácio da Cidadela (até 30/8) CASCAIS.

Pedro Saraiva, pintura. Gal. Alfaro, Travessa Visconde da

...e ainda

Música, debates, etc.

Para que nunca mais

Lembrar Nagasaki, a 2.ª cidade japonesa atingida por um bombardeamento atómico

dos norte-americanos quando, há 41 anos, o nazi-fascismo (e o imperialismo japonês) fora já derrotado — lembrar o horror de muitos milhares de mortos desse 9 de



Agosto e das muitas outras vítimas que ao longo dos anos foram perecendo, é o objectivo do Departamento de Jovens da Comissão de Paz de Lisboa e da Câmara Municipal de Sesimbra, que no caso os apoia, na **Homenagem às Vítimas de Nagasaki**.

Será no próximo sábado, na Fortaleza junto à praia de Sesimbra, e terá início no fim da tarde com a pintura de um mural gigante alusivo ao bombardeamento de Nagasaki. Às 21 e 30 horas estará patente ao público uma exposição fotográfica e decorrerá um espectáculo composto essencialmente por jovens músicos, onde a música popular portuguesa e a poesia de autores portugueses terão lugares de destaque.

O Departamento de Jovens da Comissão

da Paz de Lisboa pretende com esta iniciativa sensibilizar, quer a população de Sesimbra, quer os habitantes de Lisboa em férias na vila, para as consequências de uma guerra nuclear, ou mesmo de um ataque nuclear.

II Festival da Juventude e da Paz

É também no próximo sábado que tem início em Gondomar — mas prolongando-se por 9 dias — uma outra iniciativa onde Jovens e Paz, encontram o mesmo caminho. Trata-se do II Festival da Juventude e da Paz, a realizar no lugar da Insua-Rio Ferreira, sob o lema «Preservar as gerações futuras do flagelo da guerra».

Será um acampamento de jovens de todo o país, organizado à volta do desporto, da música, dos debates abertos e abertos a tudo e com actividades ligadas às artes plásticas de que se destaca o grande painel colectivo alusivo à Paz e ao Ano Internacional da Paz que decorre.

O Festival-Acampamento — que encerra a 17, à tarde, com um espectáculo de música popular portuguesa — está, como na anterior edição, aberto a jovens não-acampados, que podem participar nas actividades colectivas programadas.

Música

Na Gulbenkian, no **Jazz em Agosto 86** iniciado com o sexteto de Steve Lacy no passado dia 5, o único concerto programado



para esta semana: o **Quarteto de Saheb Sarbib**, com Sarbib ao piano e ainda Kirk Lightsey, contrabaixo, Joe Ford, sax alto, Bobby Batle, bateria (estes músicos actuarão também no dia 14, quinta-feira).

No Anfiteatro ao Ar Livre da Fundação Gulbenkian, 21.30.

Também haverá jazz no Hot, todos os dias, às 22.30 e às 0.30.

Do 6.º **Festival de Música dos Capuchos**: amanhã, dia 8, um espectáculo (com instrumentistas, cantores e bailarinos) intitulado «Pelo Sonho é que Vamos. Salve-se a Arrábida». Autoria e coordenação de José de Sousa Machado e

José Adelino Tacanho. Desde às 18 horas «até que o sol se ponha», no **Convento Arrábida**.

No dia 9, no **Convento dos Capuchos**, 21.30 — **Quarteto Kodaly**, obras de Bomtempo e Schubert.

XII Festival de Música da Costa do Estoril:

Amanhã, 21.30, no Teatro Gil Vicente de Cascais — **Quarteto Kodaly** com Jeno Jandó ao piano, obras de Beethoven, Mozart e Bomtempo.

Domingo, dia 10, 21.30 — **Concerto de piano por Tania Achot**, obras de Schumann, Berg, Liszt e Scriabine. No Casino Estoril.



Hansi Stael



Bartolomeu Cid



Mena Brito



Mena Brito, pintura. Centro de Dança, Av. João Crisóstomo, 6. De 2.ª a 6.ª/9.00 às 20.00 (até 30/8).

«**Mercados de Lisboa**», fotografia. Gal. do «Diário de Notícias» — Chiado. De 2.ª a 6.ª/9.00 às 19.00; sáb./9.00 às 13.00. Mónica, fotografia.

fotografia. Cooperativa Anvoro, R. Azevedo de Albuquerque, 1 (até 14/8) PORTO.

Colectiva de pintura/escultura (Ana Vidigal, Ilda David, Paula Rego, Pedro Casqueiro, Pedro Portugal, Victor Costa, Manuel Rosa, Xana). Gal. Módulo, Av. Boavista,

Luz, 7. De 2.ª a sáb./15.00 às 19.30 (até 14/8) CASCAIS.

Música — Manuscritos e Edições do arquivo da Biblioteca Geral da Universidade COIMBRA.

«**Sinfonia em Branco**», colectiva de pintura, escultura, fotografia. Convento dos Capuchos, no âmbito do Festival de Música. De 4.ª a dom./16.00 às 19.30 (até 30/8) COSTA DA CAPARICA.

Isabel Neves, tapeçaria, Gal. de Exposições das Arcadas do Parque ESTORIL.

Pintura Nalif — VI Sessão Nacional/I Internacional. Galerias do Casino, das 15.00 às 24.00 (até 31/8) ESTORIL.

D. Pedro IV (Pedro I do Brasil) — Sua época (até 30/9). Palácio Nacional PALUZ.

Vida e Obra do escritor Manuel da Fonseca. Até 15/8, Museu Municipal SANTIAGO DO CACÉM.

Colectiva — Miguel Barbosa, Susana Barrros, Cláudia Lima, Gal. Cetária, Pousada de S. Filipe. Das 10.00 às 22.00 (até 22/8) SETUBAL.

Matos Cardoso, desenho e escultura. Convento de Jesus, das 9.00 às 12.00 e 14.00 às 17.00 (até 30/8) SETUBAL.

V Bienal, colectiva de Artes Plásticas, VILA NOVA DE CERVEIRA.

Teatro

O Cartaz

• LISBOA

ABC, Parque Mayer. De 3.ª a dom./20.30 e 22.45, dom./16.00. Lisboa.

Tejo e Tudo, de César Oliveira, Solnado, Fialho Gouveia, enc. César Oliveira.

A Barraca — R. Alexandre Herculano. De 3.ª a sáb./21.30. Calamity Jane, adapt. e encen. Hélder Costa, intérp. Maria do Céu Guerra.

CAM — Sala Polivalente, Fundação Gulbenkian, Av. Berna. 6.ª e sáb./21.30; dom./15.00; 3.ª e 4.ª/18.30. O Indesejado, de Jorge de Sena, enc. Orlando Neves — Ciclo Retorno à Tragédia (estreia hoje, 21.30).

Casa da Comédia, R. S. Francisco de Borja, 24. De 3.ª a dom./21.45. A Bela Portuguesa, de Agustina Bessa-Luis, enc. Filipe La Féria (estreia hoje).

Comuna — Pç. de Espanha, Sala Nova — De 3.ª a sáb./21.30, dom./17.00. Touro, de Abel Neves, enc. João Mota — Comuna.

Maria Matos, Av. Frei Miguel Contreiras. De 3.ª a sáb. 20.30 e 22.45. dom. 16.00, 20.30 e 22.45. Isto é Maria Vitória, de H. Santana, Nicholson, Bracinha, M. Zambujal. Enc. Ivone Silva.

Teatro Ibérico, R. de Xabregas, 54. De 3.ª a sáb., às 21.30. Dom., às 17.00. Avaria, Luxúria e Morte n'Arena Ibérica, de Ramon del Valle-Inclán, encen. Blanco Gil.

Teatro do Século, Rua do Século, 41. Sala 2 — De 4.ª a sáb. / 21.45, dom./18.30. Os Negros, de Jean Genet, enc. Rogério Carvalho. Sala 1 — De 5.ª a sáb./18.30. Viagem para a Felicidade, de Franz Xavier Kroetz, enc. Rogério Carvalho, intérp. Lucinda Loureiro.

Variedades, Pq. Mayer. De 3.ª a dom. / 21.45, sáb./16.00. Um Coronel em Dois Actos, adapt. Francisco Nicholson, enc. Varela Silva.

Coop. do Povo Portuense, R. Camões, 578. De 3.ª a dom./21.45. Toda a

Nudez Será Castigada, de Nelson Rodrigues, enc. Angel Facio — Seiva Trupe. (Último fim-de-semana).

Para Crianças • LISBOA

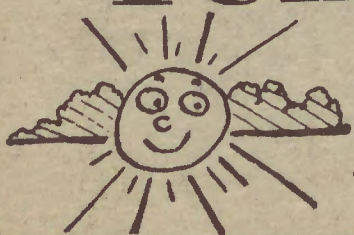
Casa dos Tabuenses, Rua dos Poiais de S. Bento, 75. Sáb. e dom. às 16.30. A Rua dos Fantasmas, de Javier Villafañe, enc. de Adolfo Gutkin, pelo Grupo Malzum.

Padrão dos Descobrimentos, Belém, s.áb. / 18.00, dom./11.00. Fecha os Olhos... Entra na História, de Alexandra Solnado, enc. Joselita Alvarenga.

• PORTO

Coop. do Povo Portuense, R. Camões, 578. De 3.ª a dom./21.45. Toda a

Tempo Fim de Semana



No sábado, céu pouco nublado ou limpo, com vento fraco a moderado de noroeste no litoral Oeste, durante a tarde, a sul do Cabo Carvoeiro.

No domingo, o céu passará a muito nublado no litoral Oeste durante a madrugada e a manhã. Vento fraco a moderado em todo o território, com neblina matinal. (Previsão do INMG)

a TV

Os anos perdidos ou a vergonha perdida?

1 A televisão portuguesa não morre de amores pelo povo de Angola. Facto indelmentível, dia a dia confirmado ao longo dos últimos anos. A simpatia do seu coração vai toda para o Jonas da Pide, chefe do bando terrorista que na Casa Branca consideram um grande «democrata» — curiosamente a mesma classificação de Reagan para os terroristas do Afeganistão e da Nicarágua, tidos igualmente por «combatentes da liberdade...»

Sabendo-se isto, era com muito cepticismo que se aguardava o programa dedicado a Angola. Além de que o próprio título — **Os anos perdidos** — era já indicio suficiente do que iria passar-se. E no entanto...

... No entanto, o que se passou ultrapassou todas as suspeitas. Não foi uma reportagem, foi uma repescagem de todo o arsenal contra a República Popular de Angola...

2 O repórter queixa-se da falta de cooperação das autoridades angolanas. Foram uns malandros. Não lhes deixaram filmar motivos militares ou que eles consideravam tal. Realmente, ó Araújo, não há direito cortar assim a liberdade dos repórteres...

Por isto diz o tal, a sua estada em Angola foi uma espécie de «visita de médico». Eu falaria melhor em «visita de curandeiro», isto para não utilizar palavras mais adequadas à função...

Desculpa de mau pagador. Se não, veja-se: conclui o sujeito que a reportagem é fraca porque não o deixaram ver; mas de quanto viu e faz referência, a qualidade da atenção e da abordagem está muito longe do nível aceitável.

3 A reportagem como produto final, veio demonstrar que o Araújo não tem razão nos seus protestos e que as autoridades angolanas a tinham de sobejo ao não confiar na boa-fé do enviado especial da RTP.

Porque, de facto, não se trata já de pôr barreiras à profissão, trata-se de rezear a má-fé do visitante. Não esqueçamos que a República Popular de Angola é um país em guerra, com inúmeros obstáculos à sua marcha para o futuro. Seria exagero pedir-lhe que deixasse à vontade aqueles que não a amam — em nome de uma «liberdade de informar» que alguns confundem (com maior ou menor deslante) na liberdade de manipular.

«Os anos perdidos» é triste exemplo dessa «liberdade».

4 Não é segredo para ninguém que Angola atravessa grandes dificuldades no domínio social e económico. Para entender esta situação, há que não esquecer factos essenciais como sejam a ausência de estruturas e quadros próprios (reflexo do colonialismo), o vazio criado pela saída dos portugueses coincidindo com a independência (reflexo de uma situação de pânico criada pelas forças antidemocráticas) e a guerra alimentada pela África do Sul (reflexo da acção do imperialismo contra a liberdade dos povos).

Ora a reportagem, não sendo completamente omissa em qualquer destes pontos, ou não lhes outorga a importância efectiva ou as trata de maneira alheada, confusa, não responsabilizante na justa medida. O que fica na memória do espectador não é o essencial, mas o acessório. Ali não há uma nação de cabeça erguida e combatente: há um povo que pena o atrevimento de querer ser livre.

É este o cenário indecente da reportagem.

5 Agora vive-se muito mal em Angola. Uma dor de alma. Vive-se muito pior que antigamente. Muito pior. Não há peixe, não há carne, não há nada. Vazios os supermercados. Vejam-se estas imagens das prateleiras vazias. E as lojas? As lojas estão lá, mas sem nada dentro. A candonga, essa prolifera. Cada ovo custa uma fortuna, «o quotidiano resume-se à sobrevivência...»

Depois, tudo estragado, tudo em ruína, nada se faz. Faltam os materiais, faltam trabalhadores qualificados, há tremendas dificuldades de transportes...

Etc, etc, etc.

Cresce o rol das penúrias. Tudo sem a correspondente e oportuna explicação. Conclusão: agora vive-se pior, antigamente é que era bom, não faltava nada, numa alegria...

... Nem uma paragem, breve que fosse, para uma interrogação: o que é que faz este povo sofrer estocadamente, e resistir e continuar?

A resposta a esta pergunta seria a chave da História, seria a grandeza da Reportagem. Mas aí Araújo foi tão surdo como o barbeiro do Quixote.

6 Toda a acção do Homem, para ser eficaz, tem de corresponder a um impulso de amor. É demasiado evidente que o repórter não ama Angola nem o projecto da construção do futuro a que se entrega o povo angolano.

São frequentes as expressões de inimizade, de conflito, de antipatia. Mas a situação certamente mais provocadora (tanto mais, quanto menos justificada era) foi o largo espaço concedido à UNITA e ao Jonas da PIDE. Para tanto, Araújo não hesitou em recorrer às **Imagens de arquivo** da RTP e em dar publicidade a notícias já formalmente desmentidas pelo governo angolano. Mais ainda: se o fantoche Savimbi diz uma coisa e o governo de Angola desmente, Araújo adianta com a impossibilidade de saber qual das duas versões é a verdadeira...

Não, senhor repórter, estes anos não foram perdidos. Foram anos de sacrifício, sim, de sofrimento e de heroísmo. Nenhum tempo é perdido quando se luta pela independência e pela liberdade.

Tu só quiseste saber da barriga, nada quiseste saber da alma. És um pobre-diabo.

■ **Ulisses**

Síntese semanal da IMPRENSA

Governo Cavaco gera instabilidade

Saúde, Transportes, Comunicação Social, Banca, Cimentos: em todos estes grandes sectores a irresponsabilidade do Governo está a fazer das suas.

A prepotência, a falta de diálogo e a demagogia de Cavaco e seus pares caem pesadamente sobre os portugueses, trabalhadores e utentes. Este Governo gera instabilidade. O interesse nacional exige uma alternativa democrática.

Discuta-se a alternativa

• «Segundo a Anop, o dr. Miguel Cadilhe, com a «eloquência» que o caracteriza, confirmou a notícia previamente «lançada» pelo «Seculo» e ainda mais previamente teorizada pelo «analista» de extrema-direita J. M. Júdice de que (...) há um projecto de diploma do Ministério das Finanças visando transformar os bancos nacionalizados em sociedades anónimas de capitais públicos (...) tendo por objectivo (...) a desnacionalização da banca e a sua entrega ao capital privado (...). Trata-se de um exemplo gravíssimo — mas não único nem tão pouco o último — de como o governo Cavaco Silva se assume clara e publicamente como um instrumento de violação da Constituição, cuja destruição e mutilação inscreve como objectivo da sua acção política.

Se a postura de afrontamento em relação à legalidade constitucional é, por si só, motivo mais que suficiente para evidenciar que a substituição do governo Cavaco Silva se tornou num imperativo inadiável, as responsabilidades do governo no crescimento e generalização de um clima de grande instabilidade social constituem uma outra para que enfatiza ainda mais aquela necessidade.

Na verdade, a intransigência negocial e a falta de diálogo do governo com os trabalhadores da RN e da CP e com os médicos policlínicos (entre outros exemplos possíveis) está a tornar-se responsável pela necessidade que estes sectores profissionais têm tido de recorrer a greves que se repercutem, como é natural, em naturais perturbações e consequentes prejuízos e incómodos para muitas centenas de milhares de utentes, quer dos transportes da Rodoviária Nacional e da CP, quer dos hospitais.

A manipulação da comunicação social, a ilegalidade e a desestabilização social, política e constitucional são — com o governo Cavaco Silva, como já havia sido com outros governos de direita — consequências e componentes inevitáveis da política antipopular e antinacional prosseguida nos últimos dez anos. Para todos quantos — e são a esmagadora maioria da sociedade portuguesa — **querem um clima de estabilidade social e política** chegou a hora de, finalmente, se empenharem e agirem para a construção de uma verdadeira alternativa ao actual governo e à actual política. Alternativa

que garante a melhoria das condições de vida das populações, a defesa da legalidade democrática e constitucional e lance as bases para o efectivo desenvolvimento da sociedade portuguesa.»

(V. Pinto Morais, «o diário», 3. Agosto)

TV privada: quem paga?

• «Uma vez que a exploração dum canal de TV, com dimensão significativa e com uma programação razoável custará 3 a 4 milhões de contos anuais, incluindo amortização dos investimentos, não vemos que o aparecimento de uma outra estação, se possa fazer sem o sacrifício das já existentes ou por via do mecenato do Estado. Neste caso a favor de uns poucos e à custa de toda a comunidade.

Ousar tais medidas será destruir, a prazo, todo o sistema televisivo existente, a própria RTP, preterindo a alta e relevante vocação dum serviço público de TV, já com boas provas dadas e o menos dispendioso da Europa, em favor sabe-se lá do quê...

A não ser que... nos entreguemos nas mãos daqueles que aspiram a controlar bases de audiências mais vastas que nos seus mercados tradicionais e estão ao serviço, também, de ambições internacionais, à escala europeia e mundial. Estes grupos adoptaram actualmente uma estratégia multimédia e produzem o que lhes convém para a multiplicação dos seus meios de difusão.

Um telefilme, uma reportagem ou uma transmissão directa rentabilizam-se em função da extensão da sua difusão: por ondas hertzianas, cabo, satélites, magnetoscópios. Esta multiplicação de suportes de difusão faz acelerar fortemente a circulação dos programas e proporciona, por outro lado, aos grupos de comunicação livrarem-se da concorrência através de controlos acumulados, com uma estratégia industrial, assente numa ocupação de suportes de difusão, como expediente para conservar audiências máximas.

Um exemplo desta estratégia é fornecido pela Sociedade Fininvest de M. Silvia Berlusconi, que absorveu já três canais da TV privada de Itália, passou à França e não desistirá de atravessar outras fronteiras.

A procura de maiores audiências permite vender aos mais altos preços os espaços publicita-

rios e rentabilizar, no fim de contas, os programas. Encarar a TV, concebê-la e rentabilizá-la, como suporte publicitário tenderá a fazer da maior parte dos canais privados simples consumidores de imagens, com a subalternização do papel criativo da televisão. Cada programa custa caro, pelo que é preferível comprá-los por preços baixos já amortizados pelas cadeias dos Estados Unidos da América do Norte.

É este, afinal, o grande equívoco: mais meios, podem significar maior dependência e maior massificação da programação, menos produção nacional e quebra da nossa identidade cultural, dos nossos valores comuns.

Num momento em que o sector audio visual é varrido por inovações e transformações radicais em todo o mundo, numa altura em que a nossa economia «faz que anda mas não anda», há, pensamos nós, outras prioridades sobre a abertura da TV à iniciativa privada.

Por exemplo: a liberalização da rádio; a cablagem de alguns grandes espaços nacionais como suporte para novas facilidades e serviços indispensáveis à intercomunicação e modernização do país; a profunda renovação do sistema telefónico; a definição de políticas e o estabelecimento de algumas indústrias para os sectores de que falamos no início deste artigo, como o próprio reequilíbrio da comunicação social em Portugal e a reforma geral da RTP.

Há tanto ainda a fazer que não se explica, nem se compreende, esta «sangria desatada» da TV privada que não existe em muitos outros países europeus, maiores e mais ricos do que nós.»

(J. Soares Louro, «Diário de Notícias», 4. Agosto)

À espera de um Salazar

• «A estratégia está traçada: Cavaco Silva quer reconstituir uma maioria sociológica em Portugal, que liberte o rectângulo da utopia, sem no entanto passar pela ruptura. Nesse sentido o Primeiro-Ministro está mais próximo do projecto «adrianista» do que à primeira vista pareceria. Quanto aos meios de execução, a história é diferente; enquanto que o CDS, em fase de reaprendizagem e de saída da área da mera sobrevivência, não pode dar-se ao luxo de grandes devaneios tácticos, o PSD tem a certeza de que, com este líder, só pode, a maior ou menor prazo, subir.

Por isso os acidentes do caminho podem originar uma trajectória heterodoxa. Por isso Cavaco pode decidir-se, uma vez mais, pela surpresa. O facto é que a previsibilidade e o hábito de manter tudo na mesma pode bem ser o motivo do desinteresse de largos sectores (inclusive «sectores politizados») pequena política de uma nação reduzida à periferia.

Uma nação que no Verão de há 16 anos via morrer o homem que a conduzia do esquecimento às bocas do mundo.»

(Nuno Rogeiro, «O Seculo», 4. Agosto)

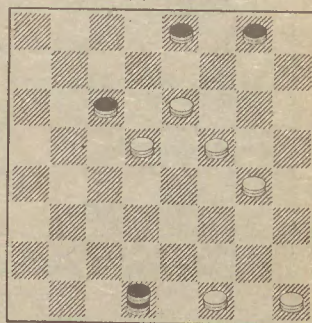
Damas

LXIII — 7 de Agosto de 1986

PROPOSIÇÃO n.º 63

Por: Henrique da Cunha — Porto
«Século Ilustrado», 29.I.1938

Pr.: (3)-28-29-30



Br.: 1-2-13-18-19-22

Jogam as brancas e ganham

JOGO N.º 63

Campeonato Nacional
Torres Vedras, 9.VI.1986

Br.: Vaz Vieira

Pr.: Medalha da Silva
(Jogo n.º 2)

1. 10-14, 22-19; 2. 6-10, 27-22; 3. 11-15, 22-18; 4. 15-22, 18-11; 5. 7-14, 26-19; 6. 9-13, 24-20; 7. 13-18, 20-15; 8. 2-6, 31-27; 9. 10-13, 19-10; 10. 5-14, 23-19; 11. 14-23, 28-19; 12. 6-11, 21-7; 13. 4-20, 25-21; 14. 3-6 e o jogo foi considerado empatado!

GOLPE N.º 63

Por: «Lusiada» — Lisboa

«Estratégia Damista», N.º 5,
Nov./1945

1. 10-14, 23-19; 2. 14-23, 28-19; 3. 5-10, 32-28; 4. 1-5, 28-23; 5. 10-13, 21-18; 6. 12-15, 19-12; 7. 8-15, 26-21; 8. 13-17, 30-26; 9. 5-10, 23-19; 10. 15-20, 24-15; 11. 11-20, 18-14; 12. 2-5, 21-18; 13. 10-13, 25-21; 14. 6-10? Perdentel J. Pr. G.

(Br.: 3-4-5-7-9-10-13-17-20 Pr.: 14-18-19-21-22-26-27-29-31 J. Pr. G.)

Recorde! (9.II.86): Ton Syjbrands (NL), em «Damas Internacionais», numa simultânea às cegas!, contra 12 adversários, obtém 12 vitórias!!!

SOLUÇÕES DO LXIII

N.º 63 (H da C): 1-5 e 18-21 e 19-23, 26-1 (Lei da Quantidade); 23: 32+

Golpe n.º 63 («L.»): 14. ..., 19-15; 15. 10-19, 15-11; 16. 7-14, 22-15; 17. 13-22, 26-1=D

A. de M. M.

Xadrez

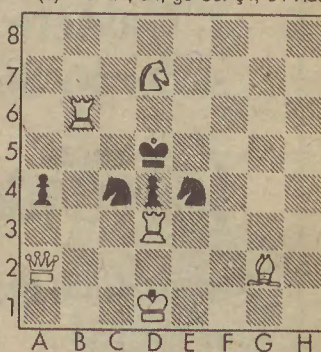
LXIII — 7 de Agosto de 1986

PROPOSIÇÃO n.º 63

Por: C. Mansfield

1.ª Menção Honrosa «British Chess Magazine», 1933

Pr. (6): Ps. a4, d4, g5-Cs. c4, e4-Rd5



Br. (6): Cd7-Bg2-Ts.b6, d3-Da2-Rd1

Mate em 2 lances

JOGO N.º 63

Memorial T. Petrosian/Erevan, 1986

(1.º Psakhis e Romanischine 9,5 pts. (14 possíveis); 3.º Tal 9; 4.º Hodgson 8; 5.º Ortega e Leputian 7,5...)

Br.: Hodgson

Pr.: Ortega

1. e4, c5; 2. f4, g6; 3. d4, c4:d4; 4. D:d4, Cf6; 5. e5, Cc6; 6. Dd3, Cg8; 7. Bb3, Bg7; 8. Cc3, d6; 9. e:d6, Cf6; 10. 0-0-0, 0-0; 11. Cf3, Bf5; 12. Dd2, Tc8; 13. Bg5, Da5; 14. d:e7, Tf6; 15. Ba3, Cb4; 16. B:b4, D:b4; 17. Cd4, T:e7; 18. a3, Db6; 19. Bb5, Tg7; 20. Th1, T:c3; 21. b:c3, Cc4; 22. C:f5, g:f5; 23. Dd7, Dc5; 24. Td3, B:c3; 25. T1e3, D:a3+; 26. Rd1, Da1+; 27. Rg2, Dd1+; 28. Rf3, Df2 mate!

SOLUÇÕES DO LXIII

Chave: 1. Tdb3!

1. ..., a:b3; 2. Da8 mate

1. ..., Cb2+; 2. T:b2 mate

1. ..., Cc3+; 2. T:c3 mate

1. ..., C:b6; 2. T:b6 mate

1. ..., Cd3; 2. T:d3 mate.

A. de M. M.



a festa!

ALTO DA AJUDA • 5, 6, E 7 SETEMBRO

Avante!

Director
António Dias Lourenço

SUPLEMENTO N.º 6
7 de Agosto de 1986

Não pode ser vendido
separadamente

Já só falta um mês



CARLOS DO CARMO



TROVANTE

**Os
números
das
EP's**

Pág. 7

DESPORTO

Pág. 6

**Cidade da
Juventude**

Pág. 8

Artistas da Festa

região
festa do *Avante!*



Blues Duo



**Danças e Cantares
do Exército
Soviético
da Região Militar
de Moscovo**



1976

CARLOS



1978

Carlos do Carmo promete muitas surpresas. Uma delas não é, nem será, a sua participação na Festa do «Avante!», uma vez que esse artista, quer pela sua qualidade, pelo seu repertório ou ainda pelo seu permanente empenhamento, é uma presença fundamental na grande festa da música portuguesa.

Três noites de espectáculo

Surpresa, isso sim, é a proposta que nos fez: nada mais nada menos do que **três noites de espectáculo no Auditório 1.º de Maio**. Três noites, três. Com este seu gesto — e num ano que poderemos considerar como significativo em toda a sua longa e brilhante carreira — Carlos do Carmo dá-nos a melhor prova da grande importância que a Festa do «Avante!» desempenha na divulgação da (muito) boa música portuguesa. Vão ser três noites que nos dão a prova de que «Mais importante do que Amor é Amar», ou seja, que mais importante do que se reconhecer a importância de seja o que for é intervir para que as coisas andem para a frente. Exactamente como o fado, de que o fascismo se tentou apossar, o que lhe foi negado por homens como Carlos do Carmo ou José Carlos Ary dos Santos.

1982



do CARMO

Dois homens que — com o disco «Um Homem na Cidade» — provaram exactamente o contrário, que o fado, enquanto «uma canção portuguesa, um folclore urbano», é uma canção do futuro e, também uma canção de futuro. Dois homens que, juntamente com António Victorino de Almeida, foram protagonistas de um espectáculo inesquecível que em 1981 animou a noite de sábado do palco 1 da Festa do «Avante!».

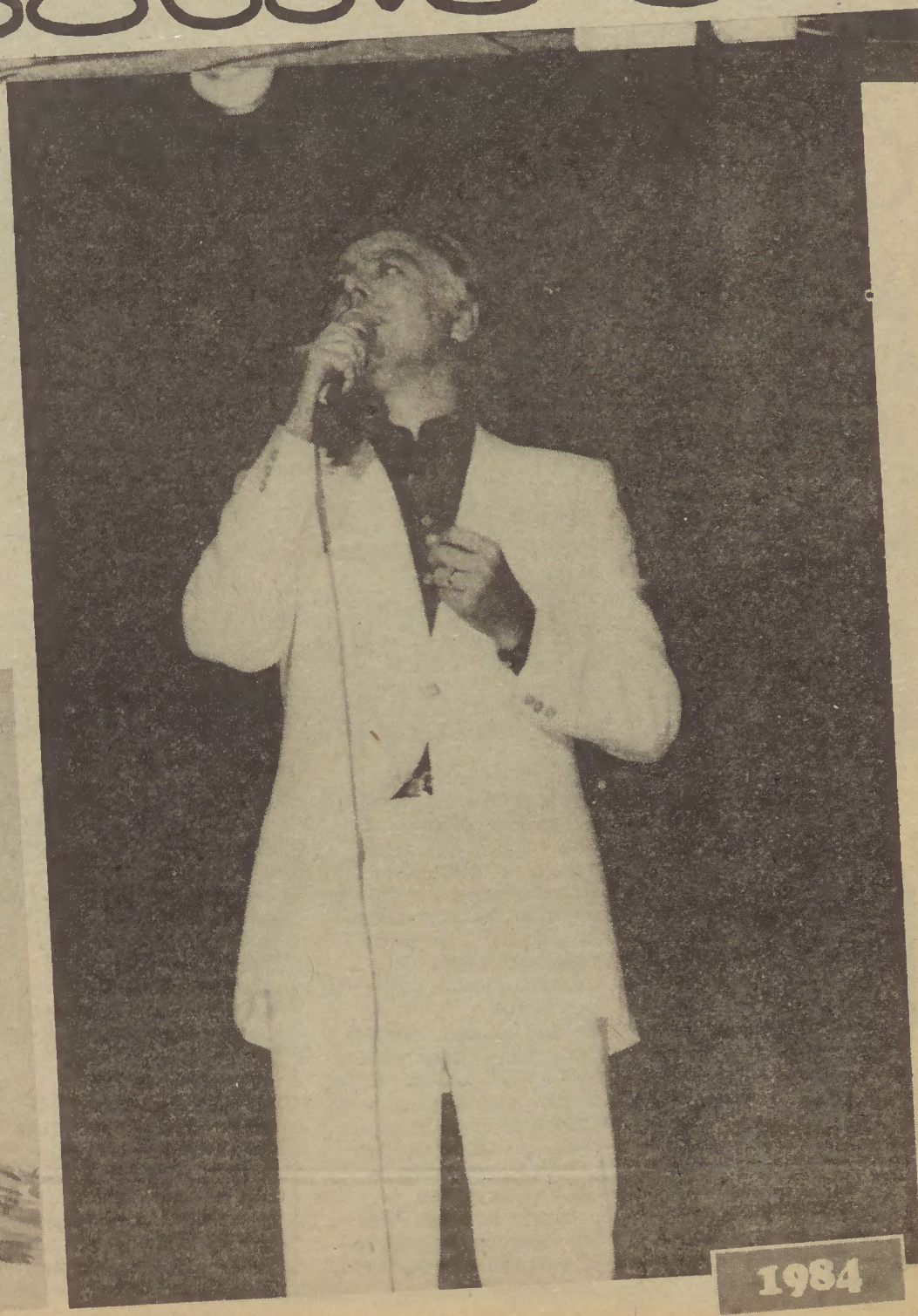
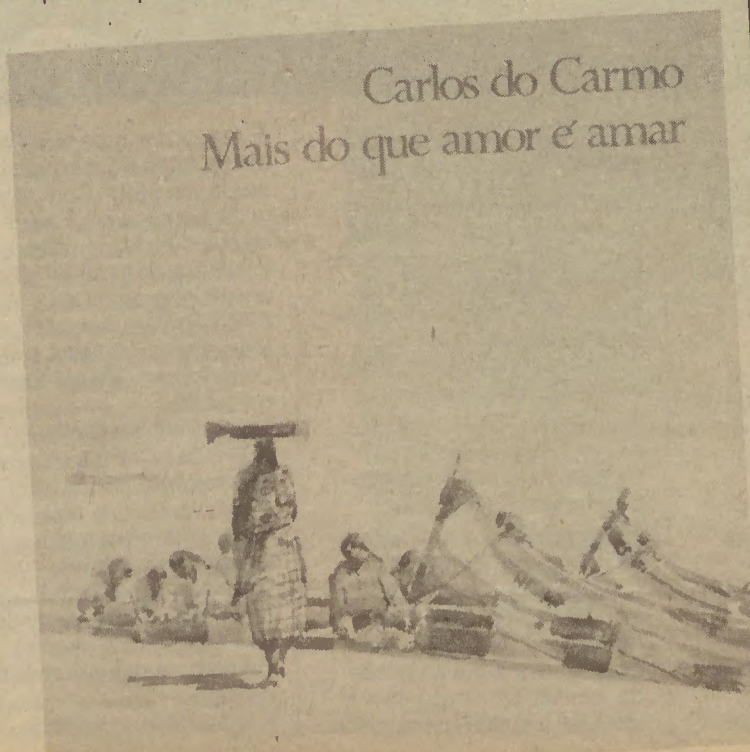
Um disco histórico

«Mais do que Amor é Amar» é o último álbum de **Carlos do Carmo**. Um disco que se pode considerar histórico. Nas suas faixas, **Carlos do Carmo** canta um fado puro. E retoma uma batalha em que há muito se encontra empenhado: a de demonstrar que os grandes poemas podem ser (bem) cantados em fado. Que os grandes poetas podem ser musicados — em fado. Aliás, o título genérico do álbum não é estranho a nenhum dos combates de **Carlos do Carmo**. «Mais do que Amor é Amar» pode-se considerar como uma resposta a todos quantos o criticaram por se interpretar aquilo a que convencionou chamar o fado-canção.

Um ano importante

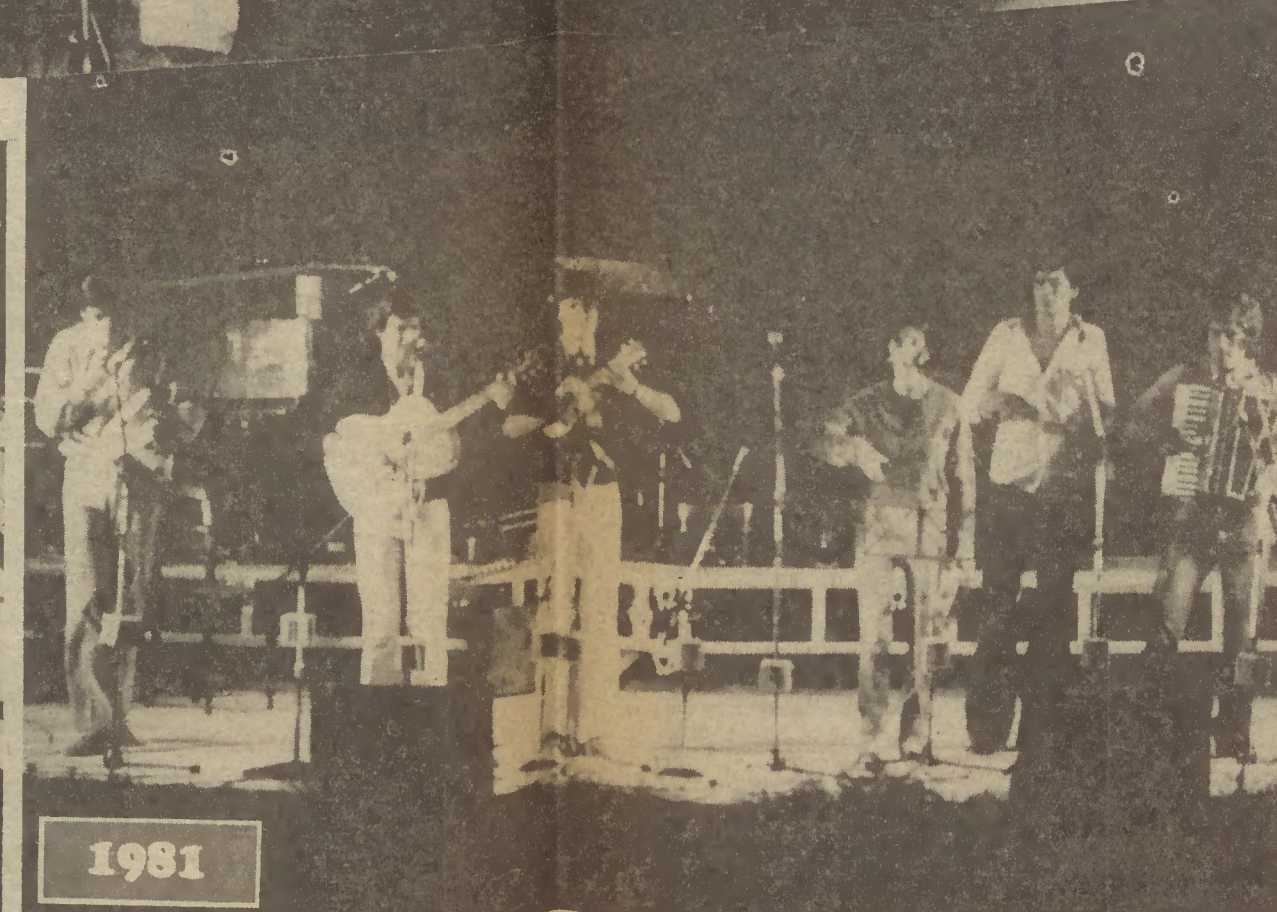
Um ano importante para a sua carreira, é como se poderá considerar este que corre. Não só pela edição de um grande disco. Também porque este intérprete se deslocou várias vezes ao Brasil, tendo a sua última ida sido triunfal, o que demonstra bem da muita persistência e das grandes qualidades humanas e artísticas deste homem. Com o seu trabalho criou perspectivas para a música

portuguesa num país com o qual existem tantos laços culturais mas onde, infelizmente, é pouco conhecida. Um ano importante, enfim, pelos três espectáculos que dará na Festa do «Avante!». Três espectáculos que correspondem a um projecto bem definido e que nos reservará algumas surpresas, que desvendaremos noutra edição deste suplemento. A 5, 6, e 7 de Setembro no Auditório 1.º de Maio da Festa do «Avante!», porque mais importante do que amor é amar, um homem na cidade: **Carlos do Carmo** ao vivo!



1984

Tratava-se de um momento muito especial para todos nós, uma vez que a sua primeira aparição em público deu-se em 1976, num espectáculo em que se realizou o sorteio das EP's para a primeira Festa do «Avante!», tendo o grupo — segundo rezam as crónicas da altura — alcançado um «éxito assinalável». Desde então, passaram-se dez anos. Dez anos em que o grupo se afirmou como tendo uma das mais espectaculares carreiras musicais em Portugal. Dez anos em que o cuidado



Será, portanto, um espetáculo extremamente cuidado. Um espetáculo onde **Luis Represas** (voz e bandomil), **João Gil** (guitarra), **Manuel Faria** (teclas), **Artur Costa** (metais), **Fernando Júdice** (baixo), **Rui Sálgueiro** e **José Martins** (percussões), darão o melhor de si. Com uma encenação muito cuidada, umas luzes espetaculares e uma história bem contada. Dez anos depois da sua primeira apresentação em público, e depois de um longo caminho percorrido, meus senhores e minhas senhoras, o espetáculo que faltava: os **Trovante** ao vivo, na Ajuda!

1.º Torneio de Palavras Cruzadas

O desporto é, reconhecidamente, uma forma de cultura. Reconhecidamente também, a sua programação ganha, de ano para ano, um cada vez maior peso na Festa.

Este ano não é excepção. Cada vez mais, nos torneios que se realizam por esse País fora, participa mais gente. Cada vez mais, nas exibições que se realizam no Alto da Ajuda, mais público assiste.

Cada vez mais, mais desportos estão representados na grande Festa que é também uma festa desportiva.

Este ano, realiza-se um torneio de uma modalidade que alguns podem não considerar desportiva. Mas que o é, certamente. É um desporto que nos obriga a exercitar a inteligência e a rapidez de raciocínio. São as palavras cruzadas.

Aqui fica o regulamento:

Regulamento

- 1.º — A prova compõe-se de 2 problemas de 11x11.
- 2.º — É aberto a todos os interessados presentes na Festa do «Avante!» e a inscrição é gratuita.
- 3.º — Cada letra certa contará 1 ponto.
- 4.º — A falta do til ou da cedilha sofrerá a perda de 1 ponto por cada omissão.
- 5.º — Os concorrentes podem munir-se de dicionários.
- 6.º — O tempo concedido para a resolução dos dois trabalhos é de 2 horas.
- 7.º — Será vencedor o cruzadista que solucionar em menos tempo e que marcar mais pontos no conjunto dos dois problemas.
- 8.º — Se houver um concorrente que gaste os 120 minutos mas seja totalista de pontos, será o vencedor.
§ 1 — Se houver mais que um totalista, ganha o que gastar menos tempo.
§ 2 — No caso de empate far-se-á sorteio.
- 9.º — Os problemas serão rigorosamente confeccionados pelos dicionários de Português e de Sinónimos, ambos da «Porto Editora».
- 10.º — Ao vencedor será atribuída uma taça e aos quatro seguintes, medalhas.
- 11.º — Os casos omissos serão resolvidos pelo coordenador, Diniz Vaz.

Os horários do polidesportivo

A Festa do «Avante!», pela sua grandiosidade e multiplicidade, é uma iniciativa que exige uma planificação muito cuidada.

É assim, todos os anos. Por isso, a um mês que estamos da abertura das portas do Casalinho da Ajuda, as novidades vão começando a chover, como disso é exemplo a presente edição do «Avante!».

O mesmo se pode dizer no que respeita à actividade desportiva dentro do recinto da Festa.

A um mês da Festa já são conhecidos os horários de várias manifestações desportivas, como o Festival Internacional de Ginástica — onde participam atletas da União Soviética, da Hungria, da República Democrática Alemã e de Portugal —, o Festival da Juventude, onde se apresentarão classes de ginástica rítmica e desportiva de diversas colectividades espalhadas por esse País

fora, e o Torneio de Futebol de Salão.

● O Festival Internacional de Ginástica decorrerá no polidesportivo da Festa do «Avante!» entre as 20 e as 23 horas de sábado, dia 6, e entre as 10 e as 13 horas de domingo, dia 7.

● O Festival da Juventude realiza-se imediatamente antes e depois do internacional. A saber: sábado, entre as 16 e as 20 horas e, no domingo, entre as 14 e as 18 horas.

● Quanto ao Futebol de Salão masculino, os quartos-de-final realizam-se entre as 19 e as 23 horas de sexta-feira e as meias-finais entre as 15 e as 16 horas de sábado, sendo que a grande final será disputada às 20 horas de domingo.

Finalmente, o início do jogo que sagrará a equipa vencedora do torneio de Futebol de Salão feminino está previsto para as 19 horas de domingo.

Damas VIII torneio

Considerado um dos mais importantes da modalidade, o Torneio Nacional de Damas da Festa do «Avante!», este ano na sua oitava edição, granjeou uma popularidade inegável entre o muito público que costuma acorrer à Cidade do Desporto do Alto da Ajuda.

Deixamo-vos com o regulamento da edição deste ano. Deixamo-vos também com uma chamada de atenção: o prazo de inscrições termina no dia 31 de Agosto

Regulamento

1. Decorrerá nos dias 6 e 7 de Setembro de 1986 o VIII Torneio de Damas da Festa do «Avante!».
1.1 Cada Centro de Trabalho ou Organização Regional procederá de forma a mobilizar o maior número de inscrições para estarem presentes no Alto da Ajuda, nomeadamente através da organização de torneios de preparação.
1.2 Os campeão e vice-campeão de 85 terão a sua presença assegurada no Torneio a partir da 2.ª eliminatória.
1.3 A participação far-se-á mediante a inscrição nos Centros de Trabalho do PCP ou directamente para a Comissão Coordenadora do Programa Desportivo da Festa do «Avante!», Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa Codex, até 31 de Agosto, ou no próprio local da Festa até às 14 horas do dia 6 de Setembro, hora do início da prova.

Primeira fase

2. Será o seguinte o Regulamento deste VIII Torneio Nacional:
2.1 A primeira sessão é disputada por 60 damistas que se eliminarão até à quarta sessão, incluindo, a partir da segunda, os campeão e vice-campeão de 1985.
2.2 Transitarão para a segunda fase os quatro apurados destas eliminatórias.
2.3 Se à hora do início não houver número suficiente de participantes aceitar-se-ão inscrições no recinto de jogo.
2.4 O emparelhamento para a primeira eliminatória será designado por sorteio no local e à hora do início: 14 horas do dia 6 de Setembro.
2.5 Os emparelhamentos para as sessões seguintes far-se-ão também por sorteio, até à quarta sessão.
2.6 As sessões terão a duração de 2 horas, assim: 14 h; 16 h; 19 h; 21 horas.
2.7 Sendo necessário haverá repescagens.
2.8 Se houver número ímpar de jogadores folgará um designado por sorteio, que não poderá voltar a folgar.
3. Na 4.ª sessão serão disputados os quartos de final com 8 jogadores em prova.
4. Nas três sessões anteriores as partidas de 4 jogos são de abertura livre.
4.1 Nos quartos-de-final (21 h) as aberturas são sorteadas e comuns aos quatro tabuleiros, e tempo controlado por relógios.
5. Nas partidas empatadas os desempates far-se-ão por partidas rápidas;
a) Desempate por meio de um jogo em abertura sorteadas e 10 minutos para cada jogador.



b) Prevalecendo o empate jogar-se-á outro jogo de 10 minutos para cada.

c) Se o jogo for empatado considera-se vencedor o jogador que tiver gasto menos tempo no último jogo (o 6.º).

d) Se mesmo assim subsistir o empate o vencedor será designado por sorteio.

Segunda fase

6. A segunda fase começará dia 7, pelas 13 horas e será disputada pelos quatro apurados na primeira fase, os quais jogarão em «poule» (todos contra todos).
7. Partidas de 4 jogos, abertura sorteadas e 90 minutos para cada jogador.
7.1 Se na classificação final houver empates em pontuação far-se-á o desempate pelo sistema «Sonneborn-Berger».
8. Os horários das sessões são: 13 horas, 16 horas, 21 horas.
9. No início das sessões serão postos os relógios a trabalhar, tendo os jogadores uma hora para compacer.
- 9.1 Se o(s) faltoso(s) comparecer(em) dentro do prazo terá(ão) de jogar com o tempo que lhe(s) restar.
- 9.2 Se o prazo for ultrapassado será considerado derrotado quem prevaricar.
10. Estarão em disputa três taças para os três primeiros e uma medalha para o quarto classificado.
11. Nesta prova vigorarão as Leis do Jogo aprovados pela Federação Portuguesa de Damas.
12. Os casos omissos serão da competência da Comissão Técnica.

Assim vai o futebol

A festa desportiva do «Avante!» é uma manifestação de massas, essencialmente no que respeita ao futebol de salão, masculino e feminino. De Norte a Sul, conta-se por muitas dezenas o número de equipas que vêm participando no torneio que tem como objectivo o apuramento das quatro equipas que, a 5, 6 e 7 de Setembro, no polidesportivo da Festa do «Avante!» disputarão entre si o primeiro lugar.

Os torneios realizam-se por fases — concelhio, distrital, regional e inter-regional — e proporcionam assim um franco convívio entre atletas dos mais diversos pontos do País.

Por exemplo: a equipa que vencer a fase regional do torneio do Alentejo, jogará no dia 27 — em Beja — contra a equipa de Lagos que se sagrou vencedora do torneio regional do Algarve.

Ou um outro, ainda: a equipa Santo André venceu o

torneio concelhio de Estarreja e vai agora disputar o torneio regional da Beira Litoral, onde se encontrará com a equipa dos Serviços Sociais da Universidade de Coimbra — também ela vencedora de um torneio concelhio. E a equipa Catelas, Lda., que venceu o torneio de Santarém, vai jogar com a equipa Bairro da Areia, de Coruche, para decidirem quem disputará a final inter-regional com Leiria. Entretanto, e enquanto a final

do torneio do Porto se realiza dia 9, a equipa «Os Onze Unidos» sagrou-se vencedora do torneio distrital de Lisboa.

Muitos mais torneios se continuarão a realizar durante todo este mês de Agosto, uma vez que a uma semana da Festa do «Avante!» já têm de estar apurados todos os quatro finalistas que assim mostrarão os seus dotes no polidesportivo do Casalinho da Ajuda.

60136
60137

Sorteio foi no domingo

Foi este domingo. Na Festa da Terra e do Mar, que se realizou no recinto da Fortaleza, em Sines. Duas pessoas consideram-se sortalhadas. Por apenas 400 escudos ficaram com uma aparelhagem de alta-fidelidade Pioneer. Por 400 escudos apenas, ficaram ainda com o direito de comprar cem contos e 50 contos — num caso e no outro — de livros e discos nas livrarias CDL.

Foi este domingo, o primeiro sorteio das Entradas Permanentes para a Festa do «Avante!» 1986. Por coincidências que acontecem de tempos a tempos, os dois números premiados são seguidos.

O primeiro prémio deste sorteio corresponde ao talão da Entrada Permanente com o número 60136. O segundo prémio, ao número 60137. Quem tiver comprado a EP com o número 60136 Tem agora ao seu dispor uma aparelhagem de alta-fidelidade Pioneer composta por um amplificador/gravador, por um rádio digital, um gira-discos e por duas colunas de três altifalantes cada uma. Quem tiver a EP com o número atrás citado, pode ainda fazer compras de livros e de discos no valor de 100 mil escudos em qualquer livraria CDL.

Aquela pessoa que tenha adquirido a EP com o número 60137 é a partir de hoje proprietária de uma aparelhagem de alta-fidelidade Pioneer com amplificador/gravador, rádio digital, gira-discos e duas colunas de três altifalantes cada uma e pode ainda adquirir livros e

discos no valor de 50 mil escudos em qualquer livraria CDL.

Vender e comprar

O facto de agora se ter realizado o primeiro sorteio das EP's, não é de forma nenhuma sinónimo de que a partir de agora os esforços na venda da EP devem ser canalizados para outra qualquer tarefa. Muito pelo contrário.

O facto de o primeiro sorteio já ter os seus premiados só nos poderá dar mais razões para incentivarmos ainda mais a venda da Entrada Permanente, não só porque estamos apenas a 29 dias da abertura das portas do Casalinho da Ajuda, mas essencialmente por todos nós sabermos que este é o grande suporte financeiro do maior acontecimento político-cultural do País.

Por isso mesmo, cada vez mais é mais necessário o esforço militante. É necessário o porta-a-porta, as abordagens...

Cada vez mais é necessário que cada um veja a EP como uma tarefa prioritária. Cada vez mais é premente que cada um compre desde já a sua Entrada Permanente.

Para poder assistir e participar na grande Festa do Portugal de Abril.

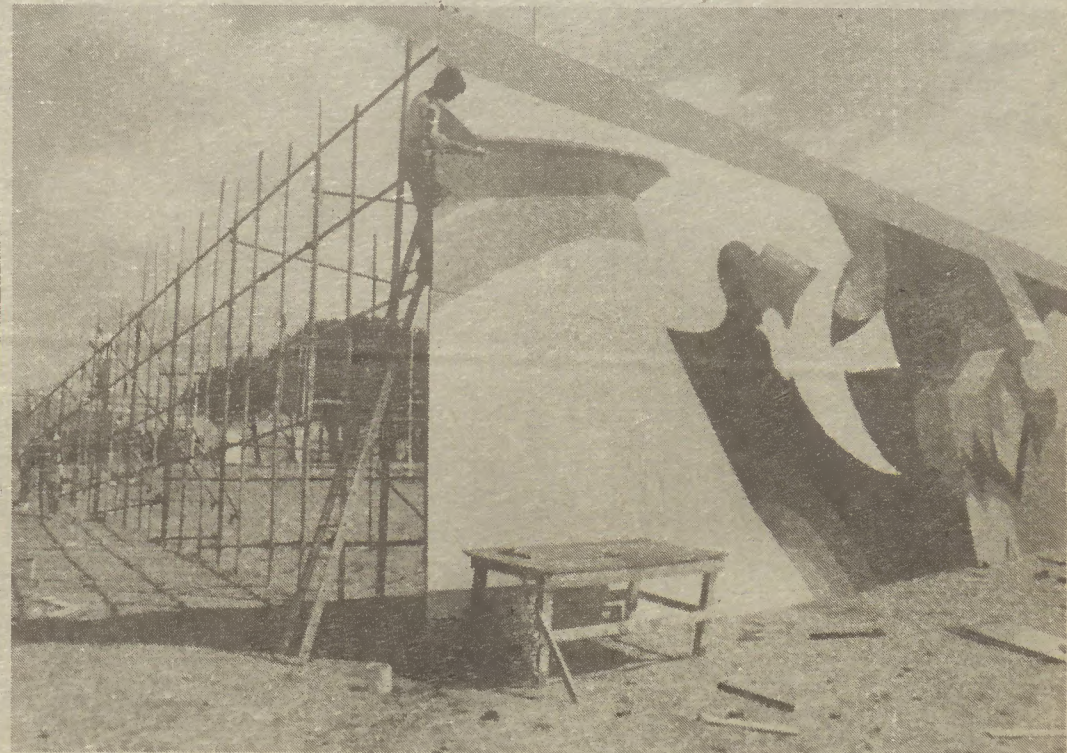
Para se poder habilitar ao sorteio da EP que se realiza no recinto da Festa. Porque a sorte nem sempre calha aos outros. Às vezes também nos toca a nós. Que o diga quem comprou as EP's números 60136 e 60137.

Estamos apenas a 29 dias da abertura da Festa do «Avante!», o que equivale a dizer que nos restam apenas 4 fins-de-semana de trabalho voluntário. O que é manifestamente insuficiente. Por isso mesmo, a palavra de ordem neste momento é a de se fazerem jornadas de trabalho voluntário sempre que se possa, o que equivale a dizer que **todas as horas de todos os dias são boas para se trabalhar na construção daquela que é a maior Festa do Portugal de Abril.**

Assim, os cerca de cem camaradas que se encontram no terreno todos os dias, estão prontos para se juntarem a todos quantos por lá apareçam — seja a que horas for — e mãos à obra que a Festa está mesmo aí à porta.

Trata-se de um apelo. De uma necessidade. De uma tarefa para a qual são os camaradas que trabalham por turnos aqueles que mais condições têm de a executar. Durante o dia ou ao fim-do-dia. Durante a semana ou ao fim-de-semana. Mas sempre, que todos os minutos contam.

Mas para tal, e aqui fica o apelo, é necessário que se contacte com antecedência os camaradas que trabalham na implantação, para que possam distribuir trabalho. Para que possam também eles organizarem-se e organizarem o trabalho. E não interessa qual a frente



para onde se vá, porque, como foi dito no plenário dos camaradas que estão a trabalhar na Ajuda, «a mais pequena tarefa no terreno é sempre uma tarefa importante».

Já que falámos no plenário e que vos estamos a dizer da necessidade de um maior esforço na implantação da Festa — e não só —, aqui fica o exemplo:

Um exemplo que nos chega da **brigada das estruturas**. Dos camaradas que se reuniram e que decidiram dar mais uma hora e meia de trabalho diário, depois das

oito horas que diariamente passam a montar tubos. Um exemplo a ser seguido. Dentro e fora do terreno.

Porque só com a dedicação e a militância dos comunistas se conseguiu fazer da Festa do «Avante!» o maior acontecimento do género em Portugal.

Por isso, vamos reforçar as jornadas durante a semana e ao fim-do-dia, vamos reforçar as jornadas de fim-de-semana (e, já agora, dizer que na última participaram 663 camaradas e amigos). Vamos, ao fim e ao cabo, contribuir cada vez mais e melhor para esta Festa que é de todos.

Já só falta um mês!

Camarada, já reparaste que estamos apenas a 29 dias da abertura da Festa? Já reparaste bem em tudo o que ainda há que fazer? Nos projectos que é necessário entregar? Na decoração que desde já deve ficar pronta no papel para que mal possa seja integrada na Festa?

Já te lembraste do muito trabalho que há a fazer diariamente, hora a hora, no terreno? Dos tubos que se têm de montar, das placas que se têm de pôr?

Já reparaste bem que em apenas 29 dias ainda se pode vender muitas EP's? Que ainda muitos géneros podem ser recolhidos? Que os torneios desportivos estão prestes a atingir a sua final? Que as excursões estão aí à porta? Pois é, camarada. Muito e muito há ainda para fazer. A Festa, já se sabe, abre as

suas portas às 19 horas de dia 5. Impreterivelmente. Até lá é necessário um grande esforço final. Para que tudo esteja pronto a receber as muitas centenas de milhares de pessoas que anualmente se deslocam ao Alto da Ajuda.

Um esforço que é da organização, porque neste momento a Festa — porque festa do PCP — é a tarefa prioritária de toda a organização.

Um esforço que também é pessoal. Na venda. Na divulgação. No terreno. Na concepção.

Não te esqueças. Faltam apenas 29 dias para a Festa. A partir de agora, até os minutos se contam.

A partir de agora, e agora mais do que nunca, o nosso esforço individual e colectivo é fundamental para que a festa seja a Festa.



Há efemérides que se assinalam com moedas. Outras ainda ficam marcadas pela edição de selos e de carimbos de primeiro dia. Outras há que são festejadas com vinho.

Muito bem, dirão. Mas os selos e as medalhas (quando comemorativos) perduram. O vinho não.

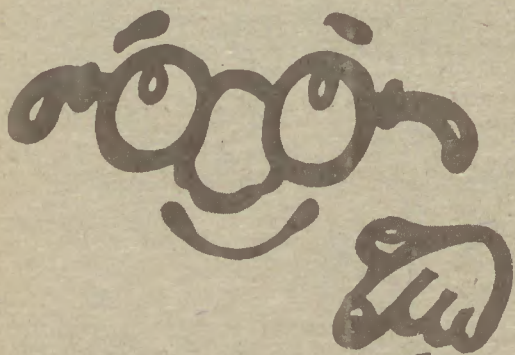
Enganam-se. O rótulo que acima produzimos é o de um vinho que vai ser comercializado durante os três dias da Festa do «Avante!». Por isso mesmo, esse é o seu nome.

Trata-se de uma garrafa de vinho tinto da região do Dão, engarrafado em Águeda e que nos aparecerá lacrado.

Um vinho que, mais do que uma muito boa pomada — podemos garanti-lo —, é essencialmente uma recordação. De três dias de franco convívio. Quando se selaram amizades.

Um vinho que estará à venda em toda a Festa do «Avante!».

Mais uma iniciativa que será bom não perder, principalmente quando dissermos que será vendido pela bagatela de 130\$00.



Vamos
vender cada
vez mais
EP's

A ideia surgiu com a própria Festa. Exactamente como esta, implantou-se e hoje constitui uma presença indispensável. É da Cidade da Juventude que vos falamos nestas linhas. Um espaço inteiramente dedicado aos jovens e por eles idealizado.

A juventude vai-nos dar música nesta 11.ª edição da Festa do «Avante!». Vai-nos dar música e da melhor maneira. De uma forma sã, alegre e criativa.

A ideia surgiu tendo por base a realização da original campanha de fundos promovida pela Juventude Comunista Portuguesa «Viva a Música da Gente!». Consolidou-se graças também à realização do 1.º Festival da Canção Juvenil da Festa do «Avante!».

E ficará bem presente na memória de todos quantos nos dias 5, 6 e 7 de Setembro passarem pela Cidade da Juventude, este ano na mesma zona, junto à Cidade do Desporto, mas prolongando-se pelo enfiamento da zona arborizada.

Porquê? Porque será diferente. Terá uma grande exposição. Terá a **Música e o Trabalho**.

Trata-se de uma exposição onde os meios audiovisuais desempenharão um importante papel.

Uma exposição que incidirá sobre «o trabalho para a música», «a música para o trabalho» e «a música é trabalho».

Cada uma destas temáticas terá o seu espaço próprio, onde se pretende dar a conhecer a todos quantos por lá passem os meandros

desta actividade em que o nosso povo é tão rico.

A zona do trabalho para a música leva-nos a um mundo tantas vezes desconhecido. O maravilhoso mundo da construção dos instrumentos. Um mundo em que o conhecimento passa de pais para filhos de há gerações incontáveis.

Como se constrói um cavaquinho? E um violino? Ou ainda uma flauta? Que materiais e ferramentas são necessários?

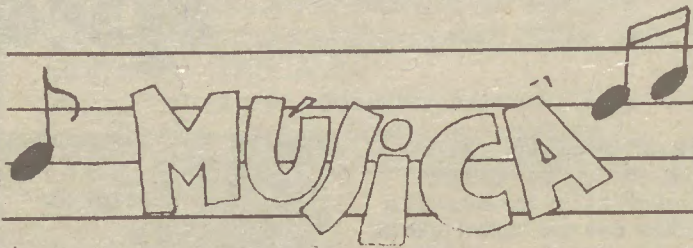
Perguntas e mais perguntas que nos colocamos vezes sem conta e que normalmente ficam sem resposta.

Para que tudo fique mais claro, lá estarão diversos instrumentos nas suas variadas fases de construção, lá estarão os documentários. Lá estarão os textos e as fotografias para nos elucidarem.

O espaço a música para o trabalho mostra-nos um outro importante aspecto. Mostra-nos a canção no trabalho.

Fala-nos da vindima, da ceifa e de tantas outras actividades, da importância que os cantos de trabalho desempenham.

Jovens dão-nos



Como forma de manter o ritmo, de enganar o calor e a canseira.

Como instrumento de unidade e de coesão, também.

Finalmente, a juventude vai lembrar-nos de que a música é trabalho.

Vai dizer-nos dos diversos passos necessários para que possamos deleitarmo-nos com a harmónica conjugação de sons díspares. Que o músico, compositor ou intérprete

é um trabalhador como qualquer outro.

Que tem instrumentos, técnicas e métodos de trabalho próprios. E para que tudo se perceba melhor, lá estará gente da arte para connosco ter «dois dedos de cavaqueira», um espaço onde as perguntas e as respostas são o forte.

Uma exposição sem dúvida interessante, onde não faltará a caracterização e a

presença dos instrumentos próprios das diversas regiões do País. Onde não faltará nem o filme nem os diaporamas. Onde não falta a imaginação.

Onde não faltará também um espaço dedicado à campanha «Viva a Música da Gente!». Um espaço onde todos poderemos encontrar artesanato representando diversos instrumentos musicais portugueses e os mais variados materiais concebidos especialmente para esta ocasião, como sejam as camisas, os chapéus ou as canetas.

Zona Central

Mas esta não será a única exposição que poderemos apreciar quando passarmos pela Cidade da Juventude.

A exposição central desta zona debruça-se — também de uma forma nova — sobre algumas questões que tocam a juventude e ainda sobre a actividade da Juventude Comunista Portuguesa, como sejam o trabalho/emprego/desemprego, os estudantes e o ensino, a participação política e social, solidariedade e luta, os tempos livres, a cultura, o amor, a guerra e a paz e a habitação.

Trata-se de uma abordagem diferente. Uma abordagem de vários jovens artistas que, por intermédio da fotografia, da pintura, da serigrafia, do desenho, da gravura, escultura, arquitectura, banda desenhada, serigrafia e design, transmitirão a sua visão da situação e dos diversos problemas que se colocam.

Mas ainda na zona central haverá — à imagem do ano passado — um atelier de artes plásticas, onde os jovens artistas e estudantes nos ajudarão a familiarizar com os diversos materiais e técnicas, e um atelier de informática onde se demonstrará que a utilização do minicomputador não é exclusivamente para fins lúdicos, mas que pode muito bem re-

vestir-se de interesse didáctico.

Depois, claro está, a zona polivalente. Uma zona encimada pela Rádio e por um palco. Uma zona onde a juventude demonstrará a sua criatividade e onde se falará dos seus problemas.

Mais novidades

Outras novidades nos apresentam os jovens nesta edição da nossa Festa.

Assim, não haverá na sua zona, as habituais exposições sobre a situação dos jovens nas diversas regiões.

Haverá, isso sim, um bom aproveitamento da zona arborizada, onde serão colocados painéis sobre a actividade da JCP e do movimento associativo e unitário por esse Portugal fora.

As diversas organizações regionais, além de prometerem que não faltarão com os petiscos venderão artesanato regional, estando já confirmada a presença ao vivo de diversos artesãos.

Mas como falámos em petiscos, aqui vai mais uma novidade. Pela primeira vez a juventude terá o seu próprio restaurante, que funcionará apenas à hora das refeições, que servirá de garfo e faca e que é da responsabilidade da Organização Regional de Setúbal.

Além do já tradicional café-concerto universitário, os jovens apresentam dois bares especiais.

O bar da ginginha e o do moscatel, onde só estas duas bebidas serão servidas.

No caso da ginginha, acompanhada por um folheto sobre a história desta bebida na cidade de Lisboa e, no caso do moscatel, com fotografias das diversas fases do seu processo de fabrico.

Será assim a Cidade da Juventude deste ano. Alegre, criativa e didáctica. Mas a ela voltaremos noutras edições do «Avante!».



Festival da Canção Juvenil

De São Pedro de Moel a Coimbra: um êxito!

Realizou-se recentemente em São Pedro de Moel o Festival Distrital de Leiria da Canção Juvenil da Festa do «Avante!». À iniciativa — que decorreu num palco instalado na praia — assistiram mais de duas mil pessoas.

No certame participaram 8 solistas e dois agrupamentos, tendo sido interpretado um total de 14 temas.

O grupo vencedor foi a «Quadrilha» com o seu tema «Janeiras», tendo Rui Silva — ao cantar «Guerra Não Obrigado» — sido o solista que mais pontuação arrecadou.

A classificação final ficou assim ordenada: 1.º Rui

Silva e «Guerra Não Obrigado», com 131 pontos; 2.º «Quadrilha» e «Janeiras», com 128 pontos; 3.º «Quadrilha» e «Terras do Sul» com 127 pontos; 4.º Rui Silva e «Sonho de Esperança», 99 pontos; 5.º Agrupamento Oeste e «Lenda», 91 pontos; 6.º Agrupamento Oeste e «Amor e Paz», 90 pontos; 7.º Fernanda Gamello e «Minha Canção de Amor», 84 pontos; 8.º Fernanda Gamello e «Passaste por Mim», 79 pontos; 9.º Rui Girão e «Amor», 65 pontos; 10.º Rui Girão e «Afirmação», 49 pontos; 11.º João Pedro Vieira e «Quero Viver a Vida Assim», 36 pontos; 12.º Vítor Rodrigues e «Só Nós Dois», 36 pontos; 13.º Vítor Rodrigues e «Sonhar», 36 pontos; 14.º Vítor Rodrigues e «Sonho Desfeito», com 32 pontos.

O prémio da melhor música foi atribuído ao agrupamento Quadrilha, com «Terras do Sul», a melhor letra a «Guerra Não Obrigado», de Rui Silva e o da melhor interpretação ao agrupamento Quadrilha e «Terras do Sul».

Coimbra

6 grupos e 7 solistas participaram no Festival Distrital de Coimbra que se realizou no passado dia 12 e a que assistiram cerca de 800 pessoas.

Os vencedores foram o solista João Queirós, que interpretou «Liberdade» e o grupo A Folia que cantou uma «Terra de Sonho» O júri foi composto pelos professores de música António Alves Nobre e Luís Boavida Fernandes, pelo

escritor Cristovão de Aguiar, pela instrumentista da Tuna Académica de Coimbra Susana Amado, pelo membro da Brigada Victor Jara, Fernando Seabra e, como representante da organização, por António Rodrigues.

Alguns números

Os números também podem ter a sua história, serem sinónimos de entusiasmo. É este o caso dos festivais. Só em Lisboa realizaram-se quatro sessões de apuramento em que participaram 31 conjuntos e 17 solistas (num total de 160 instrumentistas) e que contaram com a presença de mais de 4000 jovens. Em Setúbal, mais de 500 pessoas assistiram à actuação de 7 solistas e

outros tantos conjuntos e, na zona centro mais de oitocentas pessoas estiveram presentes no festival em que participaram 7 solistas e 6 conjuntos. Até agora já se realizaram 12

festivais, estando ainda previsto que mais quatro tenham lugar até ao fim do mês, em Évora, no dia 15; Castelo Branco, dia 14; Beja, dia 16; e em Ponte de Sor, no dia 22.

